ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ipea 47 anos

Secretaria de Assuntos Estratégicos

desafios do desenvolvimento

2012 • Ano 9 • nº 72

www.desafios.ipea.gov.br

desafios do desenvolvimento

ipea

Exemplar do Assinante

O mundo vem ao Rio

Conferência Rio+20 será o maior evento voltado para o meio ambiente em toda a História. Examinamos as principais propostas e destacamos quais podem ser os pontos polêmicos nas diversas atividades

Reforma política

Há anos Congresso debate novas regras para as disputas eleitorais. O que pode entrar em vigor nos próximos anos?

Potência em queda?

Como fica a hegemonia dos Estados Unidos com a crise e a ascensão da China e dos emergentes

Década perdida?

Crise econômica e volta da democracia. Protagonistas discutem o legado político dos anos 1980

Governo Federal
Secretaria de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República
MINISTRO Wellington Moreira Franco

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PRESIDENTE Marcio Pochmann

http://www.Ipea.gov.br/ouvidoria

desafios do desenvolvimento

www.desafios.ipea.gov.br

DIRETOR-GERAL Daniel Castro
CONSELHO EDITORIAL André Gustavo de Miranda Pineli Alves, Antonio Semeraro Rito Cardoso, Daniel Gonçalves Oliveira, Fernanda Cristine Carneiro, Guilherme Dias, João Cláudio Garcia, José Carlos dos Santos, Júnia Cristina Perez Conceição, Luciana Acioly da Silva, Márcio Bruno Ribeiro, Maria da Piedade Morais, Marina Nery, Murilo José de Souza Pires, Natália Fontoura, Pedro Cavalcanti, Pérsio Marco Antônio Davison

Redação
EDITOR-CHEFE Gilberto Maringoni
EDITOR DE ARTE/FINALIZAÇÃO Diogo Félix
EDITORA DE ARTE Franciely Dayne Megel
REVISOR Max Gimenes
RIO DE JANEIRO Marina Nery
JORNALISTA RESPONSÁVEL Gilberto Maringoni
FOTOGRAFIA Sidney Murrieta e João Viana
ILUSTRAÇÃO DA CAPA Gilberto Maringoni

Colaboração
George da Guia

Cartas para a redação
SBS Quadra 01, Bloco J, Edifício BNDES, sala 1517
CEP 70076-900 - Brasília, DF
desafios@ipea.gov.br

Impressão
Gráfica Art Printer

AS OPINIÕES EMITIDAS NESTA PUBLICAÇÃO SÃO DE EXCLUSIVA E DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES, NÃO EXPRIMINDO, NECESSARIAMENTE, O PONTO DE VISTA DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea).

É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DA REVISTA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

DESAFIOS (ISSN 1806-9363) É UMA PUBLICAÇÃO DO Ipea PRODUZIDA PELA VIRTUAL PUBLICIDADE LTDA.

virtualPublicidade
virtual publicidade ltda
Rua Desembargador Westphalen, 868, Curitiba-PR
Cep. 80230-100 — Fone: (41) 3018-9695
e-mail: virtualpublicidade@virtualp.com.br

Carta ao leitor

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, será o mais importante evento dedicado ao meio ambiente em toda a História. Deverá receber uma centena de chefes de Estado e cerca de cinquenta mil ativistas de vários países. Por esse motivo, as principais matérias desta edição são voltadas ao tema.

Os repórteres Mauricio Thuswohl e Verena Glass saíram a campo e dissecaram as polêmicas em pauta, tanto nos encontros oficiais, quanto em iniciativas paralelas. A geógrafa e professora da UFRJ, Bertha Becker, especialista em biodiversidade, é nossa entrevistada central. Ela fala da relação fundamental entre ação do Estado e meio ambiente nas últimas décadas.

O personagem do perfil e de uma entrevista inédita é o também geógrafo Aziz Ab'Saber, falecido em março último. Referência internacional em ecologia, ele fará grande falta nos debates que ocorrerão no Rio de Janeiro.

Alguns dos nomes de maior relevância da antropologia brasileira participaram de um debate na sede do **Ipea**, em Brasília, mediado por Aristides Monteiro Neto. Na conversa, foi destacada a necessidade de se traçar um conceito de desenvolvimento que contemple a proteção da população, o reconhecimento social e cultural de várias comunidades tradicionais e a preservação ambiental.

Temos ainda dez artigos de especialistas sobre os tópicos da Rio+20, que comentam também as disputas travadas no Brasil. O destaque é o Código Florestal, aprovado pelo Congresso Nacional.

Saindo da questão ambiental, mas continuando no Legislativo, o repórter Marcel Gomes mergulhou no intenso debate sobre a reforma política. Ele ouviu especialistas, examinou projetos de lei e nos apresenta um quadro abrangente sobre as principais alternativas colocadas no tabuleiro.

Muitas das linhas mestras das disputas políticas e econômicas atuais foram desenhadas na transição da ditadura para a democracia, nos anos 1980. Gilberto Maringoni faz um exame do período, marcado por uma profunda crise econômica e pela reanimação do movimento social.

No plano internacional, temos uma instigante reportagem de Rogério Lessa Benemond sobre a possível decadência da hegemonia dos Estados Unidos.

A edição traz ainda uma entrevista com o economista colombiano José Antonio Ocampo, professor da Universidade de Colúmbia, e uma reportagem de Daniella Cambaúva sobre as atividades do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo da ONU no Brasil.

Boa leitura.

Daniel Castro, diretor-geral da
revista **Desafios do Desenvolvimento**

desafios do
desenvolvimento

Sumário

Pág. 10 **Entrevista –** Bertha Becker

Pág. 18 **Rio+20 –** Discussão sobre futuro ambiental do planeta volta ao Rio vinte anos depois

Pág. 26 **Economia verde –** O lado B da economia verde

Pág. 42 **Entrevista –** Brasiz de Aziz

Pág. 48 **Antropólogos –** Os antropólogos e o desenvolvimento

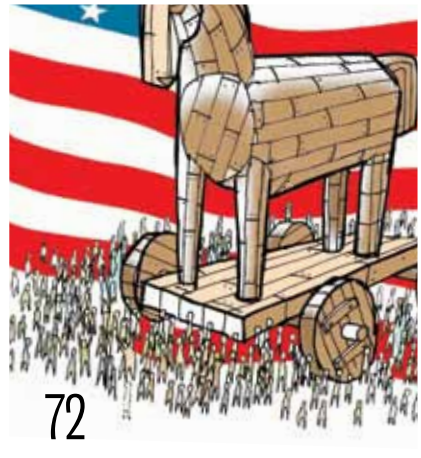
Pág. 56 **História –** Anos 1980, década perdida ou ganha?

Pág. 66 **Crise –** Crise e reforma política

Pág. 72 **Internacional –** A hegemonia planetária dos Estados Unidos está em declínio?

Pág. 80 **Depoimento –** José Antonio Ocampo: a ortodoxia não é a saída para a crise

Pág. 84 **Melhores práticas –** Ipea e ONU, construindo novos caminhos



Seções

6 Giro Ipea

8 Giro

38 Perfil

88 Circuito

90 Observatório latino-americano

92 Estante

94 Humanizando o desenvolvimento

Artigos

Pág. 17 **A Economia de Ecossistemas e da Biodiversidade no Brasil**
Júlio César Roma

Pág. 25 **Economia Verde e o desenvolvimento sustentável**
Jorge Hargrave e Sandra Paulsen

Pág. 36 **O papel das compras públicas sustentáveis na economia verde**
Adriana Maria Magalhães de Moura

Pág. 37 **Rio+20: desafios para o futuro**
Manoel Pereira de Andrade

Pág. 45 **Código Florestal entre a conservação e o desmatamento**
Adriana Ramos

Pág. 46 **Os limites, a desigualdade e os futuros acordos ambientais**
Gustavo Luedemann

Pág. 47 **O permanente desafio do lixo**
Albino Rodrigues Alvarez

Pág. 87 **Rio+20, priorizemos a sustentabilidade social**
Leisa Perch

GIRO ipea

Crescimento econômico

Estrangeiros mais confiantes com Brasil

Dreamstime

Os estrangeiros estão mais confiantes com o controle da inflação pelo Brasil, apontou a sexta edição do *Monitor da Percepção Internacional do Brasil* divulgada pelo **Ipea**. Apesar disso, a expectativa dos agentes internacionais entrevistados, incluindo embaixadas, câmaras de comércio, empresas com controle estrangeiro e organizações internacionais, indicam expectativa de inflação ainda acima da meta, próxima a 5,5% nos próximos 12 meses.A resposta mais frequente, dada por 62% dos entrevistados, revela expectativa de crescimento entre 1,6% e 3,5% nos próximos 12 meses.

O estudo "sugere que o fundo do poço em termos de crescimento econômico pode já ter ficado para trás. Reforçam esta avaliação as expectativas de melhoria das condições gerais de crédito, cujo indicador passou da neutralidade para +14 pontos, o que sugere a continuidade do processo de afrouxamento das políticas de crédito e juros do Banco Central do Brasil (BCB)", avaliam os pesquisadores do **Ipea**.

Brics

Brics e África, negócios em expansão

A adesão da África do Sul, em 2011, ao grupo do Brics (Brasil, Rússia, Índia e China) poderá facilitar uma abertura comercial importante para os países do continente africano, de acordo com artigo divulgado no *Boletim de Economia e Política Internacional* do **Ipea**, disponível no endereço http://www.ipea.gov.br.

O texto "Brics e África: a grande incógnita", de Gladys Lechini, mostra que o desempenho do grupo de países na África aponta para "uma situação de atrito e concorrência", pois as nações africanas não mostraram ainda "intenção mais aberta e condições de cooperar".

O ponto favorável citado no artigo é que há no continente um quadro de redução substancial de conflitos regionais, além de bons índices de crescimento econômico. Isso se dá "principalmente devido às imensas reservas de recursos naturais como petróleo, gás e minérios", o que é visto como um atrativo para investimentos. Soma-se a isso a expansão da fronteira agrícola em novas áreas de cultivo de arroz e milho.

A África cresceu 5,4% em 2010 e 5,2% no ano seguinte. Pelas estimativas do FMI (Fundo Monetário Internacional), em 2012, a expansão da África ficará em 5,8%. Tais marcas tornam o continente mais atraente para novos negócios, diz o boletim.

O estudo destaca que o comércio bilateral Brasil-África partiu de US$ 4,2 milhões, em 2000, para US$ 20,5 milhões, em 2010.

Os dez principais parceiros africanos do Brasil são Egito, África do Sul, Angola, Nigéria, Líbia, Gana, Tunísia, Senegal, Quênia e Camarões.

Habitação

Jovem deseja maior oferta de moradia

Dreamstime

A necessidade da oferta de moradia a preços acessíveis para assegurar a independência é a principal demanda dos jovens brasileiros que estudam, trabalham e moram com os pais, concluiu o estudo "Coabitação Familiar e Formação de Novos Domicílios", realizado pelo **Ipea**.

De acordo com o documento, a política habitacional "tem que ser diversificada" para cobrir a demanda nas diversas faixas etárias de um público distribuído entre estudantes, trabalhadores, estagiários e casados ou solteiros. Para sair de casa e se tornar independente, o jovem depende das condições do mercado de trabalho e da oferta de habitação, mas o estado civil e o gênero a que pertence também é determinante para essa iniciativa, aponta a pesquisa. O trabalho foi feito com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2009) e leva em conta também tendências coincidentes com as de outros países.

De acordo com os pesquisadores, o déficit habitacional de 2,2 milhões de domicílios (87% dos quais nas áreas urbanas), revelado pela Pnad em 2009, é um dos fatores que explicam a existência da coabitação familiar, assim como o peso do aluguel para o jovem, tanto nas regiões urbanas quanto nas metropolitanas.

Bem estar

Brasileiro otimista com a economia

Um estudo feito pelo **Ipea** mostra que o brasileiro está mais confiante em relação à melhoria da situação socioeconômica do país. O Índice de Expectativa das Famílias brasileiras (IEF) aumentou de 67,2%, em fevereiro, para 67,7% em março.

Esse foi o segundo melhor patamar de otimismo já registrado pelo **Ipea**, atrás apenas dos 69% verificados em janeiro de 2012. A sondagem foi realizada em março em 3.810 domicílios de 214 municípios de todos os estados brasileiros e tem como objetivo avaliar as expectativas das famílias sobre a situação econômica nacional, sobre as perspectivas de condições financeiras, sobre decisões de consumo, sobre condições de quitação de dívidas e em relação ao mercado de trabalho.

O índice cresceu em quatro das cinco regiões brasileiras. A exceção foi a região Sudeste, com queda de 68,8% para 67,7% na relação mensal. O indicador está dentro da média nacional, juntamente com a Região Sul, onde o índice aumentou 1,1 ponto percentual de fevereiro para março.

Dreamstime

O melhor resultado foi registrado na região Centro-Oeste, onde o otimismo das famílias cresceu 11,5 pontos e está em 81,3%. considerado como "grande otimismo". Com desempenhos mais fracos, mas ainda dentro da faixa de otimismo, as regiões Norte (65%) e Nordeste (64,2%) tiveram altas de 2,1 e de 0,3 pontos.

Trabalho

Aumenta o trabalho doméstico

Dreamstime

Apesar do crescimento da economia, da redução do desemprego e do aumento da contratação de trabalhadores formais, o brasileiro trabalha cada vez mais e com maior intensidade – é o que conclui uma pesquisa divulgada pelo **Ipea**.

Para a sondagem, foram entrevistadas 3.796 pessoas em áreas urbanas das cinco regiões do país. Assalariados e autônomos apresentaram percepções diferentes em relação ao assunto. Quase metade dos entrevistados (45,4%) disse que não se desliga totalmente do trabalho após o término da jornada formal. Além disso, 37,7% sentem que o tempo livre vem diminuindo por causa do trabalho e 39,5% acreditam que o tempo dedicado ao trabalho já compromete sua qualidade de vida.

Lançamento

Ipea lança Brasil em Desenvolvimento

Um abrangente levantamento sobre a demanda e a oferta de recursos para um desenvolvimento sustentável do Brasil nos próximos anos. Assim pode ser definida a nova edição de Brasil em desenvolvimento, Estado, planejamento e políticas públicas, lançada em maio pelo **Ipea**. Os estudos, editados em dois volumes, envolveram 52 pesquisadores. Os setores abordados são, entre outros, os de saúde, educação, mobilidade urbana, transportes, infraestrutura, desenvolvimento urbano e regional, investimentos, contas externas, estrutura tributária, inflação e padrão de crescimento.

Luiz Fernando Cortez

Lançamento em São Paulo: Paulo Bastos Cruz Filho (União Cultural Brasil-Estados Unidos), Marcio Pochmann (Ipea), João Ernesto Figueiredo (Instituto de Engenharia – SP), Leda Paulani (FEA-USP) e Bella Feldman (ABA)

Segundo seu coordenador, Aristides Monteiro, o trabalho busca evidenciar quais são os "investimentos necessários para superarmos nossas mazelas históricas e nosso subdesenvolvimento".

GIRO

Social

Brasil sem Miséria alcança 550 mil famílias

A "busca ativa" do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) já conseguiu alcançar 550 mil famílias do total de 16,2 milhões de brasileiros que vivem em situação de extrema pobreza, segundo a ministra Tereza Campello.

A iniciativa faz parte do plano Brasil sem Miséria, que tem como objetivo erradicar a pobreza extrema do país. Segundo a ministra, a busca ativa é uma tarefa importante, pois a população que continua em situação de grande necessidade é muito frágil, apesar do crescimento econômico do Brasil. "Muitos nem sabem que têm direito ao Bolsa Família, então a ideia é que a gente possa se deslocar, ir atrás dessas famílias", explicou Tereza Campello.

As pessoas identificadas pela busca ativa são incluídas no Cadastro Único, que permite o acesso a vários benefícios oferecidos pelo governo, como a tarifa social de energia elétrica.

Grécia

Grécia: quase meio milhão de crianças na pobreza

Dreamstime

Um documento elaborado pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e pela Universidade de Atenas revelou que pelo menos 439 mil crianças vivem abaixo da linha da pobreza na Grécia, em famílias que representam 20,1% da população do país.

Segundo a pesquisa *A condição da infância na Grécia, 2012*, cresce o número de recém-nascidos que sofrem de desnutrição e 21,6% das famílias que vivem abaixo da linha da pobreza têm uma dieta fraca em nutrientes. Estima-se também que 37,1% não têm calefação em casa e 27,8% vive em moradias úmidas ou muito secas.

Apesar de as estimativas oficiais informarem que 21% da população grega viva em condições precárias – com renda inferior a € 470 –, esse índice chegou a 25%, segundo estudos feitos por agências privadas.

Índia

Índia opera submarino nuclear

Dreamstime

Em abril, o governo indiano colocou em funcionamento um submarino nuclear, INS Chakra, que pesa pouco mais de 8,1 mil toneladas. Com isso, a Índia passa a ser o sexto país no mundo a utilizar esse tipo de equipamento. Os demais países que têm submarinos nucleares são China, Rússia, Estados Unidos, Reino Unido e França.

O submarino é de fabricação russa e, de acordo com o governo, não portará armas nucleares. A Índia chegou a operar um submarino construído pelos soviéticos, mas o projeto foi abandonado em 1991. O primeiro submarino nuclear produzido pelo país deve entrar em operação no próximo ano.

Indústria

Desoneração da folha pode atingir toda a indústria até 2014

Dreamstime

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, afirmou recentemente que "O objetivo nosso é chegar até o final do mandato [da presidenta Dilma Rousseff] com a folha de pagamento do setor industrial brasileiro inteiramente desonerada". Segundo ele, "Essa é uma política geral. Tem de ser feita cautelosamente para não provocar desequilíbrios na Previdência e não provocar desequilíbrios nas nossas metas fiscais, que estão mantidas. Esse é um governo que prima pela austeridade fiscal", afirmou.

Entre as principais medidas adotadas pelo governo, estão: a redução a 1% da taxação do PIS/Cofins da indústria, a queda da contribuição patronal de 20% para a previdência (desoneração da folha de pagamento), os estímulos ao investimento em infraestrutura para portos e ferrovias, com desoneração do IPI para produtos sem similar nacional, e o aumento dos recursos para o Programa de Financiamento à Exportação.

Investimentos

Mineradora Anglo American planeja investir US$ 2 bi no Minas–Rio

Dreamstime

A mineradora Anglo American investirá 2 bilhões de dólares (o equivalente a 3,7 bilhões de reais) em 2012 no Brasil, como parte do projeto Minas-Rio.

O projeto, orçado inicialmente em 5 bilhões de dólares, poderá ter gastos extras de 15% por conta do aquecimento do mercado de construção civil brasileiro. O Minas-Rio está em obras e atingirá, em sua primeira fase, uma capacidade de produção de 26,5 milhões de toneladas de minério de ferro.

O projeto tem capacidade para operar em três fases, sendo a primeira iniciada na segunda metade de 2013. O sistema contempla uma mina de ferro e unidades de beneficiamento em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, ambas em Minas Gerais, além do maior mineroduto do mundo, com 525 quilômetros de extensão.

Desigualdade

Salário cresce, mas mulheres ganham menos que homens

Dados do Censo 2010 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o salário das mulheres cresce cerca de três vezes mais do que o dos homens. Enquanto o vencimento delas teve aumento de 13,5% em 10 anos, o equivalente a R$ 867 a mais, em média, o deles aumentou apenas 4%, o que corresponde a R$ 60.

O maior crescimento dos salários das mulheres contribuiu para diminuir a disparidade entre os rendimentos, segundo o IBGE. Mas, ainda assim, as mulheres ganham menos do que os homens.

Entre as regiões do país, de 2000 a 2010, a diferença de vencimentos médios entre homens e mulheres se tornou menor no Norte, onde o rendimento das trabalhadoras passou de 74,6% para 82,4% do montante recebido pelos homens. Já no Sul, o aumento foi menor, de 63,2% para 69%.

Sobre a população em geral, os dados do IBGE mostram que o rendimento médio dos trabalhadores subiu de R$ 1.275, em 2000, para R$ 1.345, em 2010. O valor representa um ganho real de 5,5%.

Internacional

Aumenta o número de pobres nos EUA

Dreamstime

A quantidade de trabalhadores norte-americanos vivendo na pobreza atingiu 7,2% da força de trabalho em 2010, maior índice em duas décadas, segundo dados divulgados pelo Departamento de Estatísticas do Trabalho do governo dos Estados Unidos em abril último.

A linha oficial de pobreza nos EUA em 2010 era uma renda anual de US$ 10.830 para uma pessoa sozinha, e de US$ 22.050 para uma família de quatro pessoas. Em 2009, o índice de trabalhadores pobres era de 7%.

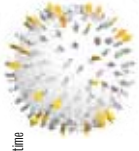
O Departamento informou que, entre as trabalhadoras mulheres, 7,6% são pobres e, entre os homens, a cifra é de 6,7%. Em termos absolutos, os EUA tinham 46,2 milhões de pessoas vivendo na pobreza em 2010, ou 15,1% da sua população total. Os pobres trabalhadores eram 10,5 milhões.

O Departamento de Estatísticas do Trabalho conduziu uma pesquisa especial em 2011, utilizada para calcular as cifras com base em pessoas incluídas na população economicamente ativa.

O índice de trabalhadores abaixo da linha de pobreza era de 5,5% em 1987 – dado mais antigo incluído no relatório do Departamento de Estatísticas do Trabalho – e, em 1999, havia caído para abaixo de 5%.

Mundo

População mundial cresce 75% até 2050, estima ONU



Dreamstime

A população mundial chegará a 9, 3 bilhões de pessoas em 2050, com crescimento de 75% em relação ao número atual, de acordo com estudo feito pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Já a população urbana do planeta, que atualmente é de 2,6 bilhões de pessoas, chegará a 6,3 bilhões na metade do século. Esses dados foram apresentados em documento sobre as perspectivas da urbanização mundial. A África e a Ásia, em conjunto, protagonizarão 86% de todo o crescimento da população urbana do planeta nas próximas quatro décadas. Nas cidades, os maiores crescimentos acontecerão na Índia, na China, na Nigéria, nos Estados Unidos e na Indonésia.

Bertha Becker

“O que causa a perda da biodiversidade é a estrutura econômica que aí está”

Rogério Lessa Benemond – do Rio de Janeiro

Referência nos estudos ambientais, a geógrafa e professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro Bertha Becker não economiza palavras para criticar as novas formas de mercantilização da natureza. Ela não espera muitas novidades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Apesar de confirmada a presença de cerca de noventa chefes de governo, ela vê os Estados nacionais e os movimentos sociais enfraquecidos diante dos interesses financeiros que se voltam para o meio ambiente

Paulo Barreto

Paulo Barreto

Bertha Becker é direta em suas frases: "Onde estão as grandes reservas de recursos naturais? Nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. E as tecnologias estão no norte. Há interesse dos desenvolvidos em ampliar o controle sobre esses recursos". A objetividade se mantém quando ela comenta um dos pontos centrais da Rio+20: "Economia verde é abertura de novos mercados. O que causa a perda da biodiversidade é a emissão de gases, é justamente a estrutura econômica que aí está".

Bertha, que há mais de trinta anos acompanha o avanço da pecuária e da agricultura na Amazônia com graves prejuízos para a floresta, destaca sempre o papel do Estado como indutor do desenvolvimento. Nesta entrevista, ela examina os temas da Conferência – a chamada economia verde, a erradicação da pobreza e a produção e o consumo de recursos naturais – e afirma: "O Brasil, em vez de adotar mecanicamente as cartilhas que são apresentadas, poderia construir suas próprias alternativas".

Temos que nos preocupar com o global, mas não se pode achar que diferentes países, Estados e regiões do planeta são iguais. Seria bom avaliarmos o quanto essa abordagem interessa ao Brasil

Desafios do Desenvolvimento – Qual a importância da Conferência Rio+20 e sua expectativa sobre o evento?

Bertha Becker – Não vejo muita força na Rio+20. Os principais governos estão muito preocupados com as próprias dívidas e suas crises econômicas.

Desenvolvimento – Há blocos de países com propostas comuns?

Bertha Becker – Vejo um bloco formado pela Europa, que está muito mal, e a China, muito independente e poderosa hoje. Apesar dela, os Brics formam outro bloco, no qual o Brasil apresenta dados sobre reflorestamento que impressionam, mas as informações estão sendo refeitas por estarem incorretas. Estamos descobrindo que os desmatadores usam artifícios para não serem detectados por

Perfil

A geógrafa Bertha Becker é professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutora honoris causa pela Universidade de Lyon III, na França, e integrante da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Há mais de 30 anos a pesquisadora percorre a Amazônia e testemunha a ocupação e a devastação da floresta.

Bertha estuda a expansão da fronteira móvel da agropecuária no Brasil desde a década de 1960, fazendo pesquisa de campo. Na década seguinte, acompanhou o avanço da pecuária em Goiás e na Amazônia. Ela se destaca de outros intelectuais por afirmar que está na economia – e não na tecnologia, por exemplo – a solução essencial para a preservação do planeta. Daí identificar no chamado desenvolvimento sustentável uma nova feição da geopolítica dominante.

Publicou, entre outros, *Dimensões humanas da biodiversidade – O desafio de novas relações sociais* (com Irene Garay, Vozes, 2006); *Amazônia. Geopolítica na virada do III milênio* (Garamond, 2004); *Um futuro para Amazônia* (com Claudio Stenner, Oficina de Textos, 2008) e *Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável* (com Ignacy Sachs e Cristovam Buarque, Garamond, 2006).

satélites. Mantêm as copas de algumas árvores e desmatam por baixo. De qualquer forma, além da redução do desmatamento, temos a ascensão das classes C e D, que também impressiona a comunidade internacional. Talvez o Brasil queira formar outro bloco, com a América do Sul, para manter uma liderança que sempre teve.

Desenvolvimento – Há outros grupos, como o G77, que reúne 131 países em desenvolvimento. Que propostas podem apresentar?

Bertha Becker – Não vejo que tenham grande força. Sob a liderança da Europa, estão tentando sair do conceito de *desenvolvimento sustentável* para o de *sustentabilidade global*. Prefiro o primeiro, pois não gosto da ideia do global acima de tudo. Temos que nos preocupar com o global, mas não se pode achar que diferentes países, Estados e regiões do planeta são iguais. Seria bom avaliarmos o quanto essa abordagem interessa ao Brasil.

Desenvolvimento – Há textos seus destacando que, após a década de 1970, o desenvolvimento sustentável passou a ser uma nova feição da geopolítica internacional. A Rio 92 aconteceu em plena ascensão do modelo neoliberal. Já a Rio+20 acontece quando o modelo está desacreditado. Na questão ambiental isso muda alguma coisa?

Bertha Becker – A dimensão geopolítica continua. Há gente honesta, legitimamente envolvida, que se preocupa com os problemas do planeta. E há também interesses geopolíticos. Onde estão as grandes reservas de recursos naturais? Nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. E as tecnologias estão no norte. Há interesse dos desenvolvidos em ampliar o controle sobre esses recursos.

Desenvolvimento – Há outras disputas a destacar?

Bertha Becker – Sim. A vulnerabilidade dos europeus à elevação do nível do mar e o fato de que os Brics estão retirando populações da miséria. Elas entrarão no mercado de consumo. Há também uma entrada firme do capital nas questões ligadas às cidades. São os casos de saneamento e reciclagem. A meu ver isso cria condições para a reprodução da força de trabalho, pois nunca antes entraram nessa área. O grande problema dos europeus é que se houver realmente o aquecimento global, algumas regiões desaparecem. A Inglaterra é uma ilha. A Noruega e a Suécia são uma grande península cercada por mares. A Holanda já está abaixo do nível do mar. Não é por acaso que esses países comandam a questão global do clima. A maior parte de nossa população está na costa, mas temos alternativas de grandes territórios. Os Brics têm grandes territórios. A Amazônia está se tornando uma área de imigração. Não é por acaso que Japão

131

países

de três continentes integram atualmente o G77

Onde estão as grandes reservas de recursos naturais? Nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. E as tecnologias estão no norte. Há interesse dos desenvolvidos em ampliar o controle sobre esses recursos

Paulo Barreto

e Holanda estão fazendo investimentos bilionários para se proteger. No Brasil, mesmo tendo território, deveríamos estar planejando a interiorização.

Desenvolvimento – Podemos aceitar um acordo para reduzir o consumo justamente agora que estamos liberando gente da miséria?

Bertha Becker – Podemos pensar como fazê-lo, mas jamais deixar de incluir. No mundo desenvolvido é preciso mudar padrões de produção e de consumo. Nós aqui temos que mudar os padrões de produção – digo isso há anos em relação à Amazônia – mas será difícil mudar o padrão de consumo.

Desenvolvimento – Outro conceito recente, ligado à ideia de sustentabilidade, é o de *economia verde*. O que acha dele?

Bertha Becker – Não gosto desse conceito. Dizem que a economia verde está ligada aos três pilares do desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental), mas na verdade é um pilar meramente econômico. Os textos das Nações Unidas não definem muito bem esse conceito, assim como o de desenvolvimento sustentável. Com uma ideia vaga, a adesão é muito maior, ninguém pode ser contra.

Não se trata apenas de salvar o planeta, acabar com as emissões, mas de saber se isso vai resolver o problema dos pobres do mundo. É discurso de Banco Mundial. Nesse sentido, a Rio+20 pode até fortalecer o neoliberalismo

Desenvolvimento – O que está por trás disso?

Bertha Becker – Uma tentativa de superar a crise econômica através da expansão do sistema em múltiplos outros meios e atividades, inclusive sobre os recursos naturais. Poucos fazem a ligação entre a crise econômico-financeira e a crise ambiental. A chamada economia verde representa a abertura de novos mercados, implica tomar conta de recursos naturais e entrar nas cidades. Além de não se fazer a diferenciação entre países, Estados e regiões, ninguém fala nas causas econômicas dos problemas. Antes era tudo ambiental. Agora incorporaram a questão social. Virou socioambiental. Existe a ideia que a ciência e a tecnologia salvarão o planeta. Mas acho muito difícil, se não houver mudanças nas causas da degradação. Nesse sentido não há dúvida que o neoliberalismo ainda impera.

Desenvolvimento – O meio ambiente tornou-se uma questão de mercado?

Bertha Becker – Sim. Já escrevi sobre isso há alguns anos: existe a mercantilização dos elementos da natureza. O que a economia verde quer é tentar superar obstáculos, inclusive da crise, abrindo novas fronteiras. Recursos naturais, produção de energia e, como parte disso, reprodução da força de trabalho. Tanto que estão entrando nas cidades. Ninguém pode ser contra a reciclagem, ao saneamento, mas o que está havendo é abertura de novos mercados. O capitalismo contemporâneo está passando por transformações e tem mesmo que mudar. A pergunta é: Quem vai promover a mudança?

Desenvolvimento – Qual o papel dos Estados nacionais e dos movimentos sociais nessa história?

Bertha Becker – O Estado tem papel central. Os movimentos sociais e a ciência podem ser aliados, no sentido de demarcar os limites para o mercado. Mas os governos e movimentos sociais sozinhos não têm força e, se o Estado está fraco, os cientistas muito mais. Estão muito afastados da questão sociopolítica, no sentido mais amplo. Ficam muito restritos às suas especialidades. Quem pode criar externalidades positivas para os povos, no meio da trama financeira, são os Estados. No entanto, o complexo financeiro está comandando o mundo. Ninguém toca nisso. Não se trata apenas de salvar o planeta, acabar com as emissões, mas de saber se isso vai resolver o problema dos pobres do mundo. Não gosto da expressão "erradicar a pobreza". É discurso de Banco Mundial. Nesse sentido, a Rio+20 pode até fortalecer o neoliberalismo. Há um *pool* de agências financeiras voltadas para a pesquisa. Já financiavam muitas ONGs, agora a carga é sobre a pesquisa.

Paulo Barreto

Poucos fazem a ligação entre a crise econômico-financeira e a crise ambiental. A chamada economia verde representa a abertura de novos mercados, implica tomar conta de recursos naturais

Desenvolvimento – Há uma unidade entre ativistas e entidades da sociedade sobre os rumos a tomar?

Bertha Becker – Eu acho que houve um grande avanço dos movimentos sociais. Na Amazônia, por exemplo, nunca houve antes movimentos de reivindicação, que, dialeticamente, foram alavancados pela questão da terra, tendo o Estado como grande indutor da migração. Houve primeiro uma grande mobilização em torno da questão espacial, já que o peão é expropriado continuamente da terra, daí essa denominação – ele está sempre "girando" territorialmente. Isso trouxe uma conscientização política. Os assassinatos também. A igreja ajudou muito. Mas se isso será suficiente para enfrentar forças tão poderosas não se sabe.

A ideia é que a ciência e a tecnologia salvarão o planeta. Mas acho muito difícil, se não houver mudanças nas causas da degradação. Nesse sentido não há dúvida que o neoliberalismo ainda impera

Paulo Barreto

Desenvolvimento – A perda de poder do Estado não debilita a alternativa do planejamento?

Bertha Becker – Sim. Por isso temos que lutar pelo restabelecimento do papel do Estado, até porque no momento não há perspectiva de nenhuma revolução mais profunda. E o Brasil, em vez de adotar mecanicamente as cartilhas que são apresentadas, poderia construir suas próprias alternativas.

Desenvolvimento – Por onde começar?

Bertha Becker – Primeiro, interromper o desflorestamento. Isso é histórico. A América Latina toda cresceu no processo de economia de fronteira, ou seja, apropriação de mais terra e recursos naturais. Esse padrão tem que mudar. Depois, acabar com o desperdício em todos os setores, não apenas no lixo urbano. De todos os recursos naturais usados, aproveitamos ínfima parte, em todas as atividades. Na construção civil é um horror. Temos ainda que desenvolver tecnologias inovadoras. Não podemos ficar dependentes de importação de tecnologias e financiamentos externos.

Desenvolvimento – Inovar em que direção?

Bertha Becker – No sentido de limpar nossos produtos. O diesel brasileiro é sujo e emite muito mais que o diesel comum. Boa parte da frota de caminhões do Brasil tem média de 50 anos. Teria que ser toda renovada. Há várias coisas fundamentais a fazer, inclusive usando o dinheiro do petróleo. Ou o Brasil desenvolve tecnologia industrial, inclusive para melhorar nossa produção, ou permanecerá dependente.

Júlio César Roma

A Economia de Ecossistemas e da Biodiversidade no Brasil

A importância do capital natural para o bem-estar das populações humanas e a economia dos países vem sendo evidenciada por meio de algumas iniciativas internacionais recentes, dentre as quais se destaca a "Economia de Ecossistemas e da Biodiversidade" (TEEB). Inspirado no Relatório Stern, que estimou os impactos econômicos resultantes das mudanças climáticas ao longo dos próximos 50 anos, o TEEB buscou estimar efeitos da perda global de biodiversidade, bem como benefícios econômicos de sua conservação. Seus resultados foram apresentados em 2010 sob a forma de diversos relatórios temáticos, destinados a cientistas, gestores de políticas públicas, empresários e aos cidadãos em geral.

O Brasil apresenta um imenso capital natural, o que inclui a maior área de florestas tropicais, entre 12 e 16% da água doce do planeta pelo menos 13% de todas as espécies mundiais, com benefícios gerados tanto em nível local quanto global. A conservação das florestas brasileiras, por exemplo, é vital para a regulação climática, tanto pela manutenção dos estoques de carbono na biomassa (que, liberados, teriam conseqüências catastróficas para o aquecimento global) quanto pela regulação do regime de chuvas, que afetam áreas agrícolas ao redor do planeta. Porém, excluindo-se uma pequena parte que é comercializada, como madeira e outros produtos do extrativismo, a grande maioria desse patrimônio refere-se a serviços ecossistêmicos que não têm direitos de propriedade definidos e não apresentam valor econômico. Isso faz com que seus benefícios não sejam considerados nas decisões econômicas, o que acaba contribuindo para sua perda.

O modelo de desenvolvimento que o Brasil tem adotado é um reflexo disso. Na primeira década deste século, acompanhando o aumento do preço das *commodities* nos mercados internacionais, houve grande crescimento de setores intensivos em recursos naturais. Estudo recente realizado por pesquisadores do **Ipea**, que analisou a produtividade do trabalho, a evolução da produção e do emprego nas diversas atividades econômicas do Brasil entre 2000 e 2009, concluiu que os setores que mais se destacaram foram aqueles predominantemente intensivos em recursos naturais (agropecuária e indústria extrativa) e pouco intensivos em conhecimento (serviços). Este processo impõe novas pressões sobre as áreas preservadas remanescentes e sobre os serviços ecossistêmicos e a biodiversidade.

Nesse contexto, estamos desenvolvendo no **Ipea**, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e a Conservação Internacional, o projeto "A Economia de Ecossistemas e da Biodiversidade no Brasil". Assim como ocorreu na iniciativa internacional, nosso objetivo é promover um melhor entendimento do valor econômico dos serviços ecossistêmicos brasileiros, com vistas a levá-los em consideração de maneira mais apropriada nos processos de tomada de decisão de políticas públicas nacionais.

Na primeira etapa da pesquisa, em fase de conclusão, buscamos identificar, por meio de levantamento bibliográfico do período 2000 a 2011, estudos que valoraram ou evidenciaram a importância dos serviços ecossistêmicos e da biodiversidade para a economia brasileira. Para essa finalidade, foram selecionados 105 trabalhos, dos quais 79 são estudos empíricos. Esses últimos foram objeto de uma meta-análise, contendo as frequências de estudos por biomas, setores econômicos, serviços ecossistêmicos abordados e métodos utilizados na valoração. Adicionalmente, avaliamos preliminarmente a disponibilidade de dados e capacidades técnicas para realização das próximas etapas do TEEB-Brasil.

Pudemos observar uma distribuição geográfica bastante desigual dos estudos empíricos de valoração levantados, dos quais 24 referem-se ao bioma Amazônia e 21 à Mata Atlântica, seguindo-se o Cerrado e a Zona Costeira e Marinha (10 cada), Caatinga e Pantanal (4 cada) e, por fim, o bioma Pampa, com apenas 2 estudos. A maioria dos trabalhos abordou serviços ecossistêmicos de regulação hídrica (19) e climática (18), seguindo-se serviços de manutenção de hábitats para biodiversidade, provisão de alimentos e serviços de turismo/recreação (13 cada). Quanto aos setores econômicos, destacam-se estudos que abordaram a agricultura (23), turismo e recreação (18), pesca e aqüicultura (11) e o madeireiro (9).

Estes e os demais resultados serão publicados em breve.

Júlio César Roma é técnico de Planejamento e Pesquisa da da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea) e coordenador da pesquisa "A Economia de Ecossistemas e da Biodiversidade no Brasil". Participam da pesquisa os técnicos de Planejamento e Pesquisa do Ipea Sandra Paulsen, Nilo Saccaro e Lucas Mation, além dos bolsistas PNPD Pedro Vasconcellos e Caio Miranda.

Discussão sobre futuro ambiental do planeta volta ao Rio vinte anos depois

Maurício Thuswohl – do Rio de Janeiro

O Brasil volta a sediar a mais importante conferência sobre o meio ambiente de toda a História. A Eco-92 teve resultados que pautaram os debates e as disputas ambientais por duas décadas e geraram vários organismos, normas e entidades de defesa da natureza. Agora, a Rio+20, que deve receber quase uma centena de chefes de Estado e um público estimado em 50 mil pessoas, será palco de embates entre governos, empresários e organizações sociais. Na pauta, a difícil articulação entre modalidades de desenvolvimento e dinâmicas de preservação ambiental

Dreamstime

Há exatos vinte anos, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se por alguns dias a capital mundial da ecologia. Ao sediar a histórica Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (também conhecida como Cúpula da Terra, Eco-92 ou Rio-92) e o Fórum Global (encontro organizado pela sociedade civil), o Rio viu de perto a construção do arcabouço de convenções, acordos e tratados que embasaram toda a discussão sobre políticas ambientais globais nas duas décadas seguintes. Em 1992, ano em que foi cunhado o termo "desenvolvimento sustentável", vivia-se um momento de efervescência da questão ambiental, e a Eco-92 teve como resultado a criação de importantes instrumentos como a Convenção sobre Mudanças Climáticas, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção sobre Desertificação, a Carta da Terra e a Agenda 21, entre outros.

Agora, o Rio se prepara para receber a próxima Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, desta vez batizada de Rio+20, além de eventos paralelos de grande importância como a Cúpula dos Povos (protagonizada por organizações, redes e movimentos sociais de todo o mundo), o C40 (que reunirá autoridades das 59 maiores metrópoles do mundo), o Rio Clima (que tratará especificamente do aquecimento global) e o Seminário de Lideranças Empresariais sobre Desenvolvimento Sustentável. O contexto de mobilização ambiental e otimismo político vivido por todos esses setores há duas décadas, no entanto, é substituído em 2012 pelo pessimismo e a incerteza causados pela vagarosidade das negociações internacionais, associados à constatação de que a luta pela salvação ambiental do planeta é, mais do que nunca, uma corrida contra o relógio.

O alerta dado sobre a inevitabilidade do aquecimento do planeta, comprovadamente causado pela ação direta do homem, aparecia pela primeira vez associado a eventos concretos que já estão em andamento e podem ser percebidos em várias partes do mundo, como, por exemplo, o derretimento de geleiras, a subida do nível dos oceanos e o aumento da incidência e da força de furacões e outras tempestades tropicais

ALERTA SOBRE AQUECIMENTO O atual cenário começou a se formar com a divulgação em 2007 dos primeiros relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), colegiado formado por cientistas de todo o mundo, arregimentados pela ONU. O alerta dado sobre a inevitabilidade do aquecimento do planeta, comprovadamente causado pela ação direta do homem, aparecia pela primeira vez associado a eventos concretos que já estão em andamento e podem ser percebidos em várias partes do mundo, como, por exemplo, o derretimento de geleiras, a subida do nível dos oceanos e o aumento da incidência e da força de furacões e outras tempestades tropicais. Atualmente, o processo é reconhecido como irreversível em curto prazo e cientistas e governos já falam em limitar o aquecimento médio da Terra a dois graus Celsius, o que implicaria grandes mudanças ambientais.

A tomada de consciência sobre a urgência do problema ambiental pelos líderes mundiais não redundou na adoção de medidas rápidas e concretas para combatê-lo. Nos últimos quatro anos, a maioria dos países, sobretudo os mais ricos, dedicou maior esforço às tentativas de conter a crise econômica e financeira global detonada pelo escândalo hipotecário no mercado imobiliário dos Estados Unidos. Isso fez com que as inúmeras conferências da ONU sobre mudanças climáticas – conhecidas como COPs – e outros encontros governamentais realizados para discutir problemas como o aquecimento global, o aumento da desertificação, a perda da biodiversidade e o aumento do impacto das mudanças ambientais sobre as populações humanas mais vulneráveis, entre outros, lograssem pouco ou nenhum avanço.

Superar esse impasse é o principal objetivo da Rio+20, mas as negociações travadas durante o processo de preparação da Conferência vêm sendo alvo de críticas oriundas dos mais diversos setores. De um lado, acusa-se a Rio+20 de adotar uma agenda de discussões muito genérica, tratando de maneira superficial alguns temas ambientais de grande importância, como biodiversidade, proteção dos oceanos, direito ao acesso à água e até mesmo mudanças climáticas. De outro, aponta-se a ausência de referências a direitos humanos e justiça socioambiental, entre outros itens considerados fundamentais, sobretudo, pelas organizações da sociedade civil e os movimentos sociais.

CRÍTICAS À TESE-GUIA Sob a coordenação do secretário-geral da Rio+20, o chinês Sha Zukang, e dos coordenadores-executivos Brice Lalonde (ex-ministro do Meio Ambiente da França) e Elizabeth Thompson (ex-ministra da Energia e Meio Ambiente de Barbados), foram determinados três temas principais para a Conferência: economia verde, estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza. Os três temas estão presentes no esboço de tese-guia, chamado até agora de Rascunho Um. O documento, no entanto, é considerado vago e insatisfatório por diversos atores que participarão da Rio+20.

"Se for para citar seu principal problema, eu diria que o Rascunho Um não questiona os atuais padrões de produção, comércio e consumo da humanidade. Sem isso, não dá para se falar seriamente em encontrar uma solução ambiental para o planeta", afirma Pedro Ivo Batista, dirigente do Comitê Nacional em Defesa das Florestas, entidade que representa no Grupo de Articulação (GA) que organiza a Cúpula dos Povos. Representante da sociedade civil nas discussões sobre o Rascunho Um que acontecem em Nova York, a antropóloga Iara Pietricovsky também não poupa a tese-guia até aqui elaborada para a Rio+20: "O documento parece não enxergar nenhuma relação entre o homem e o meio ambiente", resume.

As dificuldades no decorrer das negociações apontadas pelo movimento socioambiental vão desde o veto de Estados Unidos, Canadá, França e Austrália ao item do Rascunho Um que reconhecia o acesso aos recursos naturais como um direito humano até a recusa, pelos países ricos, da proposta apresentada pelo G77 (grupo do qual o Brasil faz parte) para que o calendário de negociações em torno da tese-guia da Rio+20 fosse estendido. Outra queixa é destinada especificamente ao governo dos EUA, que não aceita discutir a criação de mecanismos de incentivo financeiro aos países mais pobres para que estes desenvolvam técnicas de produção sustentável e de combate ao desmatamento e ao aquecimento global.

"Concordo com o sentimento daqueles setores que estão preocupados com o rumo das negociações e os resultados da Rio+20. Acho justa a pressão da sociedade por uma conferência mais ambiciosa. O processo preparatório está muito lento, e isto tem atrapalhado as negociações"

Achim Steiner,
diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma)

Roberto Stuckert Filho

92
chefes
de Estado ou de governo já confirmaram presença no encontro de cúpula da Rio+20

As críticas ao Rascunho Um não partem somente da sociedade civil, mas também de representantes governamentais. É o caso do alemão Achim Steiner, diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma): "Concordo com o sentimento daqueles setores que estão preocupados com o rumo das negociações e os resultados da Rio+20. Acho justa a pressão da sociedade por uma conferência mais ambiciosa. O processo preparatório está muito lento, e isto tem atrapalhado as negociações", disse, em entrevista ao jornal brasileiro *O Globo*.

FUTURO DO PNUMA O status e até mesmo a própria existência do Pnuma serão um dos principais pontos de discussão durante a Rio+20. A ONU, por intermédio do próprio Steiner, apresentou a proposta de transformar seu programa ambiental em uma agência especializada, nos moldes da Organização Mundial de Comércio (OMC) e da Organização Mundial da Saúde (OMS). A proposta, que conta com o apoio da União Europeia, aumentaria a representatividade e a influência direta dos países na elaboração e execução de ações ambientais, já que atualmente qualquer decisão do Pnuma, para ser implementada, precisa passar antes pelo crivo da Assembleia Geral da ONU.

496
milhões
de reais serão gastos pelo governo com alimentação, hospedagem, transporte e comunicações, no evento da Rio+20

Studio Casagrande (Jay Louvion/Kryvosheiev Nikita)

"O investimento em tecnologia verde já existe, mas seria mais eficiente se fossem diminuídas as barreiras à importação de tecnologias e serviços"

Jean-Guy Carrier,
secretário-geral da Câmara Internacional de Comércio

No entanto, os países do G77, com o decisivo apoio dos EUA, são contrários à criação de uma nova agência, defendendo apenas o fortalecimento financeiro, logístico e administrativo do Pnuma: "Nosso receio é que a transformação do Pnuma em uma agência especializada acabe fazendo com que os recursos e esforços fiquem concentrados em questões exclusivamente ambientais, deixando de lado os aspectos social e econômico necessários na busca pelo desenvolvimento sustentável", diz o embaixador André Corrêa do Lago, negociador-chefe do governo brasileiro para a Rio+20.

PRESENÇAS E AUSÊNCIAS Segundo o governo brasileiro, até meados de abril, 92 chefes de Estado ou de governo já haviam confirmado presença no Rio de Janeiro entre os dias 20 e 22 de junho, quando acontece o encontro de cúpula da Rio+20. O Itamaraty não divulga nomes, mas algumas baixas importantes já podem ser dadas como certas. O primeiro-ministro da Inglaterra, David Cameron, avisou oficialmente ao Brasil que não virá à Conferência. Convidado pessoalmente pela presidente Dilma Rousseff, durante sua visita aos EUA no começo de abril, Barack Obama alegou compromissos com sua campanha eleitoral para justificar a ausência. Outra que ainda não confirmou se virá ao Rio é a primeira-ministra da Alemanha, Angela Merkel.

Mesmo com a provável ausência de alguns personagens importantes, a expectativa do governo brasileiro é por uma presença expressiva de chefes de Estado no Rio, o que atestaria o sucesso do esforço diplomático pela realização do evento. Além disso, espera-se que cerca de 50 mil pessoas participem da Rio+20 e da Cúpula dos Povos. A Conferência oficial acontecerá no Riocentro e o encontro da sociedade civil no Aterro do Flamengo, território considerado simbólico pelo movimento socioambiental, por ter recebido o Fórum Global durante a Eco-92.

O Seminário de Lideranças Empresariais e o C40 serão realizados no Forte Copacabana, e outras atividades ligadas ou paralelas à Rio+20 acontecerão em diversos pontos da cidade, como a Barra da Tijuca, a Quinta da Boa Vista e a Zona Portuária. A expectativa de gastos do governo brasileiro com a Rio+20 é de R$ 496 milhões em itens como alimentação, hospedagem, transporte e comunicações. Segundo o Ministério da Defesa, somente com a montagem do aparato de segurança, que terá cerca de 20 mil homens, serão gastos R$ 150 milhões.

SETORES MOBILIZADOS Além dos governos e das organizações e redes do movimento socioambiental, outros setores da sociedade

Adenilson Nunes/Secom

O direito das populações tradicionais ao território é um tema que pode gerar polêmica durante a Conferência

global buscarão influenciar os resultados da Rio+20. Em abril, uma reunião internacional de empresários foi realizada em Haia, na Holanda, para discutir propostas de consenso que deverão, segundo um compromisso assumido por Sha Zukang, ser apresentadas em junho durante a Conferência da ONU. Foram tratados pelos empresários temas como o estímulo à economia verde e o incentivo à inovação científica e tecnológica, entre outros: "O investimento em tecnologia verde já existe, mas seria mais eficiente se fossem diminuídas as barreiras à importação de tecnologias e serviços", disse à agência Reuters o canadense Jean-Guy Carrier, secretário-geral da Câmara Internacional de Comércio, antecipando a principal proposta do setor.

50

mil pessoas

devem participar da Rio+20 e da Cúpula dos Povos

No âmbito interno, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), principal organizadora do Seminário de Lideranças Empresariais, divulgará na Rio+20 um documento, elaborado em conjunto com 16 associações industriais regionais, com propostas para a economia brasileira: "Cada associação produziu um documento sobre a sustentabilidade em seu setor, identificando conquistas, demandas e gargalos", diz Mônica Messenberg, diretora de Relações Institucionais da CNI. Segundo ela, muitos setores da indústria nacional se ressentem de insegurança jurídica na seara ambiental: "Isso é um empecilho aos investimentos e mesmo à criação de cadeias produtivas articuladas, que são uma saída para setores que, em razão da própria natureza do seu negócio, são menos sustentáveis do que outros", diz.

As dificuldades no decorrer das negociações apontadas pelo movimento socioambiental vão desde o veto de Estados Unidos, Canadá, França e Austrália ao item do Rascunho Um que reconhecia o acesso aos recursos naturais como um direito humano até a recusa, pelos países ricos, da proposta apresentada pelo G77 para que o calendário de negociações em torno da tese-guia da Rio+20 fosse estendido

Outro setor que se articula para atuar de forma unificada na Rio+20 é o científico, já bastante ativo e propositivo desde a divulgação dos primeiros relatórios do IPCC. Em março, foi lançado em Londres o manifesto "O Estado do Planeta", que reúne mais de três

mil assinaturas de cientistas de todo o mundo. O documento cobra pressa dos políticos na solução da crise ambiental global e ressalta que "a degradação ambiental cresceu muito nas duas últimas décadas, a despeito dos acordos feitos durante a Eco-92". No Brasil, alguns cientistas têm criticado publicamente a Rio+20: "A conferência privilegia os problemas sociais e econômicos, em detrimento das questões ambientais", afirma o físico e professor da USP José Goldemberg, em linha de raciocínio oposta à apresentada pelo governo.

Anfitrião pela segunda vez do mais importante encontro ambiental do planeta, o Brasil vive um momento de definição de rumos em suas políticas ambientais internas, o que poderá ter reflexos durante a Rio+20

EMBATES À VISTA Anfitrião pela segunda vez do mais importante encontro ambiental do planeta, o Brasil vive um momento de definição de rumos em suas políticas ambientais internas, o que poderá ter reflexos durante a Rio+20. O governo brasileiro, que ocupou de vez um lugar de destaque ao assumir em 2009, durante a COP-15 realizada em Copenhagen, metas voluntárias de redução de suas emissões de gases provocadores do efeito estufa, corre o risco de passar durante a conferência por um embate público com os movimentos sociais.

O caso mais emblemático diz respeito às mudanças no Código Florestal, aprovadas pelo Congresso Nacional. "O ataque em curso a nossa legislação ambiental, que é uma das melhores do mundo, não é compatível com um governo que quer ser protagonista das negociações internacionais. É, definitivamente, uma contradição que será debatida na Rio+20 e na Cúpula dos Povos", diz Carlos Henrique Painel, coordenador do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais pelo Meio Ambiente (FBOMS).

Outro tema que pode gerar um embate público entre a sociedade civil e o governo brasileiro durante a Rio+20 é o direito das populações a seus territórios. Nesse caso, o problema surgiu após a aprovação da PEC 215 pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. A proposta transfere ao Congresso Nacional o poder de determinar a criação de novas Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Terras Quilombolas, hoje prerrogativa do Executivo, e desagradou ao movimento socioambiental no Brasil.

"A conferência privilegia os problemas sociais e econômicos, em detrimento das questões ambientais",

José Goldemberg"
físico e professor da Usp

Everton Zanella Alvarenga

Ana Cotta.

A mudança da legislação ambiental brasileira deverá ser tema de debates ao longo do evento

Jorge Hargrave
Sandra Paulsen

Economia Verde e desenvolvimento sustentável

Economia verde é uma economia na qual a finitude dos recursos naturais, os serviços ecossistêmicos e os limites planetários dados pela ciência são levados em consideração e constituem marcos claros dentro dos quais as atividades de produção, distribuição e consumo poderão ter lugar. Numa economia verde os serviços dos ecossistemas são considerados nos processos de tomada de decisões, as externalidades ambientais são internalizadas e questões como mudança do clima, escassez dos recursos naturais, eficiência energética e justiça social são elementos centrais e orientadores do comportamento dos agentes.

Diferente disso, desenvolvimento sustentável é um conceito mais amplo e abstrato, que aponta princípios a serem seguidos; quase um protocolo de boas intenções. Assim, a economia verde seria uma forma mais concreta de modificar as economias dos países para avançar rumo ao desenvolvimento sustentável; uma maneira de implementar os princípios da sustentabilidade no desenvolvimento econômico.

A transição para uma economia verde não é uma opção, mas uma tendência da economia mundial. Seus propulsores são tanto mudanças regulatórias que modificam os preços relativos do uso de recursos (e.g. mercados de carbono), quanto a mudança de atitude dos consumidores – tendência que já se verifica no norte da Europa por exemplo. Desse modo, ela se concretiza não só em termos de necessidades de adaptação a novas regulações, mas também em oportunidades de novos negócios.

Ao contrário do que muitos argumentam, a economia verde não é um caminho único e não vai contra o direito ao desenvolvimento. As estratégias nacionais podem e devem ser diferentes entre si e devem estar baseadas nas dotações de recursos naturais, humanos e de capital existentes em cada país. Ao invés de resistir a novas tecnologias e padrões de produção, os países deveriam avançar e descobrir nichos nos quais se aperfeiçoar e basear sua estratégia de desenvolvimento dentro desse novo modelo. O Brasil, por exemplo, deveria, além de esverdear sua economia, aproveitar estrategicamente características de sua economia que já seguem essa tendência – como é o caso da matriz energética com baixa intensidade de carbono.

Usando o consumo per capita ou a pegada ecológica como *proxies* para o impacto dos países no meio ambiente, vê-se que o impacto dos países mais desenvolvidos é muito maior do que a dos em desenvolvimento. Assim, a economia verde deveria levar à redução das pegadas ecológicas dos países ricos e a um caminho pelo qual países em desenvolvimento poderiam se desenvolver sem ter que passar pela atual pegada ecológica dos países ricos.

Alguns pontos deveriam ser prioritários numa estratégia de economia verde global: a) a centralidade dos conceitos de pegada ecológica (ou alguma variante) e biocapacidade, que mostrem o impacto ambiental não apenas dos padrões de produção, mas também do consumo em cada país; b) pagamentos de serviços ecossistêmicos em nível internacional; c) esquemas nacionais e internacionais de financiamento e transferência de tecnologia para o desenvolvimento de setores baseados na economia verde; d) algum tipo de precificação do carbono e) eliminação de subsídios perversos, por exemplo, aos combustíveis fósseis.

Nesse contexto, o papel da educação também será central – tanto da educação ambiental, quanto do sistema educacional como um todo. Uma economia verde e novos padrões de produção, distribuição e consumo exigem cidadãos bem formados e informados. Os setores de alta tecnologia requerem mão de obra qualificada nos diferentes níveis (superior, técnico e profissionalizante) e uma educação básica de qualidade que forme cidadãos conscientes, críticos e com capacidade de resolver problemas. Da mesma forma, certificação ambiental, e campanhas informativas são políticas essenciais para promover mudanças no comportamento dos agentes econômicos.

Não pode haver sustentabilidade do desenvolvimento econômico sem manutenção, ao longo do tempo, da base de capital a partir da qual a economia produz. Numa economia verde, os capitais físico, social, humano e natural devem ser preservados para as gerações futuras. Como não há possibilidade de substituição absoluta entre os diferentes tipos de capital, e na medida em que o capital natural passe a representar uma restrição ao crescimento econômico, apenas com progresso técnico adequado e mudanças nos padrões de produção e consumo a economia poderá crescer rumo ao desenvolvimento sustentável. Cabe agora a governos, empresas e indivíduos traduzirem em ações o conceito de economia verde.

Jorge Hargrave e **Sandra Paulsen** são economistas, técnicos de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

O lado B da economia verde

Verena Glass – de São Paulo

Negociações internacionais sobre alterações climáticas têm adotado uma lógica cada vez mais centrada no mercado. Mecanismos como créditos de carbono vinculam ações preservacionistas às dinâmicas financeiras. Para os países ricos, o cuidado com a natureza deve ser feito de modo a não atrapalhar o andamento da economia. Seria a única alternativa diante de devastações ambientais em áreas de proteção?

Queimada no Mato Grosso – Código Florestal propõe compensação por desmatamento

Verena Glass

Vinte anos depois da Eco-92, o Rio de Janeiro volta a ser palco de uma rodada de negociações para enfrentar as crises do crescente desequilíbrio ambiental e climático planetário. A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – UNCSD, na sigla em inglês, ou simplesmente Rio+20 –, será realizada com dois propósitos centrais: avançar numa *governança ambiental global* e, principalmente, consolidar o conceito de *economia verde*.

Pelo andar das negociações multilaterais que antecedem o evento – principalmente as relacionadas ao documento base (Rascunho Um) da Conferência, que deverá nortear as discussões –, a Rio+20 terá bem menos meio ambiente e bem mais mercado do que o evento de 1992. A última reunião informal do Comitê Preparatório da Conferência, ocorrida em Nova York em março, deu sinais de que os países desenvolvidos tentarão se blindar contra propostas onerosas a Estados e empresas, principalmente as que abordaram questões elementares de direitos humanos e responsabilidades ambientais dos governos

"FAREMOS QUANDO PUDERMOS" De acordo com antropóloga Iara Pietricovsky, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), que acompanhou as discussões de março, os países desenvolvidos têm defendido um documento minimalista e reduzido, uma declaração "do tipo faremos quando pudermos". O objetivo é encurtar e enxugar ao máximo o Rascunho Um. Estados Unidos, Canadá e Austrália defenderam, por exemplo, a exclusão de três importantes princípios, constantes na primeira versão do Rascunho Um. O primeiro é o *principio do país poluidor/pagador*, que define que o Estado responsável por danos ambientais deve arcar com os custos da reparação. Em seguida viria o *principio de precaução ambiental*, estabelecendo que uma ação deve ser evitada em caso de incerteza quanto ao impacto do uso de uma técnica ou produto. Por fim, haveria o *principio das responsabilidades comuns mas diferenciadas*, reconhecendo que os países desenvolvidos são os maiores responsáveis pela degradação do meio ambiente.

95 km²

de cobertura vegetal nativa serão eliminados com a criação da usina Teles Pires

Ainda segundo Pietricovsky, também foram questionados os pontos que tratam de segurança alimentar, água potável e saneamento básico, erradicação da pobreza e responsabilidade dos Estados com o desenvolvimento sustentável. Além disso, a palavra "pobreza" foi substituída por "extrema pobreza", o que, para fins de responsabilização dos Estados e de investimentos em políticas públicas, faz uma enorme diferença.

A perspectiva, tida como economicista, da Conferência da ONU tem suscitado pesadas críticas de intelectuais como os sociólogos Michael Löwy e Boaventura de Sousa Santos. Várias entidades e lideranças sociais, representantes de populações tradicionais, organizações camponesas e outros fazem coro com tais avaliações.

Mas afinal, o que é a *economia verde*, a vedete da Rio+20?

FALTA DE CONSENSO A bem da verdade, não há consenso sobre o assunto entre seus próprios proponentes, como ficou claro na rodada de negociações de março. Na definição do *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), "uma economia verde é a que resulta em melhora do bem-estar humano e da equidade social, enquanto reduz significativamente riscos ambientais e a escassez ecológica". Em uma economia verde, se defende que "crescimento em renda e emprego deve ser baseado em investimentos públicos e privados que reduzam emissões de carbono e poluição, aumentam a eficiência energética e de recursos, e reduzem a perda de serviços da biodiversidade e dos ecossistemas". A economia verde, em suma,* "sintetiza o reconhecimento crescente de que alcançar a sustentabilidade depende quase inteiramente em acertar na economia", salienta o órgão.

Verena Glass

Plantação de soja no interior da terra indígena Maraiwastede, no Mato Grosso, uma das mais desmatadas por fazendeiros invasores

Para Löwy, no entanto, economia verde "não é outra coisa do que uma economia capitalista de mercado que busca, em termos de lucro e rentabilidade, algumas propostas técnicas 'verdes' bastante limitadas". Sousa Santos vai além e afirma que tais conceitos são "escandalosamente ineficazes e até contraproducentes". Grosso modo, os críticos da economia verde questionam a premissa de que a proteção do meio ambiente só ocorrerá se for lucrativa para as empresas, deixando de fora aspectos científicos, biológicos, sociais, culturais e espirituais inerentes à sobrevivência de populações que dependem e convivem com a natureza e seus recursos. Acima de tudo, porém, o conceito negaria o fato de que as crises climáticas e ambientais são decorrência direta de um modelo de desenvolvimento intrinsecamente predador e depredador, do qual os *players* globais não pretendem abrir mão.

4

euros

é o preço médio de um crédito de carbono

AMBIENTALISMO DE MERCADO Os esforços para amarrar a preservação ambiental a uma lógica de mercado, no entanto, não são novidade. Há mais de dez anos os negociadores nos fóruns multilaterais de políticas para o clima vêm tentando criar instrumentos de incentivo econômico que possam enfrentar as causas da mudança climática, como as emissões de gases de efeito estufa (GEEs) e o desmatamento

Linh Do

Reunião do Comitê Preparatório da Conferência, em Nova York, no mês de março último

das florestas, apostando principalmente em mecanismos de compensação.

No mais importante acordo climático multilateral, o Protocolo de Kyoto, foram estipulados limites para as emissões de GEEs pelos países desenvolvidos. Mas as limitações vieram devidamente acompanhadas de mecanismos de flexibilização. A lógica é simples: a emissão de poluentes de países ricos e suas indústrias tiveram seu volume determinado (e limitado). Caso este limite seja ultrapassado, abre-se a possibilidade de compra de créditos de carbono nos países em desenvolvimento, num sistema em que quem suja o planeta compensa as más práticas pagando para que outros façam uma faxina atmosférica.

Instrumentos como MDL (mecanismo de desenvolvimento limpo), REDD e REDD + (*redução* de emissões por desmatamento e degradação evitados), NAMA (ação nacional apropriada de mitigação), pagamentos por serviços ambientais, bolsas verdes e outros, são algumas das propostas apontadas como alternativas de renda para países, governos e comunidades dos países em desenvolvimento, e que se inserem prioritariamente no chamado mercado de carbono.

Mercado de carbono é o termo genérico utilizado para denominar os sistemas de negociação de certificados de redução de emissões de GEEs: um crédito de carbono equivale a uma tonelada de CO2 que deixou de ser produzida

Mercado de carbono é o termo genérico utilizado para denominar os sistemas de negociação de certificados de redução de emissões de GEEs: um crédito de carbono equivale a uma tonelada de CO2 que deixou de ser produzida (a redução de outros gases é medida em equivalentes de carbono). Se uma empresa brasileira desenvolver um projeto para reduzir as emissões de suas indústrias, por exemplo, pode gerar créditos de carbono, comercializáveis no mercado internacional sob as regras do MDL. Esta é a única ferramenta do mercado de carbono "oficial", com regras estipuladas e monitora-

Verena Glass

Índio mundukuru da região de Jacareacanga, no Pará. A tribo firmou contrato com empresa irlandesa para a concessão de créditos de carbono. O documento é tido como inválido pela Funai

mento via ONU e governos federais. Todos os demais mecanismos ainda não têm jurisdição internacional, e funcionam como "mercado voluntário" de carbono.

Por ser um instrumento de compensação de emissões de GEEs, o MDL tem sofrido críticas de parte dos ambientalistas. De acordo com Jutta Kill, chefe de campanha de mudanças climáticas da ONG Fern (entidade de monitoramento das políticas europeias para florestas), nos países desenvolvidos o MDL torna mais barato poluir acima das cotas permitidas do que diminuir as emissões. "Na Europa, por exemplo, os governos emitem os chamados 'permites' (ou permissões de poluir), e cada empresa recebe uma cota de acordo com cálculos sobre suas emissões passadas. Muitas vezes, as empresas superestimam estas emissões para ganhar mais permissões, o que possibilita que façam ou não façam as reduções do real volume de poluentes, ou ganhem com a venda dessas permissões para outras empresas que extrapolaram seus limites.

No mais importante acordo climático multilateral, o Protocolo de Kyoto, foram estipulados limites para as emissões de GEEs pelos países desenvolvidos. Mas as limitações vieram devidamente acompanhadas de mecanismos de flexibilização. A lógica é simples: a emissão de poluentes de países ricos e suas indústrias tiveram seu volume determinado (e limitado)

Com a crise econômica, os créditos de carbono ficaram mais baratos que os permites (um crédito custa cerca de 4 euros). As empresas compram créditos a bom preço de países em desenvolvimento e vendem seus permites. Assim, poluir se torna uma ação mais vantajosa do que investir em tecnologias para redução de emissões de GEEs", explica Kill.

REAÇÃO POPULAR No Brasil, um dos países com o maior número de projetos de MDL (são mais

Reprodução

"Na Europa, os governos emitem os chamados 'permites' e cada empresa recebe uma cota de acordo com cálculos sobre suas emissões passadas. Muitas vezes, as empresas superestimam estas emissões para ganhar mais permissões, o que possibilita que façam ou não façam as reduções do real volume de poluentes, ou ganhem com a venda dessas permissões para outras empresas que extrapolaram seus limites"

Jutta Kill,
chefe de campanha de mudanças climáticas da ONG Fern, atuante da Bélgica, Inglaterra e Países Baixos

de 200), a aprovação governamental para a inclusão de duas grandes hidrelétricas – a usina Teles Pires, no Mato Grosso, em construção, e a usina Santo Antonio, em Rondônia – no mecanismo causou forte reação de entidades ambientalistas e populações afetadas.

Alvo de várias ações civis públicas por parte do Ministério Público Federal em função de erros grosseiros no estudo de impacto ambiental e de impactos tremendos sobre as populações indígenas Kayabi, Apiaca e Munduruku da região de Alta Floresta (MT), a usina Teles Pires eliminará cerca de 95 km2 de cobertura vegetal nativa. Junto desaparecerá a cachoeira de Sete Quedas, o principal nascedouro de mais de 200 espécies de peixes, essenciais para a sobrevivência das populações indígenas da bacia. "Não há lógica que um projeto que causará tantos impactos ambientais e sociais, que emitirá um enorme volume de gases de efeito estufa via desmatamentos, queimadas e reservatórios, ainda lucre com créditos de carbono", afirma Brent Millikan, diretor da ONG International Rivers no Brasil, que enviou á ONU uma contestação oficial do projeto de MDL da usina.

Situação similar ocorre na usina de Santo Antonio, que junto com Jirau (a outra hidrelétrica construída no rio Madeira), foi apontada pela ONG Imazon como principal vetor dos desmatamentos recordes de Porto Velho nos últimos anos. O mais importante, porém, é que, de acordo com o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), Philip Fearnside, do ponto de vista técnico, o projeto de MDL da Santo Antônio Energia, construtora da usina, é falho. "Nenhuma das supostas reduções de CO2/equivalentes do projeto é real, e aprová-lo seria um retrocesso nos esforços de combate às mudanças climáticas", afirma Fearnside. Segundo o cientista, tanto a decomposição da vegetação submersa pelo reservatório quanto a própria pressão das águas ao passarem pelas turbinas, emitirão um grande volume de GEEs.

"Esses processos ainda não passaram pela Comissão Interministerial de Mudança do Clima do governo brasileiro, que avalia os pedidos de MDL. Por enquanto estão sendo analisados por uma empresa contratada pela ONU. Depois voltarão para nós e seus méritos serão avaliados, explica Karen Suassuna, representante do Ministério do Meio Ambiente na Comissão Interministerial. Os critérios a serem considerados na avaliação são contribuição para a sustentabilidade ambiental local, geração de emprego e renda e desenvolvimento tecnológico.

A DISPUTA PELAS FLORESTAS Outro mecanismo do mercado de carbono que tem empolgado empresas e governos é o REDD/REDD+, a *redução* de emissões por desmatamento e degradação evitados, que mexe diretamente com a preservação florestal. A ideia, elaborada na reunião das partes da Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 13) em 2007, defende incentivos econômicos a projetos que controlem a emissão global de CO2 com o impedimento, redução de desmatamentos e degradação ou recomposição de florestas em países em desenvolvimento.

200
é o número
aproximado de projetos de MDL (mecanismo de desenvolvimento limpo) criados no Brasil

A proposta visa conferir um valor econômico à quantidade de carbono que a área preservada acumula no interior das árvores, e disponibilizar este CO2 "armazenado" para comercialização no mercado internacional de carbono. Ou seja, a lógica é que, ao se aplicar

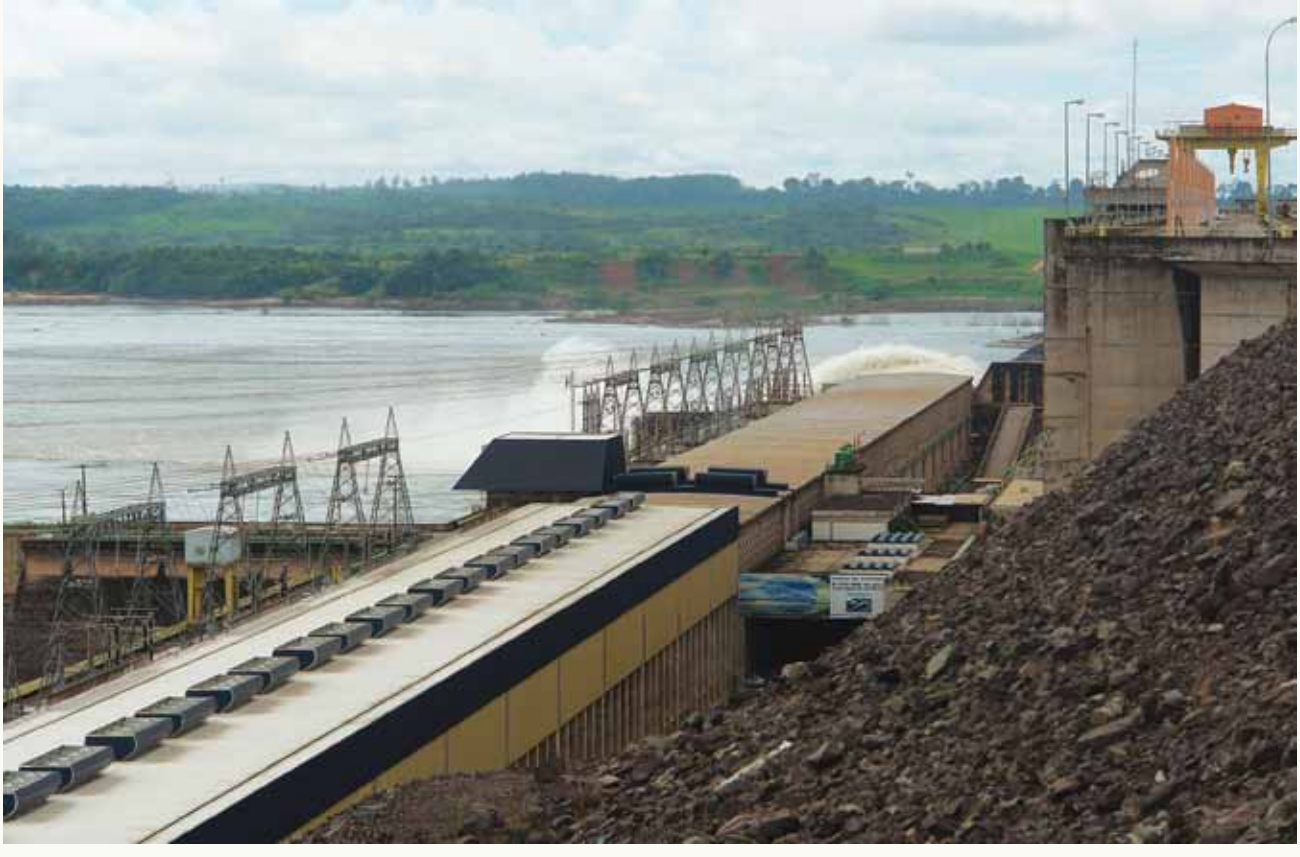
um valor financeiro ao carbono contido na floresta em pé, sua venda seja mais lucrativa do que as atividades de desmatamento.

Diferente do MDL, o REDD ainda não tem regras definidas no sistema ONU, muito em função da complexidade de se medir e monitorar o carbono armazenado nas florestas. Por isso, oficialmente os créditos de carbono do REDD não valem para compensar excessos de poluição de indústrias dos países desenvolvidos, vinculados às metas de redução de GEEs do Protocolo de Kyoto. "Eles fazem parte do chamado 'mercado voluntário', são comprados por empresas que vinculam investimentos em florestas a uma imagem de 'empresa amiga do clima'. São mais um mecanismo de *marketing*", explica Jutta Kill, da Fern.

De acordo com Kill, empresas que geram grandes impactos ambientais têm utilizado o REDD para limpar sua imagem. "Por exemplo, uma grande mineradora, ou uma carvoaria, que desmata muito: ela escolhe uma área de floresta preservada em algum outro ponto do planeta e paga uma quantia pelo carbono armazenado lá, e diz 'veja como nós investimos em preservação'. Essa empresa também pode vender os créditos de carbono da 'sua' área no mercado, o que é duas vezes lucrativo", explica Kill.

'Pagamento por serviços ambientais' é a proposta que busca valorizar economicamente processos inerentes à natureza e essenciais à sobrevivência do planeta. A ideia é que, ao se precificar os recursos naturais, é mais viável preservá-los

LUCRATIVIDADE COMPENSATÓRIA Em tese, o REDD funcionaria apenas para áreas verdes que, sem os seus incentivos financeiros, seria certamente desmatada. Ou seja: um proprietário tem florestas que pretende derrubar para formar pasto, por exemplo. Projetos de REDD deveriam lhe proporcionar,



Verena Glass

Usina de Tucuruí, no rio Tocantins (PA) é a segunda maior usina hidrelétrica brasileira. Nos tempos de sua construção, havia pouca preocupação com preservação ambiental

então, uma lucratividade semelhante a que teria com a criação de gado.

O que tem ocorrido no Brasil, no entanto, é a atuação de empresas estrangeiras que adquirem vastas áreas de florestas intocadas. Causaram polêmica os casos de

cacique Osmarino Manhoari Munduruku explicou que grande parte das lideranças indígenas se opôs ao contrato, assinado posteriormente por apenas 12 representantes da comunidade. De acordo com o documento, a Celestial Green tem "a totalidade dos direitos

Mais grave, porém, é que, além de garantir à empresa "o acesso sem restrições a toda a área", os indígenas, considerados seus "proprietários", não podem efetuar qualquer atividade ou alterações em suas terras sem a autorização da empresa. Segundo o

Agência de Notícias do Acre

Uma das polêmicas nos debates ambientais é condicionara preservação ambiental a mecanismos de mercado

contratos de carbono com comunidades indígenas na Amazônia, em especial no projeto envolvendo mais de dois milhões de hectares dos índios Munduruku da região de Jacareacanga, no Pará.

Em setembro de 2011, a empresa irlandesa Celestial Green – que, em seu *site*, se intitula "líder global no desenvolvimento de créditos de carbono de REDD", cujos projetos garantem "lucratividade a todos os investidores e acionistas" –, procurou a Associação Indígena Pusuru dos munduruku, propondo um contrato que lhe daria a propriedade do carbono contido nos 2,381 milhões de hectares da terra indígena por 30 anos, em troca do pagamento de US$ 120 milhões.

Em entrevista ao *site Instituto Humanitas Unisinos*, publicada em março deste ano, o

120

milhões de U$

é o valor pago pela empresa Celestial Green para adquirir o carbono contido na reserva indígena dos munduruku

sobre os créditos de carbono obtidos, com quaisquer metodologias utilizadas, e todos os direitos de quaisquer certificados ou benefícios que se venha a obter através da biodiversidade desta área".

contrato, "o proprietário [os munduruku] compromete-se a não efetuar qualquer intervenção na área do projeto, nomeadamente: construções fixas ou temporárias, corte e/ou extração de madeira, queimadas, despejo de indígenas, construções de barragens ou retenção de cursos de água, mineração, agricultura, turismo, construção de estradas ou qualquer outra atividade que possam ter efeitos negativos sobre a metodologia a ser utilizada pela empresa, para validação do projeto". Em outras palavras, os índios perderiam toda a autonomia sobre a terra e o uso dos seus recursos, sendo impedidos de praticar qualquer atividade econômica ou cultural no território.

Questionada, a Funai declarou que esse tipo de contrato é inválido, uma vez que as

terras indígenas pertencem à União e não é possível alienar seus recursos naturais a terceiros. Mas se diz ciente de que mais de trinta projetos similares estão sendo negociados com comunidades indígenas irregularmente.

Cintia Barenho

A Rio+20 será o maior evento promovido pela ONU fora de sua sede em Nova York nos últimos anos. Na foto, o secretário-geral da Organização, Ban-Ki-Moon, em reunião com o ministro Gilberto Carvalho, em Brasília, em junho de 2011. Na ocasião, foi discutida a montagem da Conferência

Ao estabelecer, em seu contrato com os munduruku, que teria "todos os direitos de quaisquer certificados ou benefícios que se venha a obter através da biodiversidade desta área", a Celestial Green tentou assegurar não apenas a propriedade do carbono, mas também dos chamados serviços ambientais e o pagamento por eles.

O PREÇO DA PRESERVAÇÃO "Pagamento por serviços ambientais" é a proposta que busca valorizar economicamente processos inerentes à natureza e essenciais à sobrevivência do planeta. A ideia é que, ao se precificar os recursos naturais (chamados agora de "capital natural"), é mais viável preservá-los. Assim, processos tão básicos como o trabalho de insetos, pássaros e morcegos na polinização de plantas e disseminação de sementes, ciclagem de nutrientes, formação do solo, controle do clima, a proteção de nascentes oferecida pelas árvores, ou mesmo o bem-estar produzido por uma bela paisagem, são "serviços" que, se calculado seu valor econômico e pago um preço, poderiam contribuir para a proteção ambiental, argumentam os defensores da proposta.

Como está ainda em fase inicial dos debates, o pagamento por serviços ambientais não tem seus mecanismos claramente definidos. Há projetos em que os governos repassam verbas públicas a comunidades que vivem da floresta ou de ecossistemas sensíveis em troca da preservação ambiental (as bolsas verdes ou bolsas floresta, que em muitos casos limitam atividades econômicas tradicionais). Há também projetos em que se propõe o pagamento por serviços ambientas como compensação de ações depredadoras. Este é o caso do novo texto do Código Florestal, que possibilita a fazendeiros que desmatam, degradam ou não recuperam reservas legais e área de preservação, que paguem a proprietários de áreas florestadas para compensar os danos. A equivalência proposta é de um hectare degradado por um hectare conservado.

Para o antropólogo, pesquisador e professor da Universidade Federal do Amazonas, Alfredo Wagner Berno de Almeida, coordenador do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, o problema da implementação de projetos sob os diferentes mecanismos do ambientalismo de mercado é que estes ainda não têm regulamentação, estando basicamente sujeitos às interpretações de seus formuladores. "É preciso criar regras claras de aplicação e monitoramento destes instrumentos, porque assim como está, o que temos são projetos de tutela de ONGs, empresas e até governos sobre comunidades tradicionais. E regular não significa apenas o Estado criar legislações, é preciso que haja um processo amplo de debate e consulta às populações envolvidas", afirma Almeida.

Para Camila Moreno, pesquisadora e membro do GT de Ecologia Política do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (Clacso), "Uma tônica crescente no discurso da sociedade civil vem sendo a denúncia, em vários espaços internacionais, da captura corporativa da crise ambiental e climática, causada pelo modelo vigente de produção e consumo, e sua cooptação pelas corporações com vistas a maquiar de verde uma nova etapa de acumulação e apropriação dos bens comuns".

Para além disso tudo, um questionamento tem pautado os debates sobre preservação ambiental: porque o combate às mudanças climáticas deve se calcar na perspectiva de que "salvar o que resta da natureza" só é possível via mecanismos tradicionais de mercado, no sentido de que a preservação do planeta passa a ser atrelada aos benefícios que pode trazer ao capital?

ARTIGO

Adriana Maria Magalhães de Moura

O papel das compras públicas sustentáveis na economia verde

As compras públicas representam uma fatia substancial da economia de um país – estima-se que esteja em torno de 8% a 25% do PIB. No Brasil, elas movimentam, nos diversos níveis de governo, cerca de 10% do PIB.

Atualmente, considera-se que as compras públicas produzem um impacto ambiental e social muito mais amplo do que se imaginava há vinte anos. Desde mudanças climáticas até condições mais justas de trabalho – tudo pode relacionar-se às decisões de compra. Dado o crescente volume de recursos envolvidos nas aquisições governamentais, o setor público, como consumidor de grande porte, encontra-se em posição privilegiada para criar economias de escala, que alavancam as margens de lucros dos produtores e reduzem seus riscos. Assim, esses gastos devem ser bem planejados e investidos de forma estratégica, como ferramenta para promover políticas públicas pretendidas pela coletividade.

As compras públicas sustentáveis – CPS – são aquelas que incorporam critérios de sustentabilidade nos processos licitatórios. Ou seja, são consistentes com os princípios abarcados pelo princípio de desenvolvimento sustentável, que considera a equidade intergeracional e tem entre seus principais pilares as dimensões social, ambiental e econômica. A prática ganhou impulso em muitos países após uma série de recomendações internacionais, como a Agenda 21, de 1992, que enfatiza que o desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado se as nações reduzirem ou eliminarem padrões insustentáveis de produção e consumo.

Por ser uma abordagem de adesão voluntária, as CSP permitem ao Estado estabelecer políticas e metas ambientais e sociais sem precisar alocar recursos adicionais em seu orçamento, deixando o setor produtivo e o mercado livres para buscar a melhor forma de atender a objetivos propostos pelos governos. Os produtos, serviços e obras de menor impacto ambiental também tendem a reduzir os gastos do governo com políticas de reparação de danos ambientais, devido aos custos evitados. Os produtos sustentáveis também são em geral mais duráveis e consomem menos energia, o que torna a sua manutenção mais econômica ao longo do tempo. O potencial de alavancar melhorias no âmbito social é outro aspecto a ser explorado nas CPS. Por exemplo, podem ser exigidos nos contratos condições de trabalho adequadas para os operários que trabalham em obras ou serviços públicos.

Quanto aos custos, embora alguns produtos sustentáveis possam ser mais caros no início, ao incluir compensações no preço devido às novas tecnologias e materiais empregados, frequentemente não se observa diferença significativa em relação aos produtos tradicionais. Quando estes são produzidos em maior quantidade e economias de escala são alcançadas, o custo tende a cair. Ao se considerar os custos evitados (externalidades negativas como poluição, danos à saúde pública, desperdício de recursos naturais) o custo real dos produtos sustentáveis se torna ainda menor. Em países europeus, mais avançados na prática de CPS, observou-se uma redução média de 1% a 5% nos custos orçamentários com as aquisições sustentáveis.

No Brasil, a CF fundamenta as compras públicas sustentáveis, ao estabelecer, entre os princípios da ordem econômica, a defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação. Destaca-se também a alteração introduzida pela Lei no 12.349/2010, que alterou a Lei 8.666/1993, a lei geral de licitações e contratos administrativos, ao introduzir, no art.3º, o conceito de desenvolvimento sustentável: "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional **sustentável** (...)". Esta alteração legitima as CPS nas licitações públicas. Outra iniciativa importante foi a introdução da IN nº 1//2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabelece as CPS no Poder Executivo Federal.

Para um maior avanço das CPS no Brasil, torna-se necessário o diálogo do governo com o setor produtivo para que este participe ativamente no processo de discussão de critérios de sustentabilidade a serem adotados, incentivando o setor na formação de um mercado de produtos "verdes" ou sustentáveis. Para atender às demandas futuras de grandes volumes de compras governamentais, tendo em vista uma economia verde, o setor necessitará de políticas econômicas específicas (como redução de taxas e financiamento para novas tecnologias) para estimular seu desenvolvimento.

Assim, as Compras Públicas Sustentáveis constituem-se em ferramenta com grande potencial para promover políticas ambientais e sociais – principalmente ao se considerar o efeito produzido na economia, o que multiplica investimentos feitos na direção do desenvolvimento sustentável.

Adriana Maria Magalhães de Moura é técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

Manoel Pereira de Andrade

Rio+20: desafios para o futuro

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, acontece num momento importante da história do país. Após décadas de estagnação econômica e exclusão social, nossos indicadores apontam para uma expressiva recuperação da economia e melhoria de vida da população brasileira, reflexo da inversão de prioridades do governo iniciado na era Lula.

A realização da Rio+20 possibilita a reafirmação do papel do Brasil e dos países em desenvolvimento, que ao longo dos debates, especialmente na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, se apresentaram como protagonistas na articulação entre as questões ambientais e o desenvolvimento econômico e social. Esse movimento proporcionou o surgimento, a notoriedade e a ampla divulgação do conceito de desenvolvimento sustentável pelo mundo afora.

Considerando a importância dos avanços e da responsabilidade do Brasil na Rio+20, é necessário reconhecer o insuficiente desempenho do governo brasileiro neste processo. O debate travado até agora na elaboração do documento, denominado Rascunho zero (*Draft zero*) e na pauta da Rio+20, tem apontado uma certa inoperância e desarticulação de setores do governo brasileiro, onde o tema deveria ser tratado de forma transversal. Este quadro é agravado com a dificuldade em realizar um diálogo efetivo com a comunidade acadêmica e com os movimentos e entidades sociais e ambientalistas no sentido de promover uma maior participação da sociedade.

Uma das iniciativas, que poderia ter marcado a diferença brasileira na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) em relação às duas anteriores, seria a realização da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA). Ela deveria ter acontecido em 2010, e serviria, em grande parte, para realizar um balanço destes últimos vinte anos; para preparar a sociedade brasileira para o debate da Rio+20 e para a elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

O país deve ter uma ação ativa junto aos governos que estarão presentes e em relação aos movimentos. Para cumprir esse papel é preciso ter uma estratégia definida, que reflita os interesses de homens e mulheres, do campo e da cidade, que lutam por um modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável

Perdemos a oportunidade de levar uma posição de vanguarda para o debate relacionado ao desenvolvimento sustentável. Ao contrário, ajudamos a elaborar um documento, juntamente com os demais países, que acabou colocando nas mãos do mercado, com o disfarce da "economia verde", a tarefa de solucionar problemas cruciais como a pobreza, a fome, os estrangulamentos provenientes de conglomerados urbanos, e o acesso e a conservação dos recursos naturais e bens comuns, como oceanos e florestas. A esse respeito, vale lembrar um artigo, publicado na revista *Science* em 1968 por *Garrett Hardin*, intitulado "A Tragédia dos Comuns". Hardin busca mostrar que só com a privatização dos recursos naturais estes estariam a salvo da destruição provocada pelo seu uso em comum, como por exemplo,os pastos utilizados coletivamente. Essa teoria corrobora com a tese da "economia verde", de mercantilização da natureza.

A Rio+20 ainda tem a chance de mostrar ao mundo "o futuro que queremos". Um futuro solidário, com distribuição de renda, com melhoria da qualidade de vida e trabalho, com respeito às culturas e ao meio ambiente, com participação social nas políticas públicas. Um futuro baseado no desenvolvimento em padrões sustentáveis em toda sua essência, que trate das questões econômicas, sociais e ambientais.

O Brasil não pode se restringir ao papel de anfitrião da Rio+20. O país deve ter uma ação ativa junto aos governos que estarão presentes e em relação aos movimentos. Para cumprir esse papel é preciso ter uma estratégia definida, que reflita os interesses de homens e mulheres, do campo e da cidade, que lutam por um modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável. Neste sentido, a cooperação e a parceria entre os Estados e entre estes e a sociedade têm papel de destaque, podendo construir o outro padrão de desenvolvimento que queremos para o futuro, contemplando a participação, a inclusão e a sustentabilidade.

Manoel Pereira de Andrade é engenheiro agrônomo e professor da Universidade de Brasília.

Aziz Ab'Saber

Geografia da vida brasileira

Mônica de Medeiros Mongelli – de São Paulo

O geógrafo Aziz Ab'Saber (1924-2012), falecido em 16 de março, deixa um legado de defesa do meio ambiente e de oposição à ação predatória dos interesses econômicos junto aos recursos naturais. Mais do que tudo, foi um cientista múltiplo e autor de vasta obra. Professor emérito da FFLCH-USP, ele participou ativamente da vida política e social do país nas últimas décadas

Analisar os diferentes ambientes e paisagens no território brasileiro foi uma das grandes missões de vida do professor Aziz Nacib Ab'Saber, um dos maiores geógrafos físicos do país, nacional e internacionalmente reconhecido e premiado.

Tendo percorrido numerosos rincões do Brasil, o pesquisador nos ajudou a descobrir diferentes paisagens e a entender os processos dinâmicos e continuados da formação natural e cultural delas.

"A paisagem é sempre uma herança", dizia o professor. Herança histórica e herança cultural dos povos agindo sobre os diferentes ambientes. Ambientes esses que possuem características distintas de solo, clima, vegetação, relevo e água. Dessa combinação resultam espaços e lugares os mais diversos, expressivos e originais do Brasil.

Para descrevê-los, o pesquisador partia da divisão do território brasileiro no que denominou seis Domínios Morfoclimáticos e Fitogeográficos: Amazônico, dos Cerrados, dos Mares de Morros, das Caatingas, das Araucárias e das Pradarias. Cada domínio, geralmente associado a determinada região do país, possui feições específicas de relevo, tipos de solos, formas de vegetação e condições climático-hidrológicas. Entre a área principal de um domínio e a de outro, há faixas de transição e de contato, com minibiomas, formações paisagísticas e condições ecológicas variadas.

"A paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades".

Aziz Ab' Saber,
Os domínios de natureza no Brasil

No domínio amazônico estão as terras baixas, originadas por processo de sedimentação, com floresta equatorial, e onde há grande influência dos rios formadores da maior bacia hidrográfica do mundo. "Rios com colorações distintas: rios negros, rios brancos, brancos superargilosos e rios verdáceos", relata o professor. Em localidades de difícil acesso – em que se verificam minibiomas como *igapós, campinas, campinarãs e campos submersivos – há* famílias que moram em palafitas e se locomovem utilizando embarcações tradicionais. No passado, a extração da borracha permitiu desenvolver economicamente parte dessa região amazônica. Posteriormente, a industrialização e também vários projetos governamentais buscaram levar desenvolvimento às áreas, mas nem sempre alcançando os efeitos positivos almejados.

CÓDIGO FLORESTAL Todas essas diferenças regionais foram muito bem compreendidas pelo professor Aziz, que era consciente das condições de vida dos grupos sociais representados por trabalhadores rurais dos sertões interiores, por comunidades pesqueiras dos belos litorais do Brasil atlântico, por habitantes do rústico nordeste seco, por moradores de comunidades carentes nas grandes metrópoles, entre outros cidadãos brasileiros.

Foi para beneficiar esses grupos pouco assistidos que o professor batalhou como militante no decorrer de sua trajetória. Dedicou-se a numerosos projetos, sempre demonstrando que seu conhecimento científico esteve aplicado, a serviço da construção de um Brasil mais democrático, humano e igualitário.

Envolvido nos debates mais importantes das ciências brasileiras e informado quanto a acontecimentos políticos, sociais e econômicos do país, Aziz Ab'Saber posicionou-se contrário ao novo Código Florestal. Criticou o texto por não levar em conta o zoneamento físico e ecológico de todo o território nacional, incluindo a complexa região semiárida dos sertões nordestinos, o cerrado brasileiro, os planaltos de araucárias, as pradarias mistas do Rio Grande do Sul e o pantanal mato-gros sense. O professor chegou a defender a criação de um Código da Biodiversidade para contemplar as espécies animais e vegetais.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL Apaixonado pelas coisas da natureza e atento ao comportamento dos homens face ao futuro do planeta, o professor Aziz era um contundente defensor da verdadeira educação ambiental, entendendo-a como algo necessário e dependente da correta aplicação das ciências. Para ele, a humanidade precisaria desenvolver um novo ideário comportamental, tanto em âmbito individual quanto em escala coletiva. Educação ambiental envolve todas as escalas, começando pela casa, passando pela rua, pelo bairro, ultrapassando as periferias, a cidade e a metrópole, atingindo a escala nacional e planetária. Obriga a um entendimento claro sobre a projeção dos homens em espaços terrestres, herdados da natureza e da história.

"Educação Ambiental envolve todas as escalas, começando pela casa, passando pela rua, pelo bairro, ultrapassando as periferias, a cidade e a metrópole, atingindo a escala nacional e planetária."

"É preciso pensar no lugar de cada um de nós nos espaços sociais criados pelas condicionantes socioeconômicas", dizia ele. Além disso, verificar os desajustes nas formas de ocupação dos solos rurais, refletir sobre o crescimento das cidades e a pressão gradativa provocada pelos espaços urbanos.

Todos esses ensinamentos são aplicáveis à tarefa do profissional educador e, em especial, do professor de Geografia, que teria o papel fundamental de ajudar o aluno a entender o local onde vive para atuar sobre ele.

"O foco da educação deve ser o estudo de soluções para problemas regionais. É preciso ensinar o aluno a diferenciar, entre tudo o que se pode aprender, as questões que realmente interessam a ele a partir do ambiente em que vive. O conhecimento da região deve englobar informações sobre os limites territoriais, as características geográficas, econômicas e políticas. Essas informações servirão para ele se localizar como cidadão e sempre servirão de base para qualquer estudo de espaços maiores, como as macrorregiões do país".

A VIAGEM DA GEOGRAFIA Essa orientação está ligada à própria vivência do professor Aziz, nascido em São Luís do Paraitinga /SP, que se recordava da primeira viagem feita como aluno da Universidade de São Paulo. "Foi uma excursão que deixou São Paulo, passou por Sorocaba, Itu, Salto, Campinas e depois retornou. Foi definitiva em minha vida. Senti que iria me dar bem lendo a paisagem e me decidi pela Geografia".

Tendo nos legado sua admirável obra, composta por mais de 350 publicações, entre livros, ensaios, teses e projetos, o professor Aziz faleceu no dia 16 de março de 2012, em São Paulo, aos 87 anos, vítima de infarto.

Helena Nader, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entidade da qual Aziz Ab'Saber foi presidente de honra, expressou: "Um ser de uma ética única, que nunca deixou de falar aquilo que acreditava, batalhou pelos valores dele. Vai fazer muita falta neste país". Ruth Andrade, secretária-geral da mesma entidade, comentou: "Acredito que Aziz era um caso raro de casamento entre ser cientista e ser humanista. Ao mesmo tempo em que ele tinha um conhecimento incrível, não só de Geografia, mas de várias áreas, ele tinha a perspicácia de fazer a relação desses assuntos com o cotidiano das pessoas".

No campo científico, Aziz foi autor da Teoria dos Redutos, tendo se debruçado sobre os documentos da natureza e as evidências do passado geológico da Terra, os paleoclimas e as paisagens de exceção, que testemunham a história do planeta e de seus paleoambientes. Paisagens de exceção poderiam ser entendidas como áreas diferenciadas das demais à sua volta, como enclaves, avaliados pelo professor como coisas fantásticas, preciosidades, áreas que justificariam ser protegidas, reconhecidas e aproveitadas em projetos de educação para as ciências.

Brasis de Aziz

Iphan

Aziz Ab'Saber conta um pouco de suas percepções sobre os ecossistemas que estudou, em entrevista inédita. Viajante contumaz, o cientista percorreu inúmeras vezes as regiões do país, realizando pesquisas e levantamentos que se tornaram referência para estudiosos

No dia 10 de maio de 2010, nas dependências da Superintendência do Iphan, em São Paulo, o geógrafo Aziz Ab'Saber concedeu uma longa entrevista a profissionais do órgão. O objetivo foi pontuar paisagens naturais brasileiras passíveis de proteção, a partir da perspectiva do professor. A iniciativa do encontro foi do diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização, Dalmo Vieira Filho. Participaram o coordenador geral de Patrimônio Natural, Carlos Fernando de Moura Delphim, e os arquitetos Victor Hugo Mori, Maria Regina Weissheimer e Mônica de Medeiros Mongelli. A seguir, os principais trechos da entrevista.

OS PRIMEIROS VIAJANTES E A NATUREZA DO PAÍS Os viajantes antigos deixaram, pela primeira vez, uma ideia dos grandes espaços de vegetação, sobretudo do Brasil, num tempo em que ainda não existia o conceito de ecossistema e nem tampouco havia uma documentação mais séria do ponto de vista de imagens de satélites, cartas topográficas etc. [Johann Baptiste von] Spix [1781-1826] e [Carl Friedrich Philipp Von] Martius [1794-1868] fizeram um primeiro desenho das grandes regiões naturais do Brasil. Identificamos cinco: Amazônia, Nordeste Seco, Brasil do Cerrado, Brasil Tropical Atlântico, e depois Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, num só. E hoje, dividimos [a última parte] por causa de novos conhecimentos sobre o Rio Grande do Sul, cujas pradarias, comparadas aos planaltos de Araucária do Paraná, são totalmente diferentes. Infelizmente, todas as vezes que eles tentavam fazer cartografia desses grandes setores vegetacionais do país, uniam um setor com outro no mapa, faziam uma linhazinha que separava Nordeste Seco da Amazônia. Nesse sentido, a minha contribuição desde alguns anos atrás foi mostrar que era impossível uma região vegetacional do tipo da Amazônia ficar de repente diferenciada pela presença da Caatinga. Então, eu fiz um mapinha no qual eu identifiquei a *core área* [área nuclear] de cada um desses domínios de vegetação. Identificadas as seis áreas: Amazônia; Nordeste Seco, com

"Dentro da Mata Atlântica, os estudos de ecossistemas não são simples, só uma equipe bem organizada pode estudá-los, porque tem que estudar o solo, isso é da ciência dos solos, tem que estudar a biota vegetal, animal e microrgânica do lugar"

as caatingas; Brasil Tropical Atlântico, dos Mares de Morros; Planaltos Centrais, com cerrados, florestas e galerias; Planalto das Araucárias e pradarias mistas do Rio Grande do Sul, que o pessoal ainda hoje designa pelo nome errado, "pampa gaúcho". Pampa é um nome de outras áreas da América do Sul, mas a vegetação é de um tipo de pradaria mista.

Iphan

DOCE ÁGUA SALGADA Eu gosto da palavra domínios para essas áreas nucleares de grande extensão, as quais eu digo domínios morfoclimáticos e fitogeográficos. Eu vou dar um conceito que sempre me levou a aprender mais. Não adianta dizer bioma, pensando que tudo é igual no relevo, na vegetação, no solo, nos rios, cor dos rios etc. Na Amazônia tem rios negros, tem rios brancos, brancos super argilosos e tem rios verdáceos. Tudo está relacionado com o solo e com elementos biogênicos ou então superargila. Quando eu entrei no Amazonas eu disse, meu Deus, que rio sujo! Sujo de argila, argila por tudo. Quando o rio Amazonas na sua boca norte sai por dois canais, no sul, e um largo mais ao norte, entre Amapá e algumas ilhas que um dia foram deltaicas, de fundo de estuário, lá tem uma névoa de argila dentro do mar que tem uma história. Toda aquela sujeira de argila, quando chega ao mar forma um véu. E tem uma história fantástica sobre isso: alguém que veio de Portugal para Belém teve de ir para a região de Macapá. Contrataram um índio que sabia remar numa canoa grande. A canoa saiu pelo rio Pará e costeou a ilha de Marajó, no sentido de Macapá. Acontece que o pessoal não sabia que a viagem era demorada. Não levaram muita comida e, sobretudo, água. E o índio nada de parar. Quando chegaram a Macapá, quiseram saber porque que o índio não precisava de água. Contaram o motivo: ele andou pelo mar *Dulce*. Quando queria água, tirava um pouco dessa auréola fantástica de argila. Quando chega no mar, a argila começa a se depositar e a água fica doce. Então tombar a foz do Amazonas para preservar isso é uma coisa importante.

TOMBAMENTO DA SERRA DO MAR Sabe o que me disse uma senhora que veio do Rio até São Paulo nesses aviões de ponte aérea? Ela viu só floresta, porque viajava na frente da Serra do Mar e dos morros que precedem a serra. E chegou para mim e protestou: "Ô Aziz, você fica ai dizendo que houve muito desmate em São Paulo. Eu só vi floresta, do Rio até São Paulo". Ela não sabia dessa glória que foi o tombamento da Serra do Mar. Eu fiz o tombamento provisório. Tive ajuda de dez técnicos e cientistas. Dentro da Mata Atlântica, os estudos de ecossistemas não são simples, só uma equipe bem organizada pode estudá-los, porque tem que estudar o solo, isso é da ciência dos solos, tem que estudar a biota vegetal, animal e microrgânica do lugar.

"Eu fiz o tombamento provisório. Tive ajuda de dez técnicos e cientistas. Dentro da Mata Atlântica, os estudos de ecossistemas não são simples, só uma equipe bem organizada pode estudá-los, porque tem que estudar o solo, isso é da ciência dos solos, tem que estudar a biota vegetal, animal e microrgânica do lugar"

PARQUES CULTURAIS Os italianos fizeram um esforço para fazer parques culturais na Itália. São muito bonitos. Podia-se começar a criá-los aqui em todas as áreas que tenham a mesma raiz histórico- cultural, independentemente do bioma. Quando se identificou o caiçara que fazia uma nutrição baseada no peixe e alguns produtos da sua região, uma das pessoas [do grupo de pesquisa] que não era cientista disse que o caiçara tem uma nutrição baseada em coisas que estão lá, o peixe por exemplo. O caipira dependia quase sempre do milho. Aquela região do milho, o parque cultural caipira, dependia do milho. Hoje já mudou bastante, depois do ciclo do café e outras coisas.

Adriana Ramos

Código Florestal entre a conservação e o desmatamento

Desde 1996, o Código Florestal – criado em 1934 e atualizado em 1965 – vem sendo alterado por medidas provisórias (MPs). A mudança mais significativa foi a ampliação das áreas de reserva legal na Amazônia de 50% para 80%, em resposta aos altos índices de desmatamento registrados na região em 1995. O recado embutido na nova norma é claro: a Amazônia é uma região florestal, e é a partir da floresta que deve se desenvolver sua vocação econômica.

Pouco depois o governo adequou o texto para assegurar aos pequenos agricultores familiares a possibilidade de manter apenas 50% da reserva legal em suas áreas. Atendeu dessa maneira a uma demanda legitima dos setores menos privilegiados no mundo rural. A alteração silenciou a bancada ruralista à época, pois foi nas necessidades "dos pequenos" que ela buscou justificar suas indignações.

A MP continuou a ser reeditada e voltou à pauta do Congresso depois da promulgação da lei de crimes ambientais, quando novas alterações foram feitas para atender demandas do setor rural. A possibilidade da compensação de reserva legal em outra área foi uma delas. No processo de tentativa de conversão da MP em lei, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) tomou a iniciativa de promover um amplo processo de consulta em várias regiões do país, com todos os setores da sociedade representados no Conselho. A iniciativa envolvia todos os ministérios, governos estaduais, representantes de governos municipais, setor privado e diversos segmentos sociais, incluindo os agricultores familiares.

A proposta foi aprovada no Conama com apenas um voto contrário, o da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). O texto, para o qual a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) contribuiu dispensou as exceções relativas à Reserva Legal na Amazônia para a agricultura familiar. A manutenção dos 80% foi certamente embalada pelas discussões iniciais sobre a necessidade de desenvolver um modelo próprio de produção agropecuária familiar na Amazônia.

Em 2000, as conclusões de um estudo sobre os impactos da aplicação do Fundo Constitucional do Norte (FNO) no Pará, após dez anos de financiamento a pequenos proprietários, revelaram que o financiamento então disponível aos pequenos agricultores estava fomentando um modelo incompatível com as características da região. A Contag já avançava no debate de um modelo de financiamento da agricultura familiar que incorporasse, no próprio desenho dos projetos, a preocupação com a conservação dos recursos naturais e os benefícios oriundos da opção de utilizar técnicas de preparo e de cultivo do solo mais amigáveis ao meio ambiente. Desse processo surgiu o Proambiente, programa assumido no plano de governo do primeiro mandato do Presidente Lula, mas desidratado pela burocracia federal.

O Código Florestal que vigora desde então é a proposta aprovada pelo Conama que, rejeitada como subsídio pela bancada ruralista, foi editada como Medida Provisória pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso em 2002. De lá pra cá o Brasil conseguiu reverter o quadro crítico de desmatamento que levou o país a fortalecer a proteção da floresta amazônica. A instituição do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia é um marco que gerou as condições necessárias a uma política eficiente. Ela incluiu, a partir de 2007, o estabelecimento dos embargos às áreas e o corte do crédito para os produtores em caso de desmatamentos ilegais. Os resultados foram visíveis para os satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que há mais de vinte anos acompanham a dinâmica de uso da terra na região.

É irrefutável que o Brasil poderia ter um Código Florestal muito mais adequado à realidade do país do que o atual. Há conhecimento e propostas que poderiam levar a uma lei moderna, que reconheça e valorize o papel das florestas, ao mesmo tempo em que promova o desenvolvimento sustentável, assegurando as condições para que o Brasil mantenha sua posição de grande produtor agrícola.

Mas a opção política do setor tem sido a mera redução do nível de proteção das florestas. O discurso dos representantes do setor rural é pelos pequenos e pela conservação. Mas na prática, suas propostas parecem querer reafirmar uma dicotomia entre conservação e agricultura, como se não fôssemos capazes de compatibilizar duas coisas que são indissociáveis.

Adriana Ramos é secretária Executiva do Instituto Socioambiental-ISA.

Gustavo Luedemann

Os limites, a desigualdade e os futuros acordos ambientais

Apesar da nova roupagem dada às discussões na Rio+20, as dificuldades na implementação de uma agenda internacional de desenvolvimento sustentável continuam praticamente as mesmas de quarenta anos atrás, quando foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo. Não há sequer a proposição de um mecanismo capaz de conter a apropriação excessiva dos *global commons* (bens globais sem titularidade, como a atmosfera ou os oceanos fora das áreas de jurisdição nacionais) pelos mais ricos em favor da coletividade (respeitar limites físicos do planeta) e muito menos capaz de repartir o que foi apropriado em favor dos mais necessitados (respeitar o direito ao desenvolvimento).

Aos que acreditam que todo e qualquer problema ambiental possa ser resolvido por novas tecnologias, é necessário explicar que a economia é naturalmente 'verde', no sentido de induzir o desenvolvimento tecnológico 'limpo', já que os princípios econômicos explicam a necessidade de os agentes estarem sempre otimizando o uso de materiais e energia para aumentarem a sua competitividade. No entanto, o avanço tecnológico, em termos de eficiência no uso de matéria e energia, não está necessariamente ligado a um menor uso global de dada matéria ou de energia, ocorrendo às vezes o contrário. A matéria e/ou energia economizados ficam disponíveis para outros usos e, dessa maneira, consegue-se aumentar a produtividade.

Apesar de se ver uma descolagem do crescimento do PIB do aumento do uso de alguns materiais, devido à maior eficiência da economia ao longo dos anos, o uso dos materiais e energia continua apenas aumentando. Pior, o aumento do uso de fertilizantes fosfatados e nitrogenados não têm se descolado do aumento do PIB. Esses fertilizantes são fundamentais para garantir a futura segurança alimentar, sendo o acesso a eles já negado a pequenos produtores de regiões pobres.

Na redação do princípio 7 da Declaração do Rio, os países desenvolvidos reconhecem sua responsabilidade diferenciada pelas causas e consequências da crise ambiental:

Os Estados devem cooperar, em um espírito de parceria global, para a conservação, proteção e restauração da saúde e da integridade do ecossistema terrestre. Considerando as distintas contribuições para a degradação ambiental global, os Estados têm responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Os países desenvolvidos reconhecem a responsabilidade que têm na busca internacional do desenvolvimento sustentável, em vista das pressões exercidas por suas sociedades sobre o meio ambiente global e das tecnologias e recursos financeiros que controlam.

No entanto, na prática, a falta de disposição para aceitar condições diferenciadas para países que tiveram uma apropriação menor dos recursos naturais e contribuíram menos para a crise ambiental (e são por ela mais afetados) por parte dos países ricos se mostra em diferentes esferas de negociação internacional. Especialmente nas negociações sobre clima, onde o Protocolo de Kyoto foi o único acordo global pragmático de redução de emissões de gases de efeito estufa que previa um tratamento diferenciado entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos. Seu primeiro período de compromisso, de 2008 a 2012, teve uma meta tímida de redução de emissões e sofreu com a não ratificação do maior emissor, os Estados Unidos. Mesmo com países emergentes – como Brasil, China e Índia, que não possuem metas obrigatórias de redução absoluta de suas emissões – apresentando Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas (NAMAS), mostrando um desvio na trajetória da relação entre emissões e PIB, países desenvolvidos tentaram bloquear um segundo período de compromisso. Apesar da saída de Canadá, Japão e Rússia do acordo, juntando-se ao até então único país desenvolvido que não ratificou o Protocolo, os Estados Unidos, haverá um segundo período de compromisso para o restante dos países. Para a fase após o segundo e último período de compromisso do Protocolo, um novo acordo está sendo desenhado, com forte pressão sobre os países em desenvolvimento, especialmente os emergentes.

Havendo um limite da apropriação dos *global commons*, não é de se estranhar que o aumento do acesso de países em desenvolvimento a eles se dê com base na queda do acesso de outros. Importante é que os que cedam sejam aqueles que se apropriaram mais, e não menos, desses bens (ou direitos, no caso de emissão, por exemplo). A rejeição de acordos com a justificativa de perda de competitividade de uma economia nacional é flagrante desrespeito ao princípio acima exposto, assumido pelo conjunto dos países em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92). E é o motivo pelo qual não há muito espaço para otimismo na próxima Conferência.

Gustavo Luedemann é técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

Albino Rodrigues Alvarez

O permanente desafio do lixo

Nosso modo de produção e consumo conduz à produção crescente de resíduos de todo o tipo, que contaminam o ambiente, propiciam a propagação de enfermidades, degradando o próprio convívio social. A sociedade humana tem se fundamentado, crescentemente, num sistema que conduz a grandes desperdícios. E com a elevação do padrão de renda, pelo menos no início, a tendência é de agravamento dessa situação.

A grande novidade no Brasil nesse setor, sob o aspecto institucional, foi a promulgação da lei 12.305/2010 que, após 20 anos de tramitação, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Regulamentada em 2010 pelo decreto 7.404 ela prevê a elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, e de planos estaduais, intermunicipais e municipais, gerando um arcabouço institucional a orientar as ações dos gestores, pré-requisito inclusive para a liberação de recursos. O Plano Nacional deve ser apresentado em breve, e os demais devem ter a sua elaboração iniciada ainda este ano.

Como linha mestra da Política Nacional pode-se apresentar uma visão ampla do problema. Não se resume a uma política para resíduos domésticos, mas para todo tipo de resíduos, industriais, de serviços de saúde, da construção civil, do setor de transportes, agrosilvopastoris, da mineração, perigosos ou não. As diretrizes, estratégias e metas focam em disposição adequada, redução da produção de resíduos, reciclagem e sustentabilidade dos resultados ao longo dos 20 anos de duração do plano inicial, com avaliações periódicas. O envolvimento e a responsabilização de gestores, produtores e consumidores plasmam-se no conceito de logística reversa, pelo qual a responsabilidade dos produtores de mercadorias se estende a etapas pós-consumo. Aspectos como o desenvolvimento de instrumentos econômicos de incentivo e a educação ambiental estão contemplados, bem como a promoção social de catadores organizados.

O **Ipea** pôde participar, ao longo de 2011, da elaboração do plano, a convite do Ministério do Meio Ambiente, produzindo diagnósticos setoriais que serviram de base para as discussões, que culminaram com as audiências públicas já realizadas. Diversos grupos socioeconômicos puderam intervir com sugestões de aperfeiçoamento para as estratégias e metas apresentadas.

Como primeira grande conclusão dos estudos, percebe-se que a coleta avançou muito no país nos últimos vinte anos. Hoje ela é quase universal (98%) na área urbana mas mostra ainda uma lacuna de mais de 50% na área rural. O desafio imediato é melhorar a qualidade do serviço e atacar o problema da disposição final adequada do lixo.

A coleta seletiva ainda é incipiente no país. Existem muitos serviços planejados, mas que em extensão não são significativos. Se alguma reciclagem há, atingindo 50% do consumo no setor de papel e papelão, um terço a 40% do alumínio e aço, 20% do plástico e vidro, esta se deve sobretudo à ação de catadores autônomos e à reciclagem pré-consumo (resíduos dos processos produtivos). A compostagem dos resíduos orgânicos é irrelevante em termos globais (1% do coletado).

No que toca à disposição dos resíduos, os lixões estão presentes em 50% dos municípios brasileiros. A ideia é substituí-los por aterros sanitários adequados. A distribuição regional é muito desigual. Cerca de 90% dos municípios nordestinos apresentam lixões, contra 15% na região Sul. Essa dicotomia é marcante, opondo o Sul e o Sudeste, com indicadores mais favoráveis, ao resto do país. Os pequenos municípios também estão em má situação, tanto pior quanto menor o seu tamanho.

Setores como serviços de saúde, indústria e construção civil apresentam legislação abundante, frequentemente não cumprida quanto à disposição adequada. Já no setor agrosilvopastoril e na mineração, a questão é relativamente nova e falta informação de qualidade. Cada setor necessita ser tratado na sua particularidade e nas suas condições objetivas. Em algumas áreas cumprir a lei, em outras acumular conhecimento.

O desafio imediato é a elaboração dos planos municipais e, em especial dos intermunicipais. Aterros não são viáveis, por questão de escala, em municípios pequenos e mesmo médios. E, cabe lembrar, o horizonte de um aterro mal gerido é reverter à condição de lixão. A meta mais emblemática prevista em lei, é a eliminação dos lixões até agosto de 2014. Dado o exposto, a dimensão do problema quantitativo e qualitativo, um desafio da política de resíduos sólidos será perdurar em sua ação, a despeito de uma eventual impossibilidade física de cumprimento desse dispositivo legal. O desafio do lixo é permanente. Não podemos correr o risco de perder o bom trabalho desse último biênio. Essa é uma questão que veio para ficar.

Albino Rodrigues Alvarez é técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoriade Estudos Regionais, Urbanos e Ambientais (Dirur) do Ipea.

Os antropólogos e o desenvolvimento

Sidney Murrieta

Representantes da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) debatem o papel da profissão na sede do Ipea, em Brasília

Qual o papel da antropologia diante do atual esforço nacional para o desenvolvimento? Para refletir sobre essa questão, entrevistamos sete importantes intelectuais vinculados à Associação Brasileira de Antropologia. A iniciativa faz parte de um esforço do Ipea para abrir seu leque de pesquisas e atividades, visando formular um conceito de desenvolvimento que contemple a proteção da população, o reconhecimento social e cultural de várias comunidades tradicionais e a preservação ambiental.

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) dirigiu, durante a II Conferência do Desenvolvimento (Code), em setembro de 2011, o eixo temático "Desenvolvimento: Desafios e perspectivas antropológicas". A colaboração da entidade com o **Ipea** faz parte de um esforço mútuo para que o Instituto se abra a temas e disciplinas que não integravam seu ideário inicial, voltado à economia.

Em fevereiro último, uma reunião com a ABA foi realizada em Brasília, para detalhar a continuidade da parceria. Ao término do encontro, realizou-se uma mesa redonda, mediada por Aristides Monteiro Neto, assessor de Planejamento e Articulação Institucional do **Ipea**. Na pauta, o engajamento da categoria em projetos de desenvolvimento. Participaram do evento a presidenta da entidade, Bela Feldman-Bianco (Unicamp), a diretora Andrea Zhouri (UFMG) e os antropólogos Alfredo Wagner Martins Pinto (UFAM), Cornelia Ecker (UFRGS), Sergio Lopes (UFRJ), João Pacheco (UFRJ) e Gustavo Ribeiro (UnB).

A ABA, fundada em 1955, é a mais antiga das associações científicas existentes no país, na área das ciências sociais. Ela ocupa, segundo sua página na internet, "um papel de destaque na condução de questões relacionadas às políticas públicas referentes à educação, à ação social e à defesa dos direitos humanos".

A seguir, os principais trechos do debate:

"A ABA ocupa um papel de destaque na condução de questões relacionadas às políticas públicas referentes à educação, à ação social e à defesa dos direitos humanos".

PAPEL DOS ANTROPÓLOGOS Bela Feldman-Bianco – A ABA tem não apenas uma importância científica, mas exerce um papel mediador entre Estado e movimentos sociais. A antropologia se volta para vários temas. Especificamente sobre o desenvolvimento, estamos criando um fórum temático com o objetivo de contribuir para o debate e para a implementação de políticas públicas, que devem levar em conta diferentes lógicas e saberes culturais.

Alfredo Wagner – Estamos em uma década marcada pela emergência de novas identidades sociais e pela emergência dos problemas que envolvem as reformas de vários códigos, como o Florestal, de Mineração, Penal e de Processo Civil. Como os antropólogos se inserem nisso? O que mobiliza o Estado a procurar os antropólogos? A meu ver, as questões mais urgentes envolvem a posse de terras indígenas e de terras de comunidades tradicionais, que suscitam algumas questões. Qual o destino dessas terras, face aos grandes projetos de desenvolvimento? Como se obtêm direitos e garantia de sua posse, quando temos uma reestruturação formal do mercado fundiário e quando há o procedimento de se entregar 67 milhões de hectares de terras públicas na Amazônia em dois anos a empreendimentos privados? Há conflitos sociais emanados dessas decisões. Estamos numa quadra histórica marcada por um grande processo de transformação, apoiado num processo de reprimarização da economia. É um modelo voltado para fora, que não respeita direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais. É preciso ver os efeitos das grandes obras – barragens, projetos de hidrovias e outros – sobre essas populações. Os antropólogos podem participar desses debates com propriedade e conhecimento.

Cornelia Ecker – Os antropólogos estão sendo demandados na definição de políticas de desenvolvimento também no meio urbano. Temos uma importante função de mediação com as populações periféricas e não privilegiadas. A antropologia aos poucos tem sido convidada a participar de fóruns interdisciplinares de projetos sociais que atuam em conflitos sociais e problemas urbanos, como no caso de remoções motivadas pelas obras da Copa, atuando em ONGs e em entidades que discutem prevenção de desastres e catástrofes. No Rio Grande do Sul, por exemplo, atuamos em grupos de defesa civil para mostrar a ausência de poder público em relação às tragédias urbanas que têm acontecido. Nossa reivindicação é de uma maior demanda de nossa especialidade na mediação de conflitos em problemas socais.

TEORIA E PRÁTICA Gustavo Luiz Ribeiro – A agenda da antropologia é ampla. Uma coisa é o debate teórico e metodológico e outra são suas interfaces com problemas reais, políticos, sociais, econômicos e culturais. Não fosse a presença de uma antropologia tão forte quanto a brasileira, os problemas decorrentes do avanço econômico sobre populações tradicionais ou minorias étnicas seriam muito maiores e essas questões manchariam o nome do Brasil mundo afora. A antropologia não se preocupa apenas com o contexto local e imediato. Ela estuda o desenvolvimento num grande espectro, com heterogeneidade de perspectivas e abordagens.

"A ABA tinha uma agenda inicial de defesa das comunidades indígenas, que se estendeu a povos tradicionais. Hoje estudamos operários metalúrgicos, têxteis, químicos, trabalhadores da cana etc. Também se trata de estudar a proletarização de grupos tradicionais, uma consequência do capitalismo."

José Sergio Leite Lopes,
antropólogo

Bela Feldman-Bianco – O estudo dos deslocamentos e migrações das populações, principalmente entre Estados nacionais, por exemplo, nos leva a pesquisar tanto os receptores quanto os locais de origem dessas populações. Isso abrange o exame de migrações do campo, da remoção de populações e suas causas políticas, como as orientações neoliberais na Europa. Agrega-se a isso a questão do tráfico de pessoas. Nem toda a migração é tráfico, há uma tendência de se criminalizar imigração como sendo tráfico. É preciso para isso que se examine as características local, nacional e global.

"O reconhecimento das terras indígenas mostra que esses indivíduos não são isolados. Eles só existem em comunidade e só terão sua cultura reconhecida quando tiverem terra e recursos assinalados na Constituição de 1988".

João Pacheco de Oliveira,
antropólogo

Sidney Murrieta

"Não fosse a presença de uma antropologia tão forte quanto a brasileira, os problemas decorrentes do avanço econômico sobre populações tradicionais ou minorias étnicas seriam muito maiores e essas questões manchariam o nome do Brasil mundo afora."

Gustavo Luiz Ribeiro,
antropólogo

AGENDA AMPLIADA José Sergio Leite Lopes– A ABA tinha uma agenda inicial de defesa das comunidades indígenas, que se estendeu a povos tradicionais. Isso se ampliou. Hoje estudamos operários metalúrgicos, têxteis, químicos, trabalhadores da cana etc. Também se trata de estudar a proletarização de grupos tradicionais, uma consequência do capitalismo. O folclore e a cultura tradicional se transformaram em defesa da cultura e proteção desse patrimônio imaterial. Envolver a defesa desses grupos demanda termos uma concepção ampliada de desenvolvimento. Houve uma ideia inicial baseada apenas no desenvolvimento tecnológico e no fortaleci-

mento nacional. Essas formulações tiveram um ponto de apoio importante na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), da ONU, na década de 1950. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dessa época eram os 50 anos em 5, de Juscelino Kubitschek. Chega-se a 1963-1964 com o desenvolvimento voltado à expansão do mercado interno, pela extensão universal dos direitos do trabalho, pela reforma agrária etc. Por isso houve [o golpe de] 1964, porque se ampliou a ideia de desenvolvimento. Celso Furtado, o grande teórico dessa matriz, foi cassado por causa disso. Na hora em que há uma retomada do desenvolvimento é preciso aprender com os erros do passado. É preciso ampliar o sentido do desenvolvimento desde o econômico ao cultural, ao social e a outras áreas, para que os novos direitos que estão surgindo venham a ser incorporados.

João Pacheco de Oliveira – Se nosso país tem alguma consciência sobre sua diversidade, certamente isso se deve aos antropólogos, a pessoas como Gilberto Freire e Darcy Ribeiro, que mostraram que o Brasil não é branco, não é europeu, tem raízes indígenas e negras. Tem raízes na escravidão e na colonização. O reconhecimento das terras indígenas mostra que esses indivíduos não são isolados. Eles só existem em comunidade e só terão sua cultura reconhecida quando tiverem terra e recursos assinalados na Constituição de 1988. Os últimos anos têm consagrado o Brasil como um país plural, diversificado, a partir da base do interior. Isso se refletiu também na atribuição de direitos. Mas esses direitos, ao mesmo tempo em que são reconhecidos, não se traduzem em práticas concretas.

Sidney Murrieta

"No Brasil, hoje, é o Estado que ganha força novamente, pois o neoliberalismo deu no que deu. Há várias narrativas, que competem entre si. É preciso ver qual será a dominante".

Bela Feldman-Bianco,
presidenta da ABA

O MEIO AMBIENTE Andrea Zhouri – Nosso trabalho revela a existência de múltiplos caminhos do desenvolvimento. Há uma preocupação com as condições de trabalho dos antropólogos nas áreas de políticas públicas, especialmente nas áreas de licenciamento ambiental. A portaria interministerial 419, de outubro de 2011, reduz bastante os prazos para pronunciamentos técnicos em relação às grandes obras. São prazos que não condizem com um trabalho antropológico mais sério. Trinta dias para um profissional emitir um parecer sobre um grande projeto, com equipes exíguas na Funai, no Incra e no Ibama torna muito difícil a realização de um trabalho sério. Há muitos projetos sendo realizados ao mesmo tempo. Só na Amazônia temos definidas sessenta barragens hidrelétricas! Gostaríamos, nesse quadro de mudanças nos marcos regulatórios dos códigos, de pensar em alternativas para um diálogo para que esses esforços governamentais tenham efeito prático.

Sidney Murrieta

"A portaria interministerial 419, de outubro de 2011, reduz bastante os prazos para pronunciamentos técnicos em relação às grandes obras. Trinta dias para um profissional emitir um parecer sobre um grande projeto, com equipes exíguas na Funai, no Incra e no Ibama torna muito difícil a realização de um trabalho sério".

Andrea Zhouri,
diretora da ABA

"Embora haja avanços no terreno dos direitos e da política internacional, o país real continua sendo escrito por velhas forças e imaginado segundo outros interesses".

Alfredo Wagner,
antropólogo

Sidney Murrieta

haja avanços no terreno dos direitos e da política internacional, o país real continua sendo escrito por velhas forças e imaginado segundo outros interesses. Ideias novas, como desenvolvimento sustentado e formas de participação são muitas vezes revertidas, manipuladas e transformadas em dominação de determinados grupos.

GLOBALIZAÇÃO E BARREIRAS **Andrea Zouri –** Trabalhamos muitas vezes com processos transnacionais. A globalização também é a disjunção. Mostramos os fluxos, os contra-fluxos, a criação de barreiras que contestam o mito da globalização inclusiva. Ela muitas vezes engloba diferenciando e não trata a todos igualmente.

AS NARRATIVAS DO DESENVOLVIMENTO **Bela Feldman-Bianco –** Existe o perigo de um nacionalismo metodológico, a partir do Estado. No final dos anos 1980, começo da década seguinte, falava-se muito no colapso do Estado-nação. O Estado não acabou, mas houve uma reformulação. Há um aumento de transnacionalismo e, ao mesmo tempo, um aumento de localismo. No Brasil, hoje, é o Estado que ganha força novamente, pois o neoliberalismo deu no que deu. Há várias narrativas, que competem entre si. É preciso ver qual será a dominante.

Alfredo Wagner – Nosso problema é a relação entre crenças, comportamentos e práticas e essa conexão entre as narrativas e as práticas do Brasil real, onde as coisas não acontecem segundo as normas e convenções internacionais. Não somos mais o Brasil dependente, de Celso Furtado, somos muito diferentes. Embora

"Ideias novas, como desenvolvimento sustentado e formas de participação são muitas vezes revertidas, manipuladas e transformadas em dominação de determinados grupos".

Alfredo Wagner,
antropólogo

"Um dos papéis da antropologia é desnaturalizar essas metanarrativas, que tendem a construir uma cultura generalizante do medo, do risco, do milagre econômico atual, sem estar atento aos perigos que isso pode provocar. nas relações sociais, como a discriminação e o preconceito".

Cornelia Ecker,
antropóloga

Sidney Murrieta

Cornelia Ecker – Há um processo de ideologização das metanarrativas. Há uma discursividade da imprensa sobre, por exemplo, segurança. Um dos papéis da antropologia é desnaturalizar essas metanarrativas, que tendem a construir uma cultura generalizante do medo, do risco, do milagre econômico atual, sem estar atento aos perigos que isso pode provocar nas relações sociais, como a discriminação e o preconceito.

Sergio Lopes – É complicado pensar na formação do Estado-nação em grande

Sidney Murrieta

"A antropologia é uma profissão extremamente arriscada. Os profissionais, ao fazerem seus trabalhos, são constantemente ameaçados pela ação de vários poderes. Isso porque encontramos sempre as dissonâncias entre as leis e as práticas".

João Pacheco de Oliveira,
antropólogo

dimensão, quando percebemos que segue-se classificando as pessoas tal como no primeiro Censo, de 1872. Aplicavam-se critérios cromáticos: as pessoas são brancas, amarelas, pardas etc. Precisamos chamar a atenção da questão classificatória e formal. Do mesmo modo a ideia de território e meio ambiente, que não são estáticos. A antropologia se contrapõe a essa glaciação e a esse congelamento de conceitos.

HISTORICIDADE E TRABALHO João Pacheco de Oliveira – Há várias camadas históricas. Em determinados momentos, a tecnologia expulsa os trabalhadores industriais do emprego. É o caso, por exemplo, da mineração, uma atividade altamente insalubre, agravada pela urgência da produção. No entanto, quando essa atividade cessa, as pessoas que nela trabalharam, que formaram uma certa cultura, lamentam. Os operários passam a ser um grupo condenado, e são vistos como parte de uma tecnologia do passado, com gestos repetitivos, que em certa época eram a esperança de um futuro e uma utopia. É preciso estudar isso.

Bela Feldman-Bianco – Hoje temos antropólogos fazendo pesquisas de cooperação internacional, na China, em Timor Leste e em outras partes, estudando deslocamentos, migrações e uma infinidade de temáticas. A antropologia brasileira está muito consolidada. Recebemos cada vez mais alunos do exterior, dos EUA, da América Latina e África. Há uma circulação de ideias através da globalização do conhecimento.

Alfredo Wagner – A antropologia permite entender a globalização como uma política e não como um processo natural. Trata-se de um mecanismo de poder do Estado. A figura do Estado aparece muitas vezes como redentora. A antropologia pode estabelecer diálogos com os instrumentos de poder e com a vida social. É preciso atentar para o fato de que a dimensão econômica não pode ser separada da dimensão identitária, colocada em nossa vida social.

RISCOS DA PROFISSÃO João Pacheco de Oliveira – A antropologia é uma profissão extremamente arriscada. Os profissionais, ao fazerem seus trabalhos, são constantemente ameaçados pela ação de vários poderes. Isso porque encontramos sempre as dissonâncias entre as leis e as práticas. Muitas vezes somos vítimas de campanhas de difamação. É fundamental que os planejadores não pensem que este país, na Amazônia, por exemplo, é feito de vazios. Há populações com cálculos, estratégias e planos de ocupação. Elas precisam ser incorporadas nos processos de desenvolvimento. Temos de ter em conta que as ações dos órgãos governamentais são desmobilizadoras. Essas populações são frequentemente vítimas de violência e interesses de madeireiros, mineradores, contrabandistas e de narcotraficantes. Elas querem alternativas de construção de país.

"É complicado pensar na formação do Estado nação em grande dimensão, quando percebemos que segue-se classificando as pessoas tal como no primeiro Censo, de 1872. Aplicavam-se critérios cromáticos: as pessoas são brancas, amarelas, pardas etc. Precisamos chamar a atenção da questão classificatória e formal".

Sergio Lopes,
antropólogo

Sidney Murrieta

Rodrigo Mendes Pereira

Meio ambiente e a maldição do crescimento coletivo

No mundo em que vivemos há uma grande correlação entre a prosperidade material e a destruição do meio ambiente, sobretudo de recursos naturais não renováveis. Essa correlação nos leva a questionar como será esse mundo daqui a cem anos, quando boa parte das economias hoje em desenvolvimento terão se tornado desenvolvidas, quando mais de 2,5 bilhões de chineses e indianos (e, quem sabe, brasileiros) terão rendas convergindo para os padrões das economias avançadas do Ocidente.

Se o crescimento econômico está associado à destruição do meio ambiente, então a prescrição de política mais lógica seria crescer menos, certo? Afinal de contas, queremos que a geração que nos sucede herde um planeta o mais próximo possível em termos ambientais do planeta que herdamos da geração que nos antecedeu. Nas linhas que se seguem eu vou argumentar que ao contrário do que esse raciocínio prescreve, no mundo dos próximos cem anos o crescimento econômico será mais importante do que nunca como instrumento para a geração de bem-estar.

Numa certa localidade geográfica, quando todo mundo enriquece junto, o aumento no poder de compra é menor do que quando se enriquece individualmente. Trata-se de uma externalidade negativa, uma maldição do crescimento coletivo.

Com o crescimento generalizado da renda há uma expansão natural da demanda por bens e serviços. O efeito final sobre o preço de cada um desses bens vai depender de como a oferta responde a esse aumento de demanda. Mas essa resposta depende fundamentalmente da natureza do bem ou serviço em questão. Bens que são transacionáveis (carros, roupas, alimentos etc.), que podem ser "importados" de outras localidades não sofrerão grandes aumentos de preços. Bens que não são transacionáveis (apartamentos, terrenos, corte de cabelo, serviços de encanador, eletricista etc.), que não podem ser "importados", tendem a ficar muito mais caros. Com isso, o aumento de poder de compra e de bem-estar material de cada indivíduo naquela localidade será menor, porque haverá inflação local, tão mais alta quanto maior for a parcela de bens não-transacionáveis na cesta de consumo média desses indivíduos. Daí a maldição do crescimento coletivo: enriquecer quando todos enriquecem na mesma proporção deixa o indivíduo ou o país menos rico do que quando ele enriquece sozinho.

Brasília é um bom exemplo dessa maldição do crescimento coletivo. Nos últimos dez anos a renda per capita da cidade tornou-se de longe a mais alta do país. Enquanto o Distrito Federal tem renda per capita (no conceito PPP) de US$ 25.062, o segundo colocado no ranking, São Paulo, tem renda per capita de US$ 13.331 (*The Economist*). Paralelamente a esse aumento nominal de renda, houve um forte aumento nos preços dos bens não transacionáveis. Nos últimos dez anos, a inflação nacional foi de aproximadamente 120% (IGP-DI), ou seja, o valor nominal dos bens um pouco mais do que dobrou na média. Mas no mesmo período o valor nominal médio dos imóveis em Brasília quase quadruplicou. Então, ter prosperado em termos nominais em Brasília possivelmente não implicou grandes ganhos de bem-estar porque todos a sua volta também prosperaram, e os bens não-transacionáveis ficaram muito caros. Mas sem dúvida, a pior situação possível é não prosperar num contexto onde todos prosperam. Isso significa baixa renda nominal diante de um "congestionamento de demanda" por bens não transacionáveis.

Brasília, Nova York, Tóquio, ou Cingapura são réplicas regionais do que deverá acontecer em escala global. Nos próximos cem anos, muita gente no mundo vai prosperar. O acesso de bilhões de pessoas ao consumo vai provocar uma pressão de demanda e um aumento de preços. Então cada país que prosperar, na verdade estará prosperando um pouco menos em termos reais, mais ou menos como o indivíduo de Brasília. A diferença é que enquanto nessas localidades existe a válvula de escape dos bens transacionáveis, no mundo considerado como uma unidade, todos os bens são não transacionáveis (a menos que surja um fluxo comercial do planeta terra com outras civilizações extraterrestres, o que é bastante improvável). Então a pressão sobre os preços será muito maior, e da mesma forma que na Brasília do início do século XXI, a pior situação possível será não prosperar.

Dá arrepios pensar na perspectiva de viver num planeta degradado pelo consumo desenfreado de bilhões de habitantes. Mas a evolução tecnológica e o próprio sistema de preços devem ser importantes freios a essa degradação. A perspectiva que realmente deveria estar tirando o sono de *policy makers* é a de não crescer, a de ser pobre ou tornar-se pobre num planeta que terá 1,3 bilhões de chineses e outros tantos indianos, dirigindo automóveis, comprando livros, roupas, viajando e comendo carne.

Rodrigo Mendes Pereira é técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Regionais, Urbanos e Ambientais (Dirur) do Ipea.

Anos 1980, década perdida ou ganha?

Gilberto Marangoni – de São Paulo

Os anos 1980 foram marcados por uma profunda crise econômica e pelo fim da ditadura (1964-85). A volta da democracia possibilitou uma reorganização do movimento social, num patamar inédito até então. Mas uma questão subsiste: aquela foi uma "década perdida" ou não? Longe de ser uma discussão acadêmica, ela é vital para que se examinem os projetos de país em disputa na atualidade

Os anos 1980, na América Latina, ficaram conhecidos como "a década perdida", no âmbito da economia. Das taxas de crescimento do PIB à aceleração da inflação, passando pela produção industrial, poder de compra dos salários, nível de emprego, balanço de pagamentos e inúmeros outros indicadores, o resultado do período é medíocre. No Brasil, a desaceleração representou uma queda vertiginosa nas médias históricas de crescimento dos cinqüenta anos anteriores.

Mas, sob o ponto de vista político, aquela foi literalmente uma década ganha. Não apenas se formaram e se firmaram inúmeras entidades e partidos populares – fruto das maiores mobilizações sociais de toda a história brasileira -, como se abriu uma nova fase histórica para o país, através do fim da ditadura e da promulgação da Constituição de 1988.

1,7
é a porcentagem
de crescimento do PIB registrado em toda a década de 1980

A cientista política Maria Izabel Mallmann, no livro *Os ganhos da década perdida* (Edipucrs, 2008), busca elucidar as contradições daqueles tempos:

"Pode-se dizer que a democracia foi um dos ganhos políticos da década econômicamente perdida. (...) Outro ganho foi o surgimento e consolidação de um espaço regional de coordenação de políticas, cujos desdobramentos positivos ainda fazem-se presentes. Apesar das dificuldades, a década de 1980 foi marcada por acontecimentos relevantes no que diz respeito à aproximação dos governos latinoamericanos".

DISPUTA DE RUMOS Um modelo de desenvolvimento, baseado em investimento estatal e financiamento externo, entrava em sua fase terminal e uma disputa de rumos tomava conta do cenário nacional. A pergunta no ar era: que sociedade e que orientação econômica emergirão com o fim da ditadura? Começavam a se definir blocos de força – inicialmente com contornos pouco claros – que se enfrentam até hoje.

Para Plínio de Arruda Sampaio, deputado federal constituinte em 1988, pelo PT e atualmente no PSOL, duas características básicas devem ser levadas em conta na avaliação do desempenho da economia. A primeira é a infraestrutura física do país, com suas redes de transporte, energia, comunicações etc. A segunda é a infraestrutura humana, expressa em educação, saúde e organização social do povo. "Sob tais pontos de vista", avalia ele, "a década de 1980 foi negativa, não apenas por conta da queda do PIB, mas pelo acentuado desarranjo social verificado". O ano de 1982,

"Pode-se dizer que a democracia foi um dos ganhos políticos da década econômicamente perdida. (...) Outro ganho foi o surgimento e consolidação de um espaço regional de coordenação de políticas, cujos desdobramentos positivos ainda fazem-se presentes. Apesar das dificuldades, a década de 1980 foi marcada por acontecimentos relevantes no que diz respeito à aproximação dos governos latinoamericanos"

Maria Izabel Mallmann,
cientista política

lembra o ex-parlamentar, foi marcado por um grande aumento do desemprego. A educação pública estava em crise e a saúde viu diminuírem seus recursos.

Mas Plínio faz uma ressalva. "Contrastando com isso, houve um grande desenvolvimento sociopolítico, marcado pelo surgimento do PT, ainda um grande impulsionador da luta popular, da CUT, do MST, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de inúmeras entidades e partidos".

DIALÉTICA DA CRISE Se olharmos no detalhe, as interpretações sobre "perdidos" ou "ganhos" não são tão opostas como parecem. A própria derrocada econômica gerou uma inquietação social de tal ordem que não pode mais ser contida pelo feroz dispositivo repressivo da ditadura. É possível dizer que as avaliações fazem parte da dialética da crise.

A cientista Sonia Miriam Draibe, no artigo "Qualidade de vida e reformas de programas sociais: o Brasil no cenário latinoamericano", publicado em 1993, assinala que "O fraco desempenho econômico do país nos anos 1980 confirma-se pelo comportamento do PIB: em 1989 foi apenas 22% superior ao de 1980, crescendo a uma taxa média de 1,7% ao ano, praticamente estagnado em termos per capita, muito distante do patamar histórico de 7%".

12

vezes

de aumento no preço dos combustíveis foi registrado durante a crise da Opep entre 1973 e 1979

Se usarmos uma métrica flexível, podemos dizer que o ano de 1980, no âmbito da economia, marca o fim do longo ciclo nacional-desenvolvimentista, iniciado em 1930.

No intervalo de cinco décadas, o Brasil deixou de ser uma economia agroexportadora e importadora de manufaturados para se tornar uma sociedade industrial moderna. Essas características eram definidas por uma cadeia produtiva diversificada e articulada e uma classe operária numerosa e qualificada. O motor dessa transformação foi a decidida ação do Estado como indutor e planejador econômico. No final do ciclo, estávamos integrados à economia mundial como um país periférico de renda média.

"Sob tais pontos de vista a década de 1980 foi negativa, não apenas por conta da queda do PIB, mas pelo acentuado desarranjo social verificado. Contrastando com isso, houve um grande desenvolvimento sociopolítico, marcado pelo surgimento do PT, ainda um grande impulsionador da luta popular, da CUT, do MST, das Comunidades Eclesiais de Base e de inúmeras entidades e partidos"

Plínio de Arruda Sampaio,
deputado federal constituinte em 1988 pelo PT e atualmente no PSOL

FIM DE UMA ERA Havia condicionantes internos e externos na interrupção daquele ciclo. A chegada dos anos 1980 assinalou o fim de um tempo para o capitalismo mundial e a inviabilização do projeto desenvolvimentista nos países da periferia. Nas economias avançadas, os anos de crescimento contínuo, verificados entre 1945 e 1975, entraram em declínio.

Os sinais da desaceleração ficam claros na segunda metade dos anos 1970. O governo norteamericano rompera a paridade ouro-dólar em 1972. Sete anos depois, aumentaria unilateralmente a taxa de juros, buscando exportar a conta de sua crise doméstica para os países da periferia. Como medidas complementares, os EUA se valeram de sua enorme influência em organismos financeiros multilaterais, como o FMI, para forçar um inédito processo de abertura de mercados e de desregulamentação econômica ao redor do globo.

Ricardo Cassiano/Folhapress

Além disso, a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) decidiu reorganizar o mercado internacional do combustível, promovendo duas elevações nos preços internacionais do produto, em 1973 e 1979. Os preços do petróleo aumentaram 12 vezes nesse intervalo, criando sérias dificuldades para os países importadores, entre eles o Brasil.

Cidadão de Minas

Comício da campanha presidencial de Tancredo Neves ao colégio eleitoral, em 1984. Na foto, entre outros, Franco Montoro, Tancredo Neves, Fernando Henrique Cardoso, Ulysses Guimarães e José Sarney

INFLAÇÃO E DESCONTROLE Os tempos de créditos fartos a juros baratos no mercado internacional acabavam ali. Estavam em xeque modelos de desenvolvimento apoiados em altas doses de endividamento externo.

A crise levaria o último governo da ditadura, chefiado pelo general João Figueiredo (1979-85), a tomar medidas drásticas. O objetivo inicial era deter a apreciação da moeda nacional notada em anos anteriores, incentivar as exportações e fazer frente ao aumento do déficit em conta corrente.

Assim, o cruzeiro foi abruptamente desvalorizado em 30% no final de 1979. A medida acentuou a desaceleração econômica, o descontrole inflacionário e o desarranjo nas contas públicas. Em 1980, a inflação bate a simbólica marca de 100% ao ano. Mesmo com a elevação dos preços dos importados, o balanço de pagamentos registrou enormes déficits. Em 1981, o país entrava em uma recessão que perduraria até o segundo semestre de 1982.

1863%

foi

a inflação anual de 1989

A partir daí, o financiamento dos passivos externos brasileiros passou a exigir cada vez mais a contração do orçamento e dos investimentos internos. O FMI impôs duros ajustes na economia, para possibilitar a rolagem da dívida externa e financiar os seguidos desequilíbrios no balanço de pagamentos. O Brasil viveu anos de instabilidade monetária e cambial e estancamento dos fluxos internacionais de crédito. Este último fator impedia o país de rolar sua dívida externa. Em 1983, haveria nova maxidesvalorização de 30% no câmbio.

No plano social, contraía-se a renda e o emprego em função do baixo crescimento. Aumentava a concentração de renda e riqueza e acentuavam-se as desigualdades sociais. Com forte retração fiscal, o Estado tornou-se incapaz de fazer uma gestão adequada de suas políticas.

Diante de tal quadro, o pacto de classes articulado pelo golpe de 1964 – grande burguesia interna e externa somadas a setores médios – foi colocado em questão. O padrão de acumulação da última fase do projeto desenvolvimentista – assentado em investimento público, capital externo e capital privado nacional – entraria em crise terminal.

A expressão política dessa falência foi o fim da ditadura e uma inédita disputa de projetos econômicos ao longo dos anos 1980, tendo como foco a redefinição das atribuições do

Estado. Na esfera política, havia uma vasta pauta democratizante, envolvendo várias demandas sociais.

MOBILIZAÇÕES SOCIAIS A crise provocou uma ascensão das mobilizações populares. O auge aconteceu nas semanas que antecederam a votação da emenda do deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT), em fins de abril de 1984. A medida estabelecia a realização de eleições diretas para presidente da República. O país foi tomado de norte a sul por maciços atos de protesto. Os mais importantes aconteceram no Rio de Janeiro, com a presença de um milhão de pessoas, e em São Paulo, que contou com 1,5 milhão de participantes. Apesar de a emenda não ter sido aprovada, as mobilizações prosseguiram em greves gerais, inúmeras paralisações localizadas e na grande pressão para a aprovação de emendas populares – algo inédito – na Constituinte, instalada em 1987.

1,5 milhões

de pessoas foi o público estimado do comício das diretas no vale do Anhangabaú, em São Paulo, em abril de 1984

A oposição, capitaneada pelo PMDB, conseguiu eleger Tancredo Neves de forma indireta, no Colégio Eleitoral. No entanto, o novo presidente viria a falecer dias antes da posse. No início de 1985, seu vice, José Sarney, assume o governo.

A situação econômica, com a disparada dos preços, era francamente desfavorável. Uma inflação mensal de 15% e impasses nas negociações da dívida externa marcam o período, que culmina com uma moratória no início de 1986.

Aquela conjuntura foi também marcada pela adoção do primeiro plano heterodoxo de combate à inflação, o Cruzado, que congelava preços e salários a partir de fevereiro de 1986.

HIPERINFLAÇÃO E DESCONTROLE A abrupta queda da inflação repercutiu fortemente nas eleições para governadores naquele ano. O PMDB, partido da situação, elegeu governadores em 22 dos 23 estados brasileiros.

Célio Azevedo/Agência Senado

Manifestação na Câmara dos Deputados pelas eleições diretas para a Presidência da República. Abril de 1984

Mas a expansão da demanda, viabilizado pelo aumento do poder aquisitivo, sem expansão da oferta e a sonegação de produtos por parte de setores empresariais leva ao desabastecimento de vários produtos, especialmente alimentícios, nos supermercados. Após a eleição, o plano não consegue ser mantido.

Outras tentativas de se derrubar a escalada inflacionária foram tentadas até o início de 1989, através dos planos Cruzado II, Bresser e Verão. Todos fracassam e a aceleração dos preços fecha a década batendo a casa de 80% ao mês, num quadro de hiperinflação.

O economista Carlos Lessa, ex-presidente do BNDES e diretor da instituição nos anos 1980, aponta que o fim do período autoritário e o início da chamada Nova República não se traduziu em avanços no combate à desordem financeira. "O Plano Cruzado foi uma tentativa de fazer isso. Falhou, apesar da enorme popularidade de Sarney, que não quis completar o projeto, achando que não se deveria mexer em time que está ganhando".

OS PROJETOS SE ENFRENTAM Plínio de Arruda Sampaio nota que as inquietações e movimentações dos setores pauperizados da sociedade evidenciaram sinais claros de um grande desenvolvimento na consciência política popular.

"A campanha presidencial de 1989 representou o ápice da disputa de projetos daquela década", assinala. "Isso aconteceu por força da campanha do Lula, que colocou na agenda a possibilidade de mudança social real, através de um programa que combinava orientações socialistas e social democratas, com fortes tinturas nacionalistas".

Para Plínio, tal fenômeno nunca havia acontecido com clareza em nossa história. "Acompanhei várias eleições, desde os anos 1940. Nem mesmo na acirrada campanha presidencial entre Juscelino Kubitschek e Juarez Távora, em 1955, havia confronto efetivo de projetos. Em 1989 havia".

Duas concepções de desenvolvimento se enfrentaram desde o início da década.

A primeira foi uma diretriz de cunho nacional desenvolvimentista, que atualizou

Sandra Silva de Souza

Passeata de estudantes "caras pintadas" pedindo o *impecheament* do presidente Fernando Collor de Mello, em 1992, no Rio de Janeiro. A ditadura havia acabado e os tempos já eram outros

A disputa que atravessou o decênio foi vencida pelos liberais, com a vitória de Fernando Collor na eleição presidencial. A agenda foi radicalizada na gestão de Fernando Henrique Cardoso. Enterrava-se ali o período desenvolvimentista. O projeto hegemônico foi marcado por conquistar estabilidade monetária lançando mão de juros elevados, liberalização da conta de capitais, privatização de ativos e empresas públicas e redução de várias funções próprias do Estado

uma tradição histórica na sociedade brasileira. Suas ideias-força principais eram fortalecimento do Estado e da empresa privada nacional, ampliação dos direitos sociais e a retomada do crescimento econômico. Suas raízes podem ser encontradas no primeiro e no segundo governo de Getúlio Vargas (1930-45 e 1951-54), nos escritos de Roberto Simonsen (1889-1948), nas postulações iniciais da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal, anos 1950) e em vários projetos emanados do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb, 1956-64).

ECONOMIA ESTAGNADA Sonia Miriam Draibe aponta um balanço nada animador sobre a evolução das turbulências daqueles anos: "No final da década de 1980, 48,6% da força de trabalho ganhava até dois salários mínimos e 27,2% da população ocupada recebia um salário mínimo. Para se ter uma ideia dos baixos valores salariais e da crescente concentração de riqueza, vale assinalar o comportamento de participação da massa salarial na renda interna total: cai de 40,79% em 1970 a 37,9% em 1980 e em 1989 estava estimada em 30%. (...) O Brasil ingressa nos anos 1990 com cerca de um terço de sua população em estado de pobreza".

A disputa que atravessou o decênio foi vencida pelos liberais, com a vitória de Fernando Collor (1990-92) na eleição presidencial. A agenda foi radicalizada na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Enterrava-se ali o período desenvolvimentista. O projeto hegemônico foi marcado por conquistar estabilidade monetária lançando mão de juros elevados, liberalização da conta de capitais, privatização de ativos e empresas públicas e redução de várias funções próprias do Estado.

No plano político, as marcas das conquistas de três décadas atrás seguem em permanente construção, nem sempre de forma linear. As disputas continuam.

A segunda foi uma linha liberal, também bastante enraizada na sociedade brasileira. Sob essa matriz, o Estado deveria abrir mão de sua função de indutor e planejador do desenvolvimento, deixando essas tarefas nas mãos do mercado e da iniciativa privada. Suas raízes estão na atuação de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu (1756-1835), conselheiro de D. João VI e introdutor das ideias de Adam Smith e do livre-comércio no Brasil. O maior propagador das ideias liberais entre nós, no século XX, foi Eugênio Gudin (1886-1986). Este engenheiro, economista e pioneiro dos cursos de economia em nosso país, era contra qualquer intervenção estatal na economia.

Variação anual do PIB

1968–82, em porcentagens

O período de acelerado crescimento econômico – entre 1969 e 1973 – conhecido como "milagre brasileiro" acaba perto do fim da década. É notável a desaceleração do PIB entre 1981 e 1982.

1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
9,8	9,5	10,4	11,34	11,94	13,97	8,15	5,17	10,26	4,93	4,97	6,76	9,20	-4,25	0,83

Fonte: IBGE

1/5

da população

brasileira vive em estado de pobreza em 1990

A inflação galopante

Série histórica dos acumulados no ano – IPCA e INPC – em porcentagens

A partir de 1982, a inflação rompe a marca simbólica de 100% ao ano. De 1988 em diante, o cenário é de hiperinflação

Ano	IPCA	INPC
1980	99,25	**99,70**
1981	95,62	**93,51**
1982	104,79	**100,31**
1983	164,01	**177,97**
1984	215,26	**209,12**
1985	242,23	**239,05**
1986	79,66	**59,20**
1987	363,41	**394,60**
1988	980,21	**993,28**
1989	1972,91	**1863,56**
1990	1620,97	**1585,18**

Fonte: IBGE

Bresser: "Os anos 1980 foram perdidos do ponto de vista econômico, mas não do político"

Para Luiz Carlos Bresser-Pereira, ex-ministro da Fazenda (1987), professor emérito da Fundação Getúlio Vargas – SP e membro do Conselho de Orientação do Ipea, as questões econômicas centrais da época foram a busca de uma solução para a crise da dívida externa e para a alta inflação

Desafios do Desenvolvimento – Os anos 1980 são tidos como uma "década perdida". Mas as conquistas democráticas do período fazem com que alguns o considerem como integrante de uma "década ganha". Há sentido em apreciações tão díspares?

Bresser-Pereira – Os anos 1980 foram perdidos do ponto de vista econômico. O país passou então por uma grande crise financeira – a grande crise da dívida externa dos anos 1980 – que desencadeou a alta inflação inercial. O Brasil, que vinha crescendo a taxas extraordinárias até 1980, parou; a economia brasileira estagnou. E, depois, nunca mais votou às altas taxas de 1950 a 1980.

Mas os anos 1980 foram também os da transição democrática, foram os anos de um grande pacto político – o pacto democrático popular de 1977 ou das Diretas Já. A transição democrática ocorreu em 1984 em parte porque os militares se enfraqueceram com a crise de balanço de pagamentos e a alta inflação inercial. E em 1988 tivemos nossa Constituição – a primeira constituição democrática do Brasil (porque foi a primeira que assegurou o sufrágio universal) e, além disso, foi uma constituição social e participativa. Do ponto de vista político, portanto, não foram anos perdidos.

Desenvolvimento – No âmbito político, a disputa era pelo fim da ditadura. E no terreno econômico, qual ou quais eram as questões centrais em pauta?

Bresser-Pereira – No plano econômico as duas questões centrais foram a busca de uma solução para a crise da dívida externa e para a alta inflação. Foram os dois temas que procurei enfrentar quando, em 1987, fui Ministro da Fazenda. No plano político foram, primeiro, realizar a transição democrática, o que ocorreu com a eleição de Tancredo Neves no final de 1984, e, depois, debater aprovar a Constituição de 1988.

Desenvolvimento – Os anos 1990 foram marcados pela tentativa de se enterrar o nacional-desenvolvimentismo, através da consigna "sepultar a Era Vargas". Isso aconteceu? Qual o legado para os dias de hoje desses enfrentamentos?

Caminhos da Cultura

Sepultar a Era Vargas" foi uma tese equivocada, tola. Seria a mesma coisa que os franceses enterrarem a Era Napoleão e os alemães, a Era Bismarck. Getúlio Vargas foi o estadista que o Brasil teve no século XX

Bresser-Pereira – "Sepultar a Era Vargas" foi uma tese equivocada, tola. Seria a mesma coisa que os franceses enterrarem a Era Napoleão e os alemães, a Era Bismarck. Getúlio Vargas foi o estadista que o Brasil teve no século XX. A Era Vargas foi o tempo da Revolução Nacional e Industrial Brasileira. Foi o tempo de uma grande coalizão de classes nacional-desenvolvimentista unindo empresários industriais, tecnoburocratas públicos, trabalhadores urbanos e alguns setores da velha oligarquia voltados para o mercado interno. E Vargas foi o líder desse pacto – do pacto nacional-popular de 1930. Hoje, depois do fracasso do pacto liberal-dependente de 1991, há uma clara tentativa de restabelecer uma coalizão de classes desenvolvimentista como foi a de Vargas, mas agora no quadro da democracia (algo para o que o Brasil não estava maduro então) – de uma democracia social e ambientalista. E estamos caminhando nessa direção.

Stédile: O movimento apontava que a saída da crise era um novo projeto de desenvolvimento

Para João Pedro Stédile, economista, fundador e membro da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), houve uma disputa política entre dois projetos na eleição de 1989, que se consolidou em 1994 com a vitória de Fernando Henrique Cardoso

Desafios do Desenvolvimento – Os anos 1980 são tidos como uma "década perdida". Mas as conquistas democráticas do período fazem com que alguns o considerem como integrante de uma "década ganha". Há sentido em apreciações tão díspares?

João Pedro Stédile – Sim. Do ponto de vista econômico, o modelo de industrialização dependente, adotado no país desde a década de 1930, se esgotou por suas contradições internas nos anos 1980. E o resultado foi uma crise que resultou em uma década sem nenhum crescimento do PIB. Foram, do ponto de vista de geração de riqueza, anos perdidos. Porem, do ponto de vista político, tivemos nesse mesmo período, o reerguimento do movimento de massas. As lutas sociais foram retomadas e elas colocaram na ordem do dia, a ilegalidade da ditadura militar, apontando-a como responsável pela crise.

Desenvolvimento – No âmbito político, a disputa era pelo fim da ditadura. E no terreno econômico, qual ou quais eram as questões centrais em pauta?

João Pedro Stédile – As questões centrais levantadas pelo movimento social definiam que a única saída para a crise econômica era um novo projeto de desenvolvimento para o país, sob a hegemonia das forças populares (e não mais pela burguesia subordinada ao capital estrangeiro, como foi no período de 1930-80). Na época, ele foi chamado de projeto democrático-popular. Defendia-se a construção de um modelo de industrialização que ajudasse a resolver os problemas fundamentais da população. Era fundamental termos um processo de distribuição de renda, que levasse a termos um poderoso mercado interno, uma reforma agrária e uma reforma urbana que conseguisse resolver o problema da moradia digna, uma reforma educacional que conseguisse construir escolas, contratar professores e elevar o patamar educacional do país. Seriam necessários fortes investimentos em tecnologia, que potencializassem nossa autonomia. Por fim, havia a necessidade de uma reforma financeira, que colocasse o sistema financeiro, os juros e o câmbio sob controle do Estado, para que o centro da acumulação fossem os investimentos produtivos, na indústria e na agricultura.

Joka Madruga

Desenvolvimento – Os anos 1990 foram marcados pela tentativa de se enterrar o nacional-desenvolvimentismo, através da consigna "sepultar a Era Vargas". Isso aconteceu? Qual o legado para os dias de hoje desses enfrentamentos?

João Pedro Stédile – Claro que aconteceu. Houve uma disputa política entre dois projetos na eleição de 1989, que se consolidou em 1994 com a vitória de Fernando Henrique Cardoso. Nosso programa democrático-popular de desenvolvimento foi derrotado. A classe dominante brasileira encontrou como saída o chamado neoliberalismo e refez sua aliança com o capital estrangeiro, agora hegemonizado pelo capital financeiro. Em toda década de 1990, até 2006, acorreu para o Brasil um grande volume de capital externo, que foi aplicado na privatização de nossas melhores empresas (Vale, Embratel, Embraer, estatais da energia elétrica) e na aquisição de parte de outras grandes empresas privadas. Com isso, houve um aumento da taxa de investimento e a economia voltou a crescer. Mas cresceu de forma concentrada e ainda mais dependente do capital estrangeiro. Ainda não temos um projeto econômico de desenvolvimento.

Crise e reforma política

Marcel Gomes – de São Paulo

Mudanças nas regras do sistema político brasileiro geralmente acontecem no bojo de crises. Propostas de combate à corrupção, de regulamentação do lobby, para o financiamento público de campanha e outras são objeto de polêmica no Congresso. Mas eleições no Parlamento do Mercosul podem servir de teste para novas ideias

Jorge Andrade

A revelação de negócios suspeitos entre o empresário Carlos Augusto de Almeida Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira, e políticos de alto escalão da República puseram foco sobre o projeto de reforma política em tramitação no Congresso Nacional, em especial o capítulo sobre financiamento público de campanha. É sabido, porém, que a falta de consenso entre os parlamentares dificulta a aprovação da proposta no curto prazo.

1,3 milhões

de pessoas subscreveram o projeto de lei da ficha limpa

Isso não significa que as próximas eleições e, em especial, as de 2014, ocorrerão sob as mesmas regras do passado. Analistas que acompanham o dia a dia de Brasília avaliam que os pleitos futuros já devem ser afetados por uma série de novas leis com potencial para elevar a qualidade da vida política no país.

FICHA LIMPA EM CENA A maior novidade é a Lei da Ficha Limpa, como ficou conhecido

o projeto 135/2010, oriundo de uma mobilização popular que reuniu 1,3 milhões de assinaturas. Com validade derrubada pelo Supremo Tribunal Federal para o processo eleitoral de 2010, a norma que barra por oito anos políticos que renunciaram a mandato para fugir da cassação ou condenados em decisão colegiada da Justiça, funcionará para valer neste ano.

O ex-senador Joaquim Roriz (PSC-DF) e o ex-governador do Distrito Federal Paulo Octávio (ex-DEM) são exemplos de políticos que renunciaram ao mandato para fugir de possíveis cassações. Com isso, devem ter suas candidaturas indeferidas caso desejem disputar as eleições no segundo semestre. Já o ex-prefeito de Curitiba Cássio Taniguchi (DEM-PR) e o ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF) foram condenados em tribunais superiores por irregularidades cometidas no exercício do mandato – dessa forma, também estariam fora do jogo eleitoral.

A Ficha Limpa não é a única mudança que afetará a disputa de 2012. Espera-se que a Lei Geral de Acesso à Informação, sancionada em novembro pela presidenta Dilma Rousseff, também traga efeitos positivos. A regra torna mais transparentes as atividades de funcionários e mandatários dos três poderes e os gastos executados por eles. Isso permitiria ao eleitor, durante processo eleitoral, levantar mais informações para fazer suas escolhas.

"São mudanças que dão um passo importante rumo à higienização da política", afirma o analista Antônio de Queiroz, diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Espera-se que a Lei Geral de Acesso à Informação, sancionada em novembro pela presidenta Dilma Rousseff, também traga efeitos positivos. A disposição torna mais transparentes as atividades de funcionários e mandatários dos três poderes e os gastos executados por eles. Isso permitiria ao eleitor, durante processo eleitoral, levantar mais informações para fazer suas escolhas

Defensor da tese de que avanços legislativos pontuais podem tornar mais claras as regras das disputas, mesmo na ausência de uma reforma ampla, Queiroz alerta que é necessária a aprovação de outros projetos em debate no Legislativo. Trata-se, por exemplo, da lei sobre conflito de interesses no serviço público, da lei que pune corruptores e da regulamentação do *lobby*.

CONFLITOS DE INTERESSES O projeto de lei 7528/2006, que combate o conflito de interesse no serviço público federal, foi aprovado em abril pela Câmara. Essa iniciativa gestada na Controladoria Geral da União (CGU) eleva de quatro para seis meses o período de quarentena para os que deixam a função pública, além de estabelecer situações em que há conflito de interesses nas atividades do poder executivo federal.

20%

de multa

sobre o seu faturamento bruto deve ser cobrado da empresa corruptora, segundo projeto de lei

Entre outras iniciativas, ficam vedadas a divulgação de informação privilegiada, o exercício de atividade junto à empresa que tenha interesse em decisão do órgão em que está alocado o servidor e o desempenho de atividade de intermediário de interesses privados junto a qualquer órgão do executivo. O texto da lei também estabelece punições, que vão de processos por improbidade administrativa até a demissão.

CORRUPTOS E CORRUPTORES Se aquela proposta busca tornar o serviço público mais eficiente e transparente, há uma que deseja atingir a outra ponta, ou seja, o empresário que

Divulgação

"As campanhas do sistema atual [privado] incentivam as redes de corrupção, por meio de superfaturamento de obras, tráfico de influência e licitações dirigidas, que terminam sendo pagas pela população"

Henrique Fontana,
deputado federal (PT-RS)

mantém relações com o poder público. Também apresentado pelo governo federal, o projeto de lei 6826/2012, conhecido como Lei Anticorrupção, visa punir o agente corruptor privado e garantir o ressarcimento ao Estado no caso de ilegalidade cometida.

Elaborado no âmbito da CGU, o projeto parte da premissa que é muito difícil punir pessoas e empresas corruptoras na justiça e que uma alternativa eficaz seriam sanções administrativas. Em caso de condenação em processo civil e administrativo, a empresa teria de pagar até 20% de seu faturamento bruto no ano anterior, além de ressarcir os cofres públicos do prejuízo causado.

O texto original do governo determinava multa de até 30%, mas esse patamar foi reduzido diante de pressão de entidades empresariais. Caso um servidor público responsável por determinado contrato condicionar sua efetivação ao pagamento de propina, a empresa poderá ter atenuantes em sua possível penalização. Para ser beneficiada, porém, o ente privado precisará comprovar claramente a coação.

REGULAMENTAÇÃO DO *LOBBY* Mais distante de tornar-se lei, apesar de debatida há mais de vinte anos no Congresso, a regulamentação do *lobby* é tema de diversos projetos de lei. A primeira iniciativa sobre o tema foi o PLS 203/1989, do senador Marco Maciel (DEM-PE). Aprovada no Senado, em 1990, o texto seguiu para a Câmara e jamais foi votado.

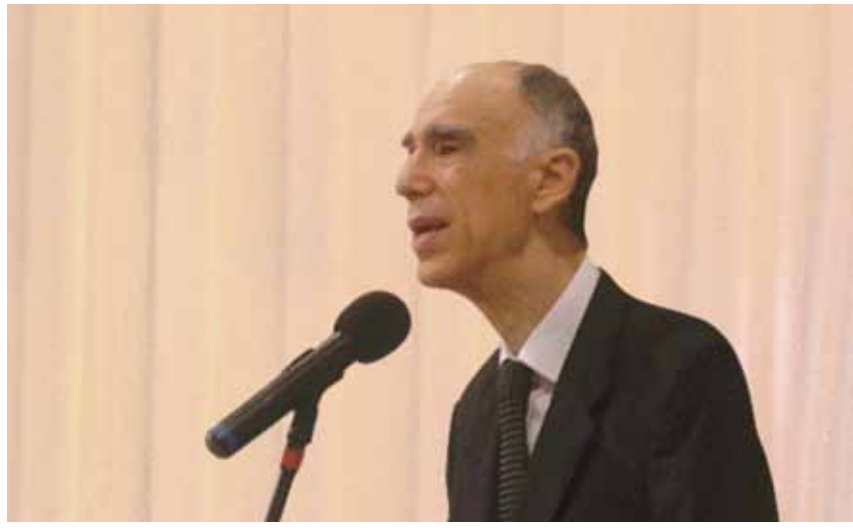
Desde então, várias formulações foram apresentadas, como a do deputado federal Carlos Zarattini (PT-SP), que, com o PL 1.202/07, procura estabelecer limites para as atividades de representantes de organizações privadas no executivo e no legislativo. O *lobby* é regulado nos Estados Unidos e em países europeus. No Brasil, é um serviço oferecido por empresas especializadas, mas que ainda operam sob frágil controle e transparência.

REFORMA AMPLA? Todas essas propostas correm em paralelo aos debates da comissão especial que há mais de um ano discute uma reforma política ampla no país. O relator do projeto, deputado federal Henrique Fontana (PT-RS), apresentou em março último uma quinta versão para seu texto, acatando sugestões dos mais variados partidos. Entretanto, a votação ainda não ocorreu.

O principal pilar da proposta de Fontana é o financiamento 100% público das campanhas eleitorais, um modelo que, para ele, ajudaria a preservar a "autonomia dos mandatos". "As campanhas do sistema atual [com financiamento privado] incentivam as redes de corrupção, por meio de superfaturamento de obras, tráfico de influência e licitações dirigidas, que terminam sendo pagas pela população", disse o parlamentar, em discurso na tribuna da Câmara.

A "deixa" utilizada pelo deputado petista era justamente o escândalo envolvendo o empresário Carlinhos Cachoeira, que teria bancado campanhas de vários políticos. Ainda que Fontana não convença seus pares a votar a reforma política ao menos na comissão especial, não há como negar que ele soube reconhecer uma oportunidade. De acordo com analista César Alexandre Tomaz de Carvalho, da consultoria CAC, baseada em Brasília, as mudanças no sistema político brasileiro têm sido impulsionadas por escândalos, ao menos no período mais recente.

"As propostas de fidelidade partidária e da ficha limpa ganharam força após crises. Dependendo de como se desenvolver a atual crise política, a ideia do financiamento público de campanha pode avançar", arrisca o cientista político. Esse modelo também ajudaria a baratear o custo das campanhas, que teriam alcançado R$ 3,2 bilhões na corrida presidencial de 2010. Nos bastidores,



MinC.Nordeste

A regulamentação do *lobby* é tema de diversos projetos de lei no Congresso. A primeira iniciativa sobre o tema foi apresentada em 1989 pelo então senador Marco Maciel (PFL-PE). Aprovada no Senado, em 1990, o texto seguiu para a Câmara e jamais foi votado

3,2
bilhões de reais
foram gastos na campanha presidencial de 2010

A publicação analisa o impacto das propostas em discussão sobre a eleição direta para o Parlasul, prevista para 2014

fala-se em até R$ 5 bilhões, caso se considere o ilegal "caixa dois".

"O povo brasileiro paga as campanhas caríssimas. Quando o financiamento se dá de forma legal, o patrocinador embute o valor doado no preço dos produtos que a população adquire como consumidora", explica o deputado Fontana. Com o financiamento público, os partidos teriam de se adequar a orçamentos menores e mais igualitários, equilibrando as disputas, coibindo o abuso de poder econômico.

PEDRAS NO CAMINHO Mas há pedras no caminho do financiamento público. Segundo Antônio de Queiroz, do Diap, o uso de tais recursos dificilmente ganharia corações e mentes da opinião pública, em especial da classe média. "Ela avalia que o Brasil é um país corrupto, mas não aceitaria usar dinheiro público nas candidaturas", diz ele.

Queiroz enumera outras dificuldades. O financiamento público tornaria mais complicada a eleição de muitos congressistas diretamente responsáveis por avaliar a reforma. "É difícil acreditar que eles colocariam em risco sua sobrevivência política", prevê ele. Assim, a aprovação de alguma modalidade de uso de recursos públicos em campanha dependeria de "generosas regras de transição", que possivelmente manteriam as eleições de 2012 e 2014 sob financiamento privado.

Por fim, há a questão dos prazos. Com o princípio de que nada se mexe na legislação eleitoral um ano antes do pleito norteando a justiça brasileira, a disputa de 2012 ocorrerá sob financiamento privado. E, ainda que esteja mais distante, deve ocorrer o mesmo com 2014. De acordo com Carvalho, da CAC, o Congresso não deverá votar mais nada relevante neste ano, pois os parlamentares estarão envolvidos com as eleições municipais. Em 2013, um ano não eleitoral, deputados e senadores teriam apenas até outubro para decidir sobre a matéria, se quiserem que ela valha para a disputa de 2014. É pouco tempo.

"Seria um bom experimento para a discussão sobre reforma política. As propostas para as eleições do Parlasul seriam bons experimentos para a discussão sobre reforma política"

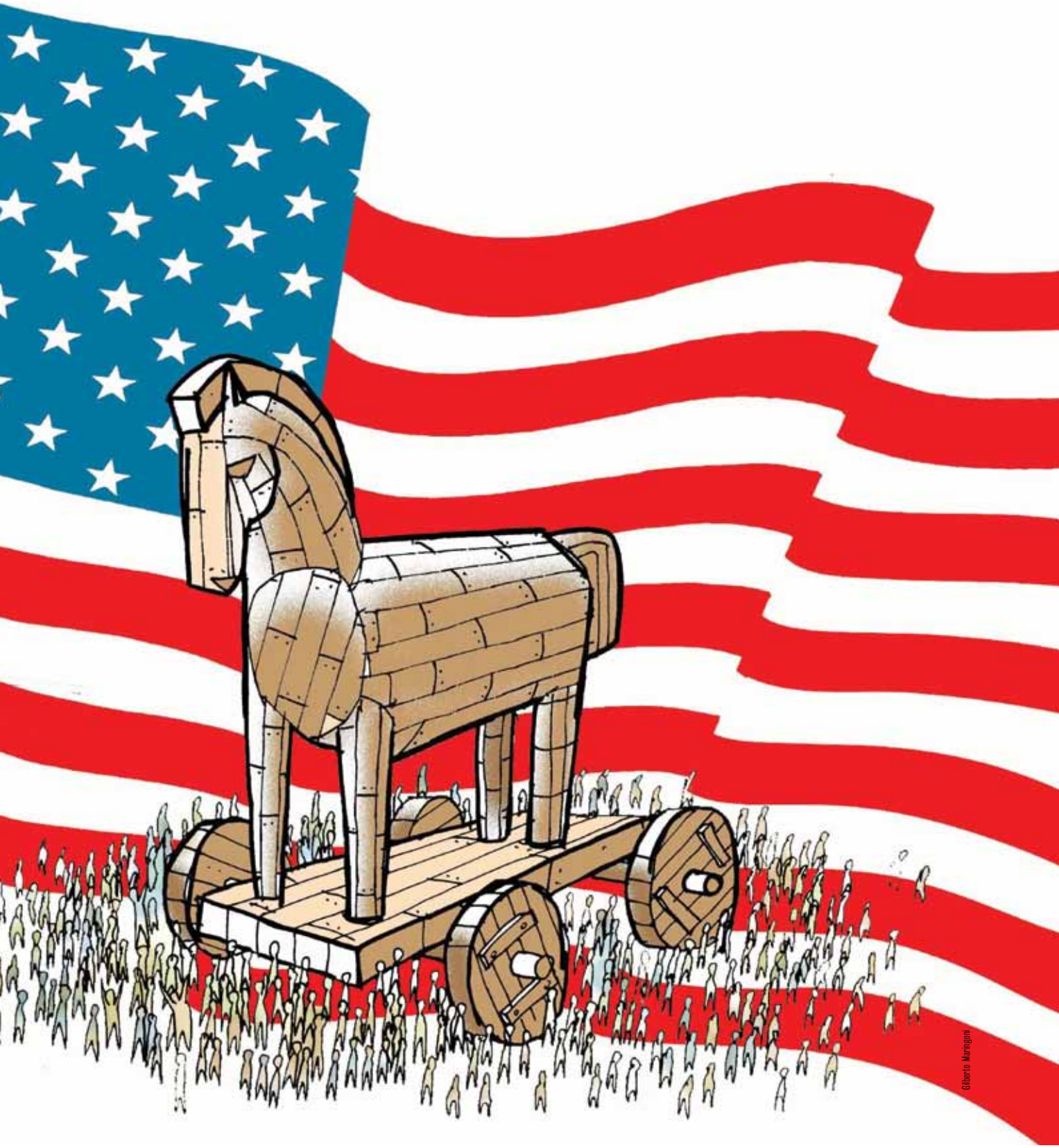
Antônio Lassance,
diretor técnico da Diretoria de Estudos e Políticas de Estado (Diest-Ipea)

Divulgação

REGRAS NO PARLASUL Uma rota menos acidentada para as definições sobre a reforma política no Brasil foi aventada pelo **Ipea**. O Instituto apresentou em abril o *Comunicado 143*, denominado "Parlamento do Mercosul: Análise das propostas de eleição direta em discussão no Congresso Nacional". O trabalho analisa o impacto das propostas em discussão no obre a eleição direta para o Parlasul, prevista para 2014.

Segundo o Protocolo Constitutivo do Parlasul, assinado em dezembro de 2005 pelos países do bloco, os parlamentares deverão ser eleitos pelo voto universal, em eleições majoritárias realizadas em cada país. O Brasil terá 74 cadeiras. Uma das questões levantadas pelo **Ipea** é que os projetos sobre essas eleições que tramitam no Congresso prevêem inovações que, na prática, poderão servir de testes para as próprias disputas nacionais.

O projeto de lei 5279/2009, dos deputados Carlos Zarattini e Doutor Rosinha (PT-PR), e o projeto 126/2011, do senador Lindbergh Farias (PT-RJ), estão em debate. De acordo com Antônio Lassance, diretor adjunto da Diretoria de Estudos e Políticas de Estado (Diest-Ipea), questões como o financiamento público são consensuais em relação ao Parlasul. Com isso, se essas eleições correrem com tranquilidade, o país poderia testar suas regras internamente. "Seria um bom experimento para a discussão sobre reforma política", disse o técnico no lançamento do *Comunicado*.



Gilberto Maringoni

A hegemonia planetária dos Estados Unidos está em declínio?

Rogério Lessa Benemon – Rio de Janeiro

A crise econômica, as dificuldades nas invasões do Afeganistão e Iraque, os atritos diplomáticos em várias partes do mudo e os obstáculos enfrentados por Barack Obama no Congresso abalaram o prestígio de Washington na arena internacional. Mas a centralidade do dólar, o poderio militar inconteste e a força de sua indústria cultural mostram ser prematuro falar em perda de um poder tido como imperial. Ouvimos três especialistas em Relações Internacionais sobre o tema. Todos são unânimes em um ponto: não há resposta fácil para a questão.

Apesar de a maior crise estrutural do capitalismo em 80 anos ter se iniciado nos Estados Unidos e de a Casa Branca enfrentar problemas diplomáticos em diversas regiões do planeta, a pergunta do título desta matéria não tem resposta fácil. Os EUA mantêm incomparável poderio militar, que ganhou peso relativo desde a extinção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991, e o dólar segue como moeda padrão internacional e porto seguro para investidores com elevada aversão ao risco.

Apesar das ressalvas, a crescente influência de grupos privados sobre os Estados impõe um risco à soberania de todas as nações, incluindo a mais poderosa delas. Tal cenário, ligado a uma concentração de capital jamais vista, traz apreensão quanto ao que virá no período posterior à crise: o fortalecimento de setores ultraliberais conservadores – que podem aumentar a tendência a ações unilaterais no plano externo – ou um espaço maior para uma diplomacia que respeite os organismos multilaterais?

QUEDA RELATIVA Para Cristina Pecequilo, doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e professora de Relações

David M. Grossman

Dia Internacional de Ação: ativistas reunidos em Times Square, Nova York, marcham para a Embaixada da ONU para protestar contra ameaças e sanções ao Irã, em fevereiro último

Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), o império americano começou a viver um declínio ainda na década de 1970. Mas a pesquisadora ressalva: ele não é generalizado e sempre apresenta fases de recuperação. "Um declínio efetivo não acontecerá no curto prazo. Há tendências preocupantes, como no caso do comércio, já que as exportações dependem de uma indústria que trabalha sobre base antiga e enfrenta problemas de produtividade, que eles tentam compensar através de um engajamento maior com países asiáticos e sul-americanos, como o Brasil", analisa, acrescentando que o presidente Obama procura corrigir rumos e investir em tecnologia. "Ele fez novos acordos, identificou os pontos de estrangulamento. Mas haverá eleições e não sabemos se haverá solução de continuidade nessas diretrizes", ressalva.

Staff Sgt. Mike Alberts

Forças terrestres dos EUA desembarcam de helicóptero durante invasão do Iraque

No plano militar, é praticamente consenso a inexistência de perda de influência. Tullo Vigevani, doutor em História Social pela USP e professor titular de Ciência Política na Universidade Estadual Paulista (Unesp), faz algumas ponderações. De acordo com ele, o conceito de império nesse caso envolve o Estado americano e suas ramificações, como

a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). "Pensar sobre um possível declínio da hegemonia estadunidense é uma discussão que consome o pensamento universal há pelo menos cinquenta anos. Não se pode dizer com certeza que há uma decadência, mas indícios de problemas, alguns evidentes, como o fato de que, em 1945, a economia dos Estados Unidos representava aproximadamente 40% da mundial e hoje caiu para menos de 20%". Ele reconhece que "65 anos é muito tempo, mas é evidente que o peso relativo sofreu uma contração".

Vigevani aponta outros dados a serem considerados, como a capacidade política e o fato de o país ser um centro de referência para muitos outros, inclusive para a China. "Há uma interdependência, não apenas pelas questões comerciais, mas também financeiras", sublinha. Quanto ao peso militar, o professor da Unesp pondera que todos os países que concorriam com os Estados Unidos também sofreram perda relativa de peso. "Desde a Grã-Bretanha, uma aliada, até a desafiadora União Soviética, que não existe mais. Hoje a Rússia ainda detém poderio, mas sua capacidade de contrastar é menor. E a China está longe de exercer concorrência militar, ainda que seu potencial esteja em crescimento".

CAUTELA NA ANÁLISE O professor do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (Unesp, Unicamp e PUC) Reginaldo Mattar Nasser também recomenda cautela antes de se afirmar que os Estados Unidos são um império em decadência. Ao mesmo tempo, ele assinala que o país não detém uma hegemonia global total. Segundo Nasser, que é doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP, o poderio relativo dos ingleses no século XIX era maior. "No plano interno, existe relutância de alguns segmentos em exercer o poder imperial. Ou seja, parte da opinião pública dos EUA tem vergonha de ser império e fica com receio quando o Estado começa a agir como tal".

20%
da economia
mundial é representada pelos Estados Unidos

"Uma coisa é avaliar a atuação dos Estados Unidos na América Latina. Outra é no Oriente Médio. Neste, é complicado falar em hegemonia, principalmente após as revoluções árabes. Somente no Golfo Pérsico ela existe e, mesmo assim, a Turquia se afastou nos últimos anos. Caiu o grande aliado, o Egito. Na África, há uma disputa palmo a palmo com a China", lista ele. Segundo Nasser, atualmente está ocorrendo mais uma "troca de competidor" do que de potência hegemônica. Se na década de 1970 o contraponto dos Estados Unidos na área econômica era a Europa, no geral, e a Alemanha, em particular, na década seguinte esse papel passou a ser representado pelo Japão. "Hoje, a China dá sequência a essa troca de competidores. Por isso nunca existiu uma predominância absoluta".

"Ao analisar as guerras do Iraque e Afeganistão, verificamos que havia grupos com interesses particulares. Por exemplo, dirigentes militares pressionaram bastante para o aumento do contingente no Afeganistão e dificultaram uma melhor análise política para a região"

Tullo Vigevani,
professor de Ciência Política, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)

Acervo pessoal

GLOBALIZAÇÃO E DESCONTROLE No plano econômico, a globalização ampliou a dificuldade de controle sobre os fluxos financeiros por parte dos Estados nacionais. Cristina Pecequilo aponta para o conceito de "Privatização da República" segundo o qual o Estado norte-americano estaria sendo "fatiado" por grupos privados – entre eles o complexo industrial militar, que incita guerras para lucrar, os *lobbies* dos agricultores da soja, do milho e produtores de outras *commodities*, além da indústria farmacêutica.

"Tudo isso corresponde à terceirização de algumas funções do Estado. Eisenhower [Dwight David Eisenhower, presidente dos Estados Unidos, 1953-1961] já alertara, nos anos 1960, sobre o complexo industrial militar. Na Europa e nos Estados Unidos estão também os grandes bancos e conglomerados empresariais. Os políticos precisam

Patrick Pescatte & Michel Le Querrec

Dwight Eisenhower, presidente dos Estados Unidos entre 1953 e 1961. Em seu governo, os Estados Unidos conheceram o auge de seu poder internacional, derrubando governos, invadindo países e despontando como única superpotência mundial

dar atenção a eles, caso contrário não obtêm financiamento para suas campanhas", ressalta.

A professora da Unifesp aponta também reações na sociedade. "A Europa está mostrando que tudo isso precisa de um limite. O cenário certamente contribui para a perda do sentido do que é público. Obama tem um programa de saúde que não consegue tirar do papel. É uma disputa por hegemonia interna, num enfrentamento constante, em detrimento de um projeto nacional", opina.

TEORIA CONSPIRATÓRIA Vigevani, no entanto, vê nessa abordagem uma dose de "teoria conspiratória", na qual estaria contemplada a existência de uma capacidade de direcionamento político "não muito realista" por parte dos *lobbies*. Ele concorda que algumas agências, como o Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), por exemplo, têm fortes vínculos com os grupos financeiros. "Vários livros discutem relação entre o Fed e Wall Street, mas, ainda assim, o Fed não pode desconsiderar a política do Estado e as necessidades do conjunto da economia do país", comenta.

O cientista político também reconhece o peso dos grupos de interesse no segmento militar ou do petróleo, mas "não seria tão pessimista" em afirmar que eles conduzem a política norte-americana. "Ao analisar as guerras do Iraque e Afeganistão, verificamos que havia grupos com interesses particulares. Por exemplo, dirigentes militares pressionaram bastante para o aumento do contingente no Afeganistão e dificultaram uma melhor análise política para a região".

No caso da política ambiental, Vigevani aponta a existência de pressões, particularmente, dos grupos ligados à indústria do petróleo. "Elas são muito fortes e limitam a adesão dos Estados Unidos a acordos sobre meio ambiente. Os fundamentalistas neoliberais, o Tea Party, enfim, as forças mais conservadoras de direita jogam papel muito importante, mas há outras análises que veem nisso uma grande oportunidade de fortalecimento também dos liberais, que nos Estados Unidos equivalem à centro-esquerda, aos segmentos mais progressistas".

MOVIMENTO PENDULAR O poder dos grupos privados, mesmo que não determinante, influencia, segundo Cristina, um "movimento pendular" na diplomacia de Washington. "Obama está procurando atrair os Brics – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. É uma tendência positiva, que acaba anulada pela reação dos movimentos contrários, tanto da parte dos republicanos, quanto dos democratas mais conservadores, que prejudica a diplomacia", exemplifica. Ela lembra da negociação sobre a questão nuclear, envolvendo Turquia, Brasil e Irã e do golpe militar em Honduras como

"Os interesses da área de finanças unem democratas e republicanos. O que separa são as questões internas, como saúde e impostos. Porém, cada vez aumenta mais o consenso em relação às questões internacionais, como Irã, Iraque, Israel e Afeganistão"

Reginaldo Mattar Nasser,
professor do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (Unesp, Unicamp e PUC)

Acervo pessoal

exemplos do "movimento pendular". "Nos dois casos, os Estados Unidos inicialmente apoiaram o Brasil. Obama falou contra o golpe, mas o Departamento de Estado, que não é eleito, emitiu posição contrária dez dias depois. O então secretário de Defesa, Robert Gates, era o mesmo do governo de George W. Bush. São problemas conjunturais que revelam polarização".

Por sua vez, Nasser destaca que o movimento pendular mostra o quanto é difícil falar em predominância absoluta dos Estados Unidos no plano mundial, mas admite que as decisões militares são conduzidas cada vez mais pelo Pentágono. "Apesar da atuação de *lobbies*, a decisão de última instância é do Congresso. Os interesses da área de finanças unem democratas e republicanos. O que separa são as questões internas, como saúde e impostos. Porém, cada vez aumenta mais o consenso em relação às questões internacionais, como Irã, Iraque, Israel e Afeganistão", analisa. O professor de Relações Internacionais observa que empresas de petróleo não comprometidas com políticas de Estado ou com a diplomacia voltaram, por exemplo, a se instalar na Líbia após 2004. Na área militar, segundo ele, existe hoje um controle parcial das empresas de segurança.

100 mil

mercenários participam da invasão dos Iraque com tropas regulares dos EUA

PRIVATIZAÇÃO DE AUTORIDADE "São os chamados 'novos mercenários'. É a segurança privada, não os fuzileiros navais. No Iraque, entre 80 mil e 100 mil homens trabalham para essas empresas", observa, recordando que a guerra é uma atividade quase tão lucrativa quanto o petróleo. "E os dois setores começam a caminhar juntos na África, por exemplo. É uma privatização grande que passa ao largo das grandes organizações políticas e econômicas". Nasser é enfático na crítica a empresas privadas de combate. "O serviço sujo é feito por eles, como a tortura. Atuações predatórias que passam ao largo de regulamentações da Organização Mundial do Comércio (OMC), também. Trata-se de um tema novo: a privatização da autoridade internacional".

Já Vigevani, embora concorde quanto à falta de capacidade das elites norte-americanas e do governo para estabelecer diretrizes consequentes, como no caso do Iraque e Afeganistão, não vê o surgimento de uma coalizão internacional antiamericana. "Mesmo os países que fazem críticas importantes, nos mais diversos campos, inclusive de direitos humanos, ambiental, financeiro ou comercial, não estão orientando suas ações para uma aliança desse tipo. Desse ponto de vista, nas décadas de 1950-60 o antiamericanismo era mais forte".

Gregwest98

Edifício do Pentágono, em Washington, onde se abriga o comando das forças armadas dos EUA

DEPOIS DA CRISE Em meio a uma crise estrutural de proporções mundiais, não chega a surpreender que o dólar, em vez de perder força, venha se firmando como reserva de valor. Inclusive por causa do enfraquecimento da Zona Euro. Vigevani participou recentemente de um seminário na Universidade da Califórnia, que contou com a presença de asiáticos e discutiu o papel do dólar, do yuan chinês e do yen japonês. "O dólar continua altamente significativo. Outras moedas que poderiam exercer papel de caráter universal não reúnem todas as condições para desempenhá-lo. Ainda que o dólar se debilite e tenha perda de centralidade como moeda de reserva, não há possibilidade de substituição no curto ou médio prazo. Isso dá muita força aos Estados Unidos, único país que ainda tem o poder de emitir uma moeda internacional".

No entanto, a moeda e a liderança em segmentos como o de tecnologia não são suficientes para garantir aos estadunidenses um cenário harmonioso no póscrise. Nasser vê a democracia muito fragilizada. "Ela se tornou um conceito cada vez mais teórico. Obama condena a forma pela qual tem

Acervo pessoal

"Um declínio efetivo não acontecerá no curto prazo. Há tendências preocupantes, como no caso do comércio, já que as exportações dependem de uma indústria que trabalha sobre base antiga e enfrenta problemas de produtividade, que eles tentam compensar através de um engajamento maior com países asiáticos e sul-americanos, como o Brasil"

Cristina Pecequilo,
doutora em Ciência Política pela USP e professora de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

sido conduzida a guerra contra o terror. Por outro lado, aumentaram as chamadas ações encobertas. Falta controle do próprio governo sobre a atividade do Pentágono. O presidente utilizou mais aviões não tripulados e o número de mortos civis aumentou em relação ao período de George W. Bush. Isso nada tem a ver com as declarações oficiais na ONU", diz, acrescentando que essa leitura vale não apenas para os EUA.

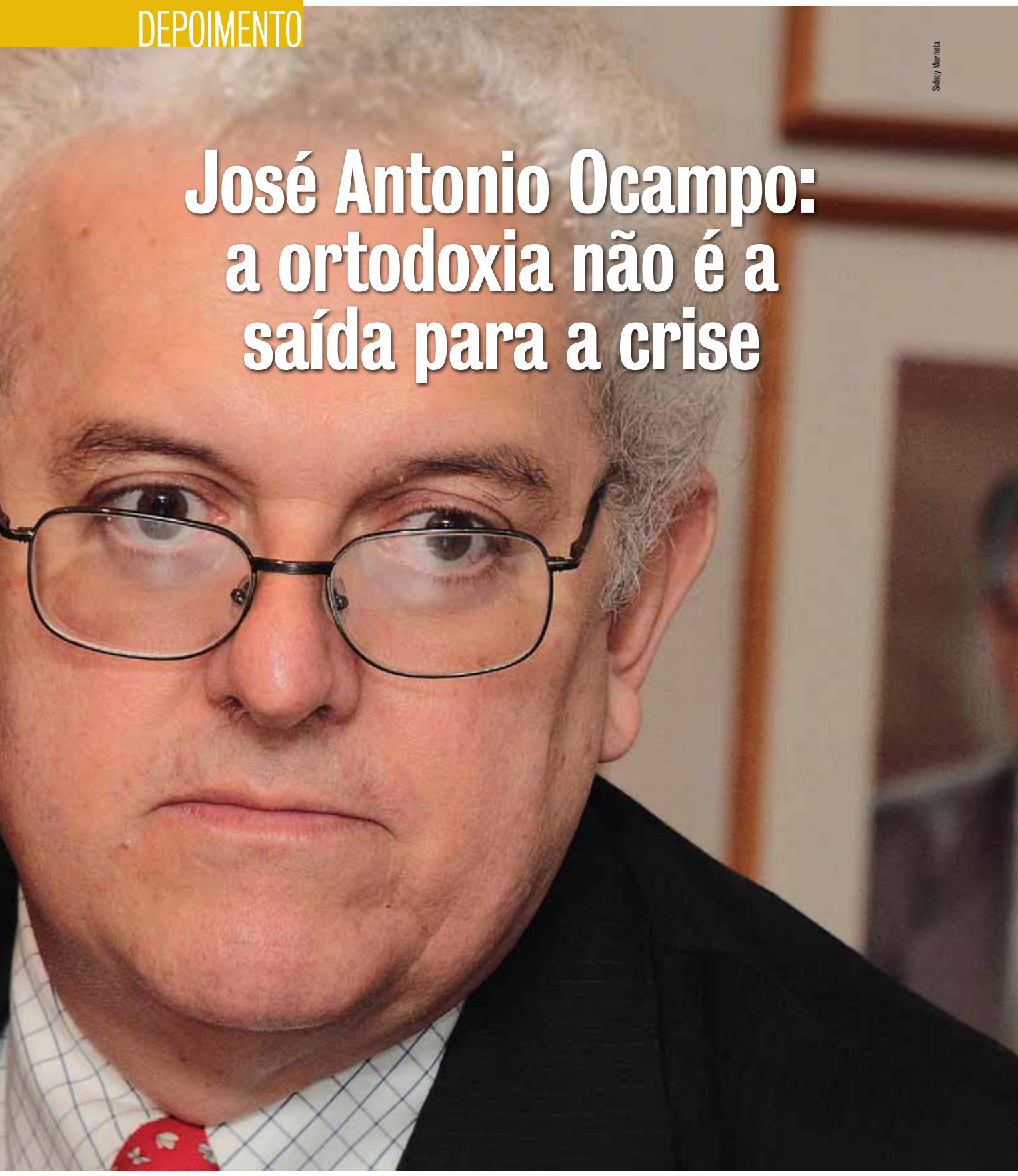
MUDANÇAS À VISTA? No plano da governança mundial, Reginaldo Nasser se diz cético quanto ao G20 e outras articulações internacionais. "Há alternâncias, mas não vejo substituição da ordenação mundial, ou seja, apostar em países substituindo outros. Existem problemas internos cada vez maiores, como movimentos de rua na Espanha, na França, ou o velho fantasma europeu da extrema direita, que reaparece principalmente nos períodos entreguerras. Há mobilização de militares em Portugal e Grécia. Nos Estados Unidos, republicanos radicais são ameaça na mesma proporção. Entram na esfera da educação e dos costumes. Na Europa a reação é mais voltada contra os imigrantes", resume Nasser.

Já Cristina Pecequilo vê a continuação de um "processo de gradual acomodação entre quem cresce e quem está em decadência". Ela sublinha que tal dinâmica ainda está no começo, enquanto Vigevani não acha provável o surgimento de alterações extremamente radicais no curto e médio prazo. "Claro que o processo histórico está sujeito a surpresas. Não excluo mudanças importantes no cenário internacional e de muitos países, mas no caso de Estados Unidos e Europa o que vemos é dificuldade de dar sequência às políticas. Na Europa, os Estados têm sofrido mudanças nas quais a oposição parece crescer. Onde há governos conservadores, os social-democratas ficam mais fortes e vice-versa. É resultado do descontentamento popular, mas na prática não há uma direção única".

No caso dos Estados Unidos, o professor da Unesp observa um quadro semelhante, no qual a "extrema radicalização" de grupos importantes do Partido do Republicano acabam por fortalecer as posições do presidente Obama. "Portanto, pensar que o mundo vai numa direção seria precipitado, ainda que mudanças possam acontecer. Se a crise perdurar por vinte anos, por exemplo, algumas tendências serão fortalecidas, tanto à direita, quanto à esquerda. O campo está aberto", finaliza.

Dana Beveridge

Barack Obama tem de se defrontar com a crise econômica, a oposição interna e novos pólos de poder no cenário externo



Sidney Murrieta

José Antonio Ocampo: a ortodoxia não é a saída para a crise

Economista colombiano e professor da Universidade de Columbia, Ocampo debateu políticas macroeconômicas para os países em desenvolvimento em atividade do Ipea

O economista colombiano José Antonio Ocampo participou, em abril, de um seminário sobre crise internacional e políticas de desenvolvimento na sede do **Ipea**, em Brasília. Professor de Relações Internacionais da Universidade de Columbia, nos EUA, Ocampo foi ministro das Finanças em seu país e ocupou diversos cargos de destaque na Organização das Nações Unidas, entre eles o de secretário-executivo da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), entre 1998 e 2003.

Após o seminário, o economista concedeu uma entrevista aos diretores do **Ipea** Vanessa Petrelli Corrêa (Dimac), Carlos Eduardo Fernandez da Silveira (Diset), Jorge Abrahão de Castro (Disoc), Geová Parente Farias (Dides), Marcos Antonio Macedo Cintra (Dinte) Claudio Amitrano (adjunto-Dimac), Miguel Matteo (adjunto - Dirur) e José Celso Cardoso (Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diest).

A seguir, os principais trechos da conversa.

CRISE INTERNACIONAL Esta é uma crise financeira. Ela é marginalmente fiscal em poucos países. Esta última foi um efeito da crise financeira. As principais medidas a serem tomadas são de saneamento financeiro, através do estabelecimento de normas regulatórias para o sistema bancário. Creio que o sentido das medidas tomadas nos Estados Unidos e na Europa está correto, embora sejam mais tímidas e lentas do que eu gostaria. O Fed [banco central dos EUA] tem de manter uma política monetária expansiva. O problema maior está na Europa, onde as autoridades não possuem a visão monetária expansiva necessária. A situação europeia se assemelha ao que aconteceu na América Latina durante a crise da dívida [nos anos 1980]. Ou seja, para salvar os bancos se criou um problema para as dívidas publicas. Não creio que o ajuste fiscal ortodoxo em curso na Europa seja a maneira correta de tratar a crise, ainda mais se levarmos em conta a existência de um risco recessivo global.

CHINA E AMÉRICA LATINA A China é uma oportunidade e uma ameaça. A recuperação da dinâmica exportadora da América Latina depois da crise foi muito forte, especialmente graças à China. Mas é um comércio totalmente desbalanceado. Exportamos uma gama de produtos que se pode contar nos dedos de uma mão: cobre, petróleo, minério de ferro, soja e polpa de papel. E China nos exporta tudo, cada vez com maior conteúdo tecnológico. É muito difícil não se comercializar com a China, mas é necessário fazer um balanço dessa relação. A única posição com algum grau de coerência é a brasileira, que busca diversificar esse comércio.

INTEGRAÇÃO CONTINENTAL É a melhor aposta para nós. Minha grande preocupação é sobre a viabilidade política dos processos. Nesses termos, a dinâmica mais forte é a centroamericana e a mais débil é a andina, que subsiste por milagre. O Mercosul é um processo com dois problemas ainda não resolvidos. Primeiro são as restrições comerciais impostas pela Argentina. O segundo é a relação entre países grandes e pequenos, como Uruguai e Paraguai.

Na etapa primário-exportadora, as regiões da America Latina se integraram principalmente com o exterior. Só por acidente houve uma solidariedade interna. A questão central reside nos encadeamentos dos setores produtivos internos para que se tenha um crescimento dinâmico. Todo esse modelo exportador foi de desintegração nacional e de desintegração de cadeias produtivas em nossos países. Uma das tarefas mais importantes para o futuro é como fazer a reintegração. O essencial é determinar quais serão as políticas produtivas com mais vínculos regionais.

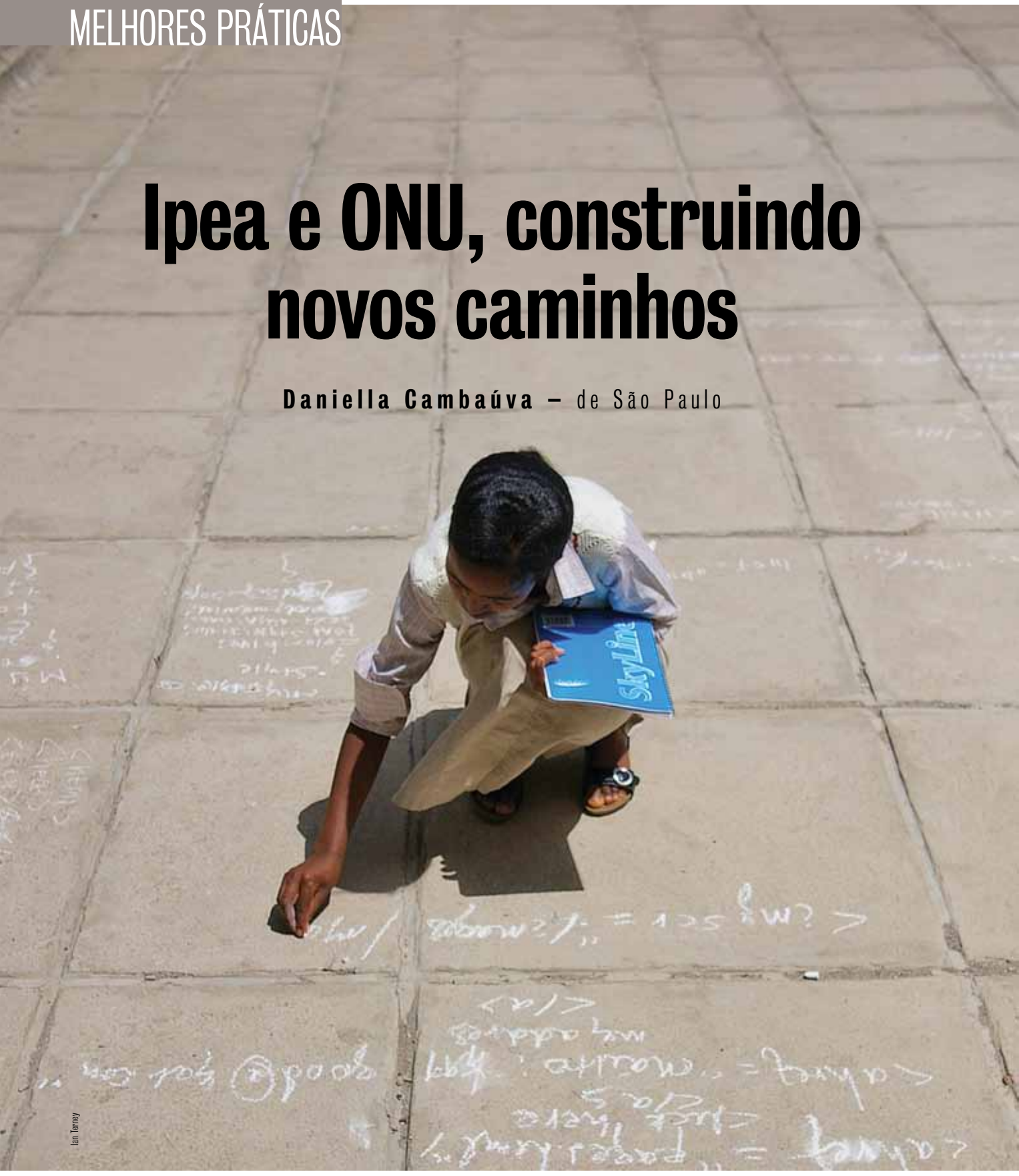
POBREZA E SITUAÇÃO SOCIAL Certos acordos internacionais podem ser negativos em termos sociais, ao resultarem em baixas de salários ou em deterioração institucional por força de questões comerciais e financeiras. A America Latina – em especial o Brasil – vem avançando na redução das desigualdades, mas eu me pergunto se essa tendência é duradoura.

ESTADO E DESENVOLVIMENTO É fundamental a existência de um serviço público de qualidade em todos os setores. E muito importante determinar como se constroem as relações público-privadas, especialmente no setor produtivo. O desenvolvimentismo hoje deve ser muito menos centrado no Estado e muito mais alicerçado em alianças público-privadas, inclusive com multinacionais. Na área social, por exemplo, parece ser importante desenvolver vínculos entre Estado e organizações sociais que são muito ativas.

GESTÃO PÚBLICA EFICIENTE Ter uma boa política fiscal é essencial. No entanto, não gosto da lei de responsabilidade fiscal de dez anos atrás. Parece ter um foco equivocado. Aprecio mais as normas chilenas, que são anticíclicas. Acho que a LRF tem de evoluir e incorporar princípios anticíclicos, que não estavam em pauta há dez anos.

Ipea e ONU, construindo novos caminhos

Daniella Cambaúva – de São Paulo



Ian Terrey

Fruto de uma parceria entre o governo, o Ipea e a ONU, o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo é um fórum com uma agenda global única no mundo. Ele representa o reconhecimento de que países como o Brasil estão passando por processos bem-sucedidos de transformação social e, portanto, têm muito a compartilhar com o resto do mundo.

Há oito anos, o Brasil recebia, em um andar cedido pelo **Ipea**, o primeiro Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo do mundo. Trata-se de um projeto inédito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o foco voltado para a cooperação sul-sul. Conhecido pela sigla IPC-IG, do nome em inglês (International Policy Centre for Inclusive Growth), o Centro surgiu com o objetivo de promover e facilitar a troca de experiências consideradas inovadoras entre os países emergentes. O princípio que norteia suas ações é o de que crescimento inclusivo incorpora todos no desenvolvimento econômico, compartilhando seus benefícios. Trata-se de um fórum global estabelecido a partir da descentralização de unidades da ONU, historicamente sediadas em Nova York, para localidades estratégicas nos emergentes.

DEBATE SUL-SUL O caminho para essa troca de conhecimento, segundo o próprio Centro, é facilitar a difusão de experiências de políticas públicas já materializadas em diversos países. "Esse debate pode inspirar mudanças a partir de modelos e perspectivas que partam do sul: a partir do sul, para o sul e com o sul", explicou Francisco Filho, porta-voz do órgão.

O IPC parte do princípio que a estrutura das economias nos países em desenvolvimento pode aumentar a vulnerabilidade a crises, particularmente se a pauta de exportações tiver alto nível de dependência de e concentração em commodities *em vez de bens manufaturados e serviços*

O trabalho se baseia na divulgação de trabalhos em rede com os governos do sul, em missões de assessoria técnica e em fóruns de aprendizado *on-line* realizados por meio do Portal de Diálogo Sul-Sul (http://www.dialogosdosul.org.br/).

Atualmente, conforme relata o porta-voz do IPC, as atividades se concentram em políticas e programas de proteção social e transferência de renda, estratégias de desenvolvimento rural e sustentável, inovações

IPC-IG

Ministros de Uganda visitam programas de erradicação do trabalho infantil em Formosa, Goiás, como parte de uma missão de Estudos sobre Desenvolvimento Social

para a geração de empregos, uso dos recursos naturais e prestação de serviços de saúde.

Há ainda um processo de capacitação, com jornadas de debates, nas quais participam gestores de países como Uganda, Indonésia e África do Sul. Francisco Filho relata que pesquisadores brasileiros chegam a trabalhar em países como Timor Leste, Síria e Egito. Foram também realizadas missões de estudo integradas por profissionais de China, Venezuela, Vietnã, Bangladesh, África do Sul e Tanzânia. O Centro já produziu mais de 250 publicações, abrangendo programas e políticas públicas de mais de 70 países em desenvolvimento. Desde 2004 já ofereceu oportunidades de treinamento e capacitação para mais de 7,5 mil altos representantes de governos de mais de cinquenta países.

Para o representante do IPC, em todos esses trabalhos, o essencial é verificar "como nosso país está deixando de ser o campeão mundial da desigualdade". O Brasil figura entre as principais referências na área de proteção social, que busca aliar o desenvolvimento econômico à inclusão daqueles que ficaram de fora da distribuição de seus frutos.

Entre 2003 e 2008, houve redução de 43,03% da pobreza no Brasil. Estima-se que 28 milhões de pessoas deixaram a situação de miséria entre 2003 a 2009, num movimento puxado pelo aumento da renda do trabalho, das aposentadorias e dos programas de assistência social, principalmente pelo Benefício de Prestação Continuada (BCP) e pelo Bolsa Família. Já a desigualdade no país, de acordo com o coeficiente de Gini, caiu de 0,59 em 2001 para 0,53 em 2007.

FOCO NOS EMERGENTES O IPC parte do princípio que a estrutura das economias nos países em desenvolvimento pode aumentar a vulnerabilidade a crises, particularmente se a pauta de exportações tiver alto nível de dependência de e concentração em *commodities* em vez de bens manufaturados e serviços.

Tais fatores têm impacto no potencial de criação de empregos e na capacidade de se promover a sustentabilidade dos padrões de produção e distribuição de riqueza. "A transformação estrutural da capacidade produtiva deve ser integrada como prioridade às políticas públicas de desenvolvimento para que o crescimento seja inclusivo e resiliente. Estamos acompanhando um renascimento do interesse nas políticas de transformação industrial e estrutural", diz Francisco.

O trabalho do Centro parte da premissa de que as sociedades com menores índices de desigualdade tendem a ter melhor desempenho no processo de desenvolvimento.

O Centro está diretamente ligado ao Grupo de Pobreza do Escritório de Políticas para o Desenvolvimento (BDP) do PNUD Nova York. Seu Conselho Diretivo é composto por representantes das Nações Unidas e do Governo Brasileiro, do Ipea, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores

ESTRUTURA O IPC ganhou visibilidade já nos primeiros meses de atividade, ao lançar uma agenda com intelectuais do mundo todo sobre a definição e operacionalização do conceito de crescimento pró-pobres.

O órgão operou nas dependências cedidas pelo **Ipea** até 2009. Com a criação da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE/PR), o Centro passou a ocupar, a convite da presidência da República, um escritório na Esplanada dos Ministérios. No mesmo ano, a instituição passou a receber apoio financeiro do governo federal, além da ONU, para a expansão de atividades e para o fortalecimento de parceiras.

Há também contribuições esporádicas de universidades e agências internacionais de cooperação. Existe também uma atuação da sociedade civil por meio de pesquisadores ligados a universidades e intelectuais públicos. Podem participar ONGs, fóruns e associações – "parceiros fundamentais no sentido de fomentar o debate", diz Francisco Filho.

250

publicações

já foram produzidas abrangendo programas e políticas públicas para mais de setenta países em desenvolvimento

O Centro está diretamente ligado ao Grupo de Pobreza do Escritório de Políticas para o Desenvolvimento (BDP) do PNUD Nova York. Seu Conselho Diretivo é composto por representantes das Nações Unidas e do Governo Brasileiro, do **Ipea**, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e do Ministério das Relações Exteriores. O PNUD está presente em 166 países e trabalha com governos, sociedade civil e empresas privadas na criação de soluções para desafios nacionais.

Leisa Perch

Rio+20: priorizemos a sustentabilidade social

Com as atenções da sociedade civil e dos formuladores de políticas convergindo em torno dos potenciais resultados da Conferência Rio+20, é necessário reconhecer que o desenvolvimento social ainda está aquém do progresso econômico, e que as medidas usadas na avaliação do desenvolvimento sustentável precisam caminhar para além do aspecto quantitativo. Embora tenham ocorrido avanços e inovações desde a Eco 92, estruturas macropolíticas que beneficiem a todos, especialmente os pobres e vulneráveis, geralmente ainda são a exceção e não a regra.

Os dois temas da conferência – a economia verde no contexto da erradicação da pobreza e do crescimento sustentável e um marco institucional para o desenvolvimento sustentável – oferecem uma importante porta de entrada para a questão da "inclusão" no debate sobre o desenvolvimento sustentável. Uma oportunidade única é apresentada para: (i) dar seguimento às discussões da Cúpula de Revisão das Metas do Milênio (ODMs) de 2010; (ii) realizar uma revisão crítica sobre o que deu e o que não deu certo desde 1992; e (iii) fortalecer as bases de uma agenda de desenvolvimento compartilhada e integrada que reconheça diferentes responsabilidades e capacidades entre os países e também entre os organismos multilaterais.

É necessária uma maior atenção política para novos modelos de economia e crescimento verde que respondam ao desafio de tornar a gestão dos recursos naturais mais transparente para a sociedade e mais inclusiva para os grupos populacionais vulneráveis. Por essa razão, marcos institucionais são tão importantes quanto as metas da economia verde em si. Sem mecanismos de governança fortes e eficazes, tanto formais quanto informais, para a negociação de interesses e necessidades divergentes, muito dos esforços da transição para a economia verde irão falhar ou enfrentar obstáculos, particularmente no contexto de restrições fiscais persistentes e recorrentes crises econômicas.

Pesquisas do IPC-IG têm mostrado que uma das falhas das políticas de desenvolvimento é a dificuldade de integrar de forma apropriada as dimensões sociais à gestão dos recursos naturais. Isso fica claro na tendência a destinar mais recursos à mitigação dos efeitos dos desastres naturais; nas grandes lacunas existentes no planejamentos para adaptação à mudança climática; e na abordagem inadequada dos riscos sociais, como o impacto dos desastres naturais sobre os mais pobres, as populações indígenas e as mulheres. O empenho com as políticas sociais tem sido, muitas vezes, no sentido de reduzir a dependência dos pobres aos ecossistemas naturais, sem levar em consideração a maneira pela qual a pobreza os força a depender quase exclusivamente dos recursos naturais "gratuitos".

As políticas de crescimento inclusivo são vistas, frequentemente, como mera resultante da intensificação do consumo de recursos naturais e de bens materiais. A redução da desigualdade é o principal fator que, na verdade, indica o crescimento inclusivo. A intensificação do consumo sem alteração das estruturas que perpetuam a desigualdade estimula o ciclo vicioso da pobreza e degradação ambiental. Segundo os Indicadores de Desenvolvimento do Banco Mundial (2008), mais de 75% do consumo privado mundial foi atribuído aos 20% mais ricos da população mundial em 2005; o consumo da classe média – 60% da população mundial – foi de mais de 20%. Enquanto isso, mais de 2,6 bilhões de pessoas não têm acesso a saneamento básico adequado, dois quais 300 milhões são africanos, e 1,3 bilhões não têm acesso à eletricidade.

A redução da pobreza e a questão da equidade devem ocupar o centro da agenda de desenvolvimento.

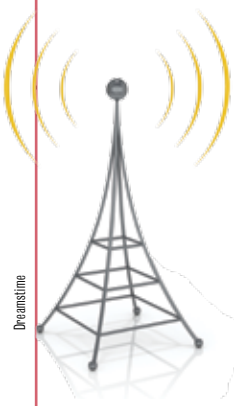
Uma abordagem socialmente sustentável é aquela que busca a redução da desigualdade e promove a inclusão tanto no compartilhamento dos benefícios do desenvolvimento, quanto nos mecanismos institucionais de acesso e participação na condução da política pública. Como observado pela Presidenta Dilma no início deste ano no Fórum Social Mundial, "Nós acreditamos que aqui, como foi feito durante o governo do Presidente Lula, é possível crescer e incluir, proteger e conservar. A Rio+20 vai discutir um modelo de desenvolvimento capaz de ligar crescimento com criação de empregos, redução da desigualdade e erradicação da pobreza, participação social e expansão dos direitos, educação e inovações tecnológicas, uso sustentável e preservação dos recursos ambientais".

A Rio+20 deve ir além das discussões sobre o "verde". A Rio+20 deve olhar o "social" e o "inclusivo", apontando caminhos e iluminando o futuro.

Leisa Perch é coordenadora de Desenvolvimento Rural e Sustentável do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo das Nações Unidas (IPC-IG, Brasília). http://www.ipc-undp.org/

Banda larga

Integração continental em banda larga


Dreamstime

Em reunião do Diálogo Regional de Banda Larga, promovida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) no final de março, representantes dos países latino-americanos definiram que as redes de infraestrutura são um tema politicamente importante e que podem contribuir para a integração econômica.

O encontro, ocorrido na sede da Comissão do Mercado das Telecomunicações (CMT), na Espanha, contou com a participação de representantes de nove dos dez países integrantes do Diálogo: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Costa Rica, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai. Após a reunião, a Cepal ficou encarregada de desenvolver propostas sobre modelos de regulação e administração de pontos de intercâmbio de tráfego para os países membros.

Energia

Trinta anos de uso da energia nuclear

É com um recorde de produção que o Brasil chega aos trinta anos de uso de energia nuclear: foi registrado o número de 15,644 milhões de megawatts-hora (Mwh) em 2011. Existe ainda a possibilidade de 60% do consumo de energia elétrica do estado do Rio de Janeiro serem abastecidos pela fonte nuclear, após a conclusão da usina de Angra 3, prevista para 2016. Hoje, as usinas de Angra 1 e Angra 2 geram cerca de 30% do que é consumido no estado.

A viabilidade da energia nuclear para tais fins não é consenso entre especialistas. De acordo com o diretor da Coordenação de Programas de Pós-Graduação de Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e secretário executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Luiz Pinguelli Rosa, apesar do ganho tecnológico que a produção de energia nuclear trouxe ao Brasil, essa geração não pode ser vista como imprescindível. Segundo ele, a produção de Angra 1 e 2 poderia ser substituída, por exemplo, por outras fontes de energia renováveis.

Dreamstime

Já para o presidente da Eletrobras Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro, essa produção trouxe ao Brasil maturidade tecnológica e abriu um campo de trabalho. Segundo ele, não se pode descartar a modalidade da matriz energética nacional.

Agroecologia

Apoio a centros tecnológicos de agroecologia

Dreamstime

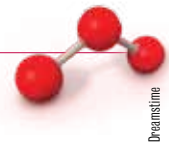
A Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (Secis) do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI) discute a possibilidade de firmar parcerias para angariar recursos aos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) da área de agroecologia, situados em vários pontos do país.

Os CVTs atuam como unidades de ensino e profissionalização direcionados à difusão do conhecimento na área de serviços técnicos, além da transferência de conhecimentos tecnológicos. Além disso, os centros se destinam à capacitação tecnológica da população, com uma unidade de formação profissional básica, de experimentação científica, de investigação da realidade e prestação de serviços especializados.

Em negociação com os ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário e da Educação, o MCTI avalia a possibilidade de um produzir um edital conjunto destinado a atender demandas desse segmento num prazo curto.

Inovação

Inovação industrial é prioridade do MCTI


Dreamstime

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) tem trabalhado ativamente para a implantação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), que deverá atuar como parceira do empresariado nacional na área da inovação. A informação é do ministro da pasta, Marco Antônio Raupp. Segundo ele, a empresa seguirá o modelo de funcionamento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), colocando à disposição do setor privado laboratórios de tecnologia e articulando a demanda empresarial em pesquisa, desenvolvimento e serviços tecnológicos.

Para Raupp, as empresas brasileiras não investem muito em pesquisa e desenvolvimento por conta de fatores como o elevado custo Brasil e a falta de estímulos tributários. No entanto, o ministro está confiante na capacidade de a Embrapii apresentar soluções para questões como essas.

Telecomunicações

Satélite levará banda larga a todo o país

Dreamstime

O governo brasileiro prepara o lançamento de um satélite geoestacionário – que se move na mesma velocidade da rotação da Terra – até o ano de 2014. Sob responsabilidade de uma empresa formada pela Telebras e pela Embraer, ele terá um custo estimado em R$ 750 milhões.

O satélite, que ficará a 36 mil quilômetros de altitude, terá como finalidade atender às comunicações militares e também estratégicas, como as do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), levando internet de alta velocidade para todos os municípios brasileiros. Segundo o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, a empresa responsável terá autonomia e atribuição de montar o satélite, que depois será operado pela Telebras, na parte civil, e pelo Ministério da Defesa, na parte militar.

Ciência & Tecnologia

Brasil fará cooperação em C&T com a Índia

A Índia será o primeiro país asiático a formalizar parceria com o governo brasileiro no programa Ciência sem Fronteiras. O acordo foi assinado pela presidenta Dilma Rousseff em visita àquele país, no final de março, quando participou da 4ª Cúpula do Brics, bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. De acordo com Dilma, o Brasil passará a receber em breve estudiosos indianos, bem como enviar brasileiros ao país. A meta, segundo a presidenta, é ampliar para 100 mil o número de pesquisadores enviados ao exterior nos próximos quatro anos.

Dilma ressaltou ainda que Brasil e Índia são parceiros nas áreas de tecnologia, petróleo, gás e petroquímica.

Informática

Brasil tem 99 milhões de computadores

Stock

Há no Brasil 99 milhões de computadores em uso, somados os utilizados no ambiente corporativo e no doméstico. Tal número representa cerca de um equipamento para cada dois habitantes. Os dados são da 23ª Pesquisa Anual de Tecnologia da Informação (TI), divulgada em maio pelo Centro de Tecnologia de Informação Aplicada da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV).

O estudo indica que o total de computadores em uso no Brasil dobrou nos últimos quatro anos e que em 2012 devem ser vendidos mais 17,9 milhões de unidades. Em seis anos, o país deve ter um computador por habitante.

O percentual de processadores por habitante no Brasil (cerca de 51%) coloca o país acima da média mundial (42%). Nos Estados Unidos, há cerca de 354 milhões de máquinas desse tipo.

Já o número total de telefones em uso no Brasil é de 300 milhões, ou 153% da população, mesmo percentual encontrado nos Estados Unidos. No mundo, a média é 108%.

Fome

FAO prevê erradicação da fome até 2025

Representantes dos governos da América Latina e do Caribe reafirmaram o compromisso de erradicar a fome na região antes de 2025. A adesão à Iniciativa América América Latina e Caribe sem fome (IALCSH) ocorreu na 23ª Conferência da Organização para a Agricultura e a Alimentação (FAO-ONU), realizada em Buenos Aires, no final de março.

Segundo o diretor-geral da FAO, o brasileiro José Graziano da Silva, "a segurança alimentar depende de ações nos âmbitos social, econômico e produtivo, e envolve o compromisso político não só de um governo, mas de toda a sociedade".

Ainda durante a conferência, autoridades brasileiras anunciaram que o país vai aumentar a cooperação com a FAO. O diretor da Agência Brasileira de Cooperação, Marco Farani, afirmou que o Brasil repassará US$ 20 milhões para o combate à fome no mundo. O dinheiro será aplicado em projetos de redução da pobreza, desenvolvimento rural sustentável com prioridade para a agricultura familiar, merenda escolar, prevenção e gestão de desastres.

Economia

OCDE aprova transparência fiscal de Brasil, Chile e México

Dreamstime

Brasil, Chile e México foram aprovados no primeiro exame do Fórum Global sobre Transparência Fiscal, realizado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Além destes, outros cinco países obtiveram aval semelhante: Chipre, Eslováquia, Malta, República Tcheca, e São Vicente e Granadinas.

De acordo com a OCDE, já foram examinados cerca de 70 países, dos quais 12 não estavam de acordo com as normas.

Embora tenha aprovado a transparência fiscal brasileira, a Organização recomendou ao país, entre outras coisas, mais agilidade no processo para abertura de empresas. O Brasil terá até a nova revisão da OCDE, a ser realizada ainda no primeiro semestre de 2012, para atender a todas as recomendações.

Petróleo

BID financia R$ 1,4 bilhão para petroquímica

Dreamstime

O BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) aprovou dois empréstimos no valor de US$ 600 milhões (o equivalente a R$ 1,46 bilhão) para uma empresa mista criada pela brasileira Braskem e a mexicana Idesa. O objetivo é desenvolver um complexo industrial de produção de polietileno que será operado a partir de 2015 no México.

Segundo o BID, a Etileno XXI, nome da fábrica, é o maior investimento de uma empresa privada brasileira no México e o maior projeto conjunto entre companhias dos dois países.

O complexo industrial terá capacidade para produzir um milhão de toneladas de polietileno por ano. Atualmente, este produto químico vem substituindo outras matérias-primas como o alumínio, a madeira, o vidro e o aço em uma série de indústrias como a dos eletrodomésticos, na produção de cabos, na automobilística e no desenvolvimento de vasilhas para alimentos.

Cuba

Cuba amplia sistema de cooperativas

Dreamstime

No início de abril, o governo cubano anunciou que o atual sistema de cooperativas vigente no país será ampliado, passando a abranger outros setores da economia, além do agropecuário.

A mudança é parte do programa de alterações econômicas implementadas desde 2008 pelo presidente cubano, Raúl Castro. O objetivo das medidas é "atualizar o socialismo" na ilha. Espera-se um crescimento maior do que os 3,4% inicialmente previstos para a economia em 2012.

Apesar das medidas de flexibilização econômica, o governo declara não abrir mão do "papel regulador do Estado e do governo" nos setores cooperativados. Até agora o setor tem sido permitido em 181 atividades – como hotelaria, restaurante e serviço de táxi.

Argentina

Argentina cria programa para industrializar lítio

Um grupo de instituições governamentais e acadêmicas da Argentina, sob coordenação de Daniel Barraco, pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (Conicet), a principal entidade dedicada à promoção da ciência e da tecnologia da Argentina, planeja a abertura de três plantas industriais de lítio até 2014. Uma delas deve ser destinada para a montagem de baterias para eletrônicos, outra para a produção de insumos e a terceira para a purificação do lítio.

O lítio é matéria-prima para a fabricação de baterias compactas e recarregáveis usadas em *notebooks*, telefones celulares e carros elétricos. De acordo com dados do Departamento de Geologia dos Estados Unidos, Argentina, Bolívia e Chile detêm 19,1 milhões das 33 milhões de toneladas de reservas do minério no mundo, mas não fabricam a matéria-prima. Esses três países apenas vendem o produto purificado para os principais fabricantes, que possuem unidades em 25 países, nenhum na América Latina.

Dreamstime

Pobreza infantil

Cepal e Unicef avaliam pobreza infantil

Com objetivo de realizar medições periódicas da pobreza infantil, a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal) e o Escritório Regional do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF-Tacro) desenvolveram o *Guia para estimar a pobreza infantil – Informação para avançar no exercício dos direitos dos meninos, meninas e adolescentes.*

A metodologia do estudo busca avaliar a pobreza infantil com enfoque nos direitos humanos, considerando a renda das famílias das crianças.

O Guia se divide em módulos que ensinam a calcular a pobreza de acordo com privações distintas, a calcular índices, analisar disparidades, fazer simulações e expressar territorialmente a informação com mapas gerados por um programa computacional gratuito. O material inclui exercícios e exemplos reais e fictícios, além de bibliografia que pode ser consultada no endereço http://dds.cepal.org/infancia/guia-para-estimar-la-pobreza-infantil/.

Cepal

AL e Caribe receberam US$ 153 bi de investimento

Um estudo recente elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) revelou que a região recebeu US$ 153,4 bilhões de investimento estrangeiro direto (IED) em 2011. O número representa cerca de 10% do total de fluxos mundiais desse tipo movimentação financeira.

Trata-se do maior valor já destinado ao continente, montante que poderá ser superado neste ano de 2012. Em 2010, foi registrada a entrada de US$ 120,9 bilhões, ao passo que no ano anterior os ingressos foram de US$ 81,6 bilhões. A queda é atribuída à crise econômica mundial. O mais alto valor de ingressos contabilizados até então havia sido registrado em 2008, quando esse mesmo número chegou a US$ 137 bilhões.

Os principais receptores de investimento estrangeiro direto na região foram: Brasil (US$ 66,7 bilhões, que representam 43,8% do total); México (US$ 19,4 bilhões) e Chile (US$ 17,3 bilhões). Entre os principais investidores em 2011, destacam-se os Estados Unidos (18%), Espanha (14%), a própria região latino-americana e caribenha (9%), além do Japão (8%), entre outros.

Dreamstime

Em 2011, 46% dos ingressos líquidos de IED corresponderam a reinvestimentos de lucros, e o percentual restante se dividiu entre novas entradas de capital e empréstimos entre companhias.

O estudo, intitulado O investimento estrangeiro direto na América Latina e no Caribe 2011, está disponível no endereço www.cepal.org.

GESTÃO DO CONHECIMENTO

Em parceira com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o **Ipea** publicou o livro *Modelo de gestão do conhecimento para a administração pública brasileira: como implementar a gestão do conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão.* O estudo, de autoria de Fábio Ferreira Batista, técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Desenvolvimento Institucional (Dides) do Instituto, está disponível no endereço www.ipea.gov.br.

O principal conceito abordado na obra, conforme indica o título, é o de gestão de conhecimento (GC), entendido, em síntese, como um conjunto de técnicas e ferramentas para identificar e utilizar os ativos de informação e de conhecimento.

A obra possui um manual inédito, feito com objetivo de orientar todas as organizações governamentais – de níveis federal, estatuais e municipais –, a fim de possibilitar a execução da gestão com aumento da eficiência e da melhoria dos serviços prestados à população.

Fábio Ferreira Batista afirma que o esforço maior foi o de contextualizar seu estudo para a realidade da administração pública brasileira.

Segundo o autor, a ideia de realizar o trabalho surgiu de uma constatação: "as organizações públicas no Brasil não contavam com um modelo de GC genérico (que servisse para todas as organizações públicas), holístico (que permitisse um entendimento integral da GC), com foco em resultados (que visasse alcançar objetivos estratégicos e melhorar o desempenho) e específico para a administração pública".

De acordo com o presidente do **Ipea**, Marcio Pochmann, trata-se de um trabalho pioneiro do ponto de vista teórico, pois é o primeiro que descreve um modelo genérico, concebido para todas as organizações públicas. Além disso, possui uma abordagem que busca um entendimento integral dos fenômenos com foco em resultados e específico para a administração pública brasileira.

COABITAÇÃO E FORMAÇÃO DE DOMICÍLIOS

Condições do mercado de trabalho, habitação, renda, estado civil, local de residência, raça/etnia e gênero afetam a saída dos jovens brasileiros da casa de seus pais. É o que conclui o *Comunicado do Ipea* nº 142, *Coabitação familiar e formação de novos domicílios*.

O estudo, disponível no endereço www.ipea.gov.br, mostra também que mulheres e negros ou pardos são mais propensos a sair da casa dos pais, junto ao fato de estarem empregados – a independência é fortemente influenciada pela inserção no mercado de trabalho. O fato de ser mulher foi um dos fatores mais significativos no modelo.

A pesquisa, feita com base nos números da PNAD 2009, mostra que residir em cidades grandes também é um fator que aumenta a probabilidade desse jovem ser dependente e, quanto mais elevada a sua educação, maior a propensão de ele morar com os pais.

De acordo com a análise da técnica de Planejamento e Pesquisa do **Ipea** Maria da Piedade Moraes, os jovens tendem a permanecer mais tempo com os pais quando estes moram em domicílios próprios regulares.

Piedade acredita que a compra da casa própria não é necessariamente a melhor solução habitacional para os jovens, que têm grande mobilidade residencial. Para ela, a política habitacional deve ser diversificada e levar em conta variáveis relativas ao ciclo de vida: "A população jovem necessita de uma oferta habitacional variada, a preços acessíveis, que atenda às suas necessidades de moradia, mas que lhe confira flexibilidade para mudar em busca de emprego, de educação ou para formar outra família".

ESTUDO ANALISA ELEIÇÕES DO PARLASUL

A partir de 2014, os parlamentares do Parlamento do Mercosul (Parlasul) deverão ser eleitos por voto universal em eleições majoritárias realizadas em cada um dos países-membros: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A decisão foi regulamentada pelo Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, assinado em dezembro de 2005 por todos os membros e aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro em 2006. Aqui, no entanto, não há um consenso acerca dessas eleições.

O *Comunicado do Ipea nº 143 – Parlamento do Mercosul: Análise das propostas de eleição direta em discussão no Congresso Nacional*, apresentado em março deste ano pelo diretor adjunto da Diretoria de Estudos e Pesquisas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest), Antonio Lassance, nos mostra quais propostas estão em discussão no Congresso.

Atualmente, o Brasil tem 37 integrantes no Parlasul, ao lado de 26 parlamentares argentinos, 18 paraguaios e mais 18 uruguaios. Mas, após as eleições, o Brasil passará a ter 74 membros, e a Argentina 43. Paraguai e Uruguai continuarão com o número atual. E, para que as eleições sejam realizadas, o sistema político brasileiro terá de criar mais uma casa legislativa nas eleições de 2014.

Para isso, duas propostas tramitam no Congresso. Em ambas, prevê-se voto direto, secreto, universal e obrigatório, com mandato de quatro anos e representação exclusiva. Mas as semelhanças param por aí. O país tem até setembro de 2013 para obter um texto final. De acordo com Lassance, a previsão é de que se chegue a um consenso nas duas casas.

PANORAMA DA COMUNICAÇÃO FAZ RADIOGRAFIA DO SETOR

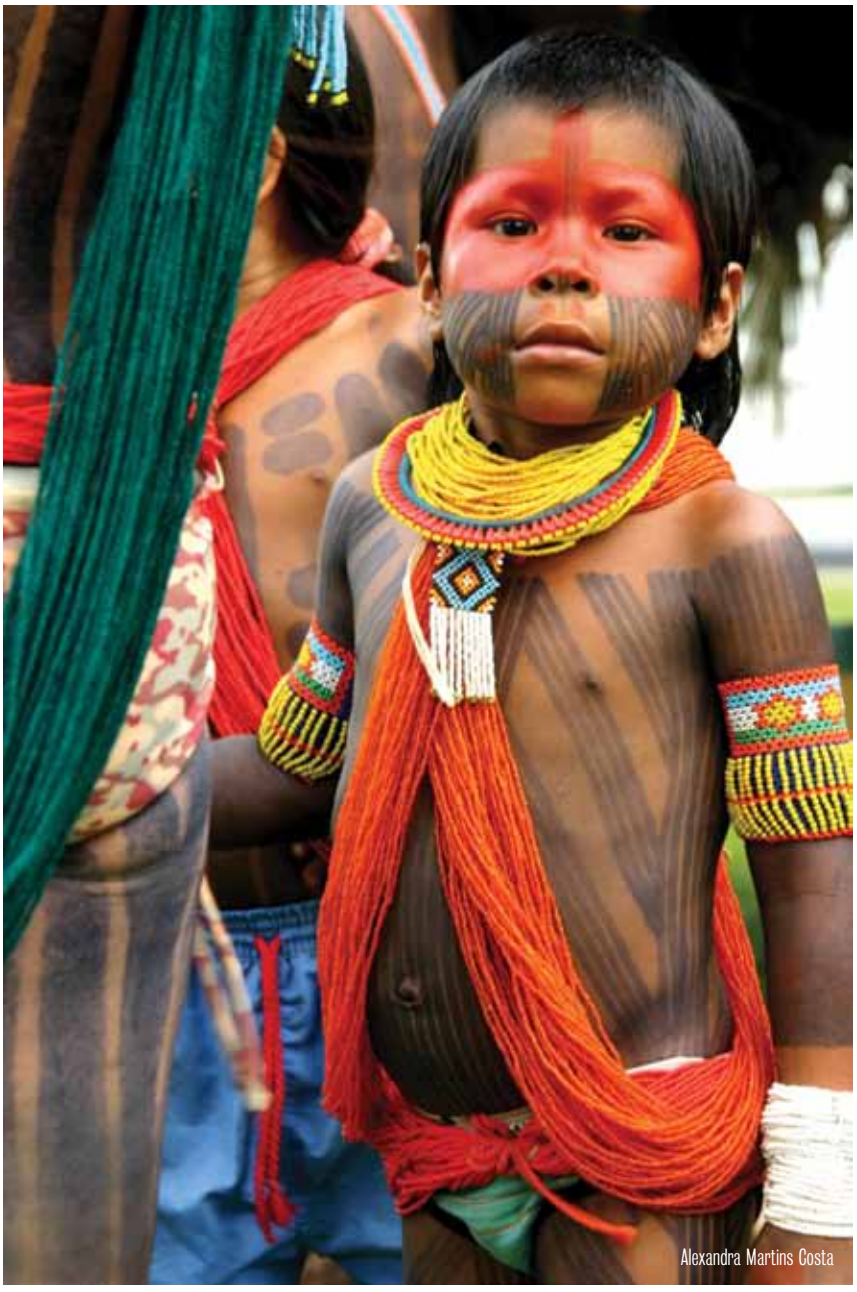
Realizado por meio de uma parceria entre o **Ipea** e a Federação Brasileira das Associações Científicas de Comunicação (Socicom), o estudo *Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil* ganhou sua segunda edição (2011/2012), em quatro volumes, lançados no final de março.

A coletânea de artigos revela que há muito a ser feito a fim de melhorar o acesso à internet banda larga no Brasil. Entre as principais alternativas propostas, destacam-se o investimento em novas formas de acesso à rede, como televisores e telefones celulares, o oferecimento de planos de banda larga pré-pagos, com tarifas diferenciadas, o investimento na capacitação da população, que avança em ritmo mais lento em relação ao que é previsto pelo Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), a desoneração de tributos para aquisição de computadores pessoais, o investimento em mais telecentros públicos a serem colocados à disposição da população pobre, e o uso mais intensivo de satélites na formação da infraestrutura de comunicação do país.

O estudo também contempla artigos que tratam, por exemplo, da concentração do sistema de radiodifusão braileiro, da TV digital e as deficiências da legislação vigente, e da falta de competitividade existente no mercado brasileiro de TV por assinatura. Os quatro volumes da coletânea estão disponíveis na íntegra pelo site www.ipea.gov.br

humanizando o DESENVOLVIMENTO

A imagem da criança indígena brasileira chama atenção pelo expressivo olhar a um só tempo curioso e sereno. O menino não se intimida com a máquina fotográfica: encara-nos com altivez. A pintura e as cores denotam apego às tradições e a cultura de sua gente. É um ensinamento que vem de várias gerações.



Alexandra Martins Costa

Como você vê o desenvolvimento? Como retratar uma face humana do desenvolvimento? Como os programas e iniciativas do desenvolvimento melhoram a vida das pessoas? A Campanha Mundial de Fotografia *Humanizando o Desenvolvimento* busca mostrar e promover exemplos de pessoas vencendo a luta contra a pobreza, a marginalização e a exclusão social. Chamando-se a atenção para os sucessos obtidos, a campanha pretende contrabalancear as imagens frequentes que mostram desolação e desespero. Uma galeria de fotos será permanentemente localizada no escritório do IPC e será aberta para visitação pública. Uma série de exposições fotográficas também será organizada em diversas cidades ao redor do mundo.

Nós temos o prazer de anunciar as 50 fotos selecionadas pela campanha. Nós gostaríamos de agradecer aos participantes de mais de 100 países quer nos enviaram suas fotos e suas histórias, e compartilharam sonhos e desafios. Nós agradecemos as instituições parceiras e membros do Comitê de Seleção por suas contribuições para a campanha. Todos vocês tornaram a campanha uma realidade e nos ajudaram a destacar e promover o desenvolvimento através de novas lentes. Parabéns aos participantes.

Visite o site e veja algumas das fotografias da campanha: http://www.ipc-undp.org/photo/